GILBERTO GORNATI

LEGISLAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL IMPÉRIO
O DEBATE JURÍDICO SOBRE A FUNÇÃO BANCÁRIA NA DÉCADA DE 1850

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ORIENTADOR: PROF. DOUTOR SAMUEL RODRIGUES BARBOSA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

LEGISLAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL IMPÉRIO

O DEBATE JURÍDICO SOBRE A FUNÇÃO BANCÁRIA NA DÉCADA DE 1850

Dissertação de mestrado apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (CPG/FDUSP) como requisito final para a obtenção do título de **mestre**, nos termos das diretrizes normativas da Resolução nº 5.473 de 16 de setembro de 2008.

ORIENTADOR:

PROF. DR. SAMUEL RODRIGUES BARBOSA

LINHA DE PESQUISA:

DIREITO E HISTORICIDADE

AUTOR:

GILBERTO GORNATI

SÃO PAULO

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

LEGISLAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL IMPÉRIO
O DEBATE JURÍDICO SOBRE A FUNÇÃO BANCÁRIA NA DÉCADA DE 1850

Dissertação de mestrado apresentada à
Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo
(CPG/FDUSP) como requisito final para a
obtenção do título de **mestre**, nos termos das
diretrizes normativas da Resolução nº 5.473 de
16 de setembro de 2008, sob a orientação do
Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa.

AUTOR:

GILBERTO GORNATI

BANCA EXAMINADORA:

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

São Paulo, _____

AGRADECIMENTOS

Iniciar, desenvolver e concluir uma dissertação de mestrado e sua pesquisa não foi uma tarefa fácil. Por ser um trabalho individual, cuja autoria se dá em nome de uma só pessoa, pode passar a impressão de que foi feito de um modo isolado e que seu autor o concluiu sozinho. Não é verdade para este caso ao menos, pois sem a ajuda, o apoio, compreensão e os estímulos provocados pelas pessoas aqui mencionadas, seria impossível concluir esta tarefa. A responsabilidade pelo conteúdo e ideias expressadas aqui é exclusiva do presente autor. Tenho especial gratidão:

À minha mãe e amiga, Sandra Rossi, pelo constante apoio, carinho, auxílio, exemplo de amor e força, por ter sido e ainda ser, a maior fonte de inspiração e força para enfrentar as dificuldades dos caminhos da vida.

Aos meus avós, Duílio (*in memoriam*) e Glória Rossi, muito mais que avós, grandes amigos, símbolos de vitória e de amor, sempre tão companheiros e confidentes, dispendiosos de especial atenção a este neto e que tanto me alegram ao compartilhar suas histórias e seu conhecimento. Este trabalho teve seu encerramento marcado pela morte desse grande amigo Duílio em 2012 (carinhosamente, o meu Du).

Ao meu irmão Camillo Gornati e minha cunhada, Juliana Gornati, sempre presentes, amigos para todas as horas e situações, na alegria e na tristeza, trouxeram à vida um grande presente que nos alegra ainda mais e nos ensina novas formas de amar, a querida Giovanna Gornati. Este trabalho teve seu início marcado pelo nascimento da pequena Gigi em 2010.

À Karla Lenina Fiel, amiga e companheira, com quem tenho a alegria de compartilhar ótimos momentos da vida e porto seguro para me fortalecer nas horas difíceis. Sua compreensão, respeito e paciência foram fundamentais para assegurar um caminho mais tranquilo para elaborar este trabalho.

Aos amigos e professores Ivo Waisberg (PUC/FGV), Patrícia Tuma Martins Bertolin (Mackenzie), José Garcez Ghirardi (FGV) e Airton L. C. L. Seelaender (UFSC) por todo o incentivo, pelas broncas, por seus ensinamentos e, sobretudo, por serem figuras nas quais posso me sentir confortável em me espelhar e pelos quais tenho grande admiração, que serve de fonte de inspiração em prol da aventura profissional e acadêmico-científica.

Aos professores Miriam Dolhnikoff, Orlando Villas Bôas Filho, Ronaldo Porto Macedo Jr. e Carlos Gabriel Guimarães, pelas aulas, auxílio, conversas, ensinamentos e pela grande fonte de inspiração que são.

Aos professores José Reinaldo de Lima Lopes, Andréa Slemian e José Alexandre Tavares Guerreiro, pelas críticas ao longo do desenvolvimento do trabalho e pela participação na banca de qualificação, pela disponibilidade e por suas dicas, comentários e apontamentos. Ao professor José Reinaldo de Lima Lopes ainda outro especial agradecimento pela aprovação inicial necessária para o ingresso no mestrado da Faculdade de Direito e por toda a atenção dispensada.

Aos amigos e colegas do mestrado, sem os quais alguns momentos teriam sido muito difíceis de suportar, Gabriela Prioli Della Vedova (muito obrigado pelas conversas, pelos cafés e pelo companheirismo!), Rafael Issa Obeid, Hernán Enrique L. Sáez, Mariana Macário, Felipe de Paula Oliva, Almir Teubl Sanches, Vivian Chierigati, André J. F. Payar, Luciana Reis e Tatiana Robles Seferjan, vocês foram muito importantes, cada um à sua maneira, para demonstrar formas de amizade e coleguismo e fazer com que as matérias e discussões do mestrado fossem adiante.

Obviamente, com uma importância inestimável, ao professor Samuel Rodrigues Barbosa, pela boa pessoa que é, pelas conversas e dicas, por aceitar a orientação já em sua fase final e confiar em meu comprometimento quando até eu mesmo cheguei a me colocar em xeque.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

O presente trabalho apresenta a análise dos estatutos bancários aprovados na década de 1850 no Brasil Império, considerando a trama de negociações entre o governo central e os governos provinciais, bem como a forma de inserção do Brasil na economia mundial do Século XIX, liderada pela hegemonia britânica e por ela influenciada, de modo a identificar a evolução do direito comercial brasileiro com vistas ao desenvolvimento jurídico do tema bancário durante a década proposta.

Palavras-chave: Brasil Império - Bancos - Direito Comercial - Análise sistema-mundo.

ABSTRACT

This essay regards the analysis of Brazilian banks' bylaws as approved by the Brazilian Empire during the decade of 1850, taking into account the plot which developed the negotiations between the central government of the Empire and the regional political powers in Brazil, as well as analyzing the insertion of the Brazilian economy in the global market of the nineteenth century, as such market was mainly controlled and biased by the world hegemony established by Great Britain, in order to identify the evolution of Brazilian commercial law in connection with the development of the legal banking system during the proposed decade.

Keywords: Brazilian Empire - Banks - Commercial Law - World-system analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – HISTÓRIA, DIREITO E CAPITALISMO	12
1.1 HISTÓRIA E DIREITO.....	12
1.2 O CAPITALISMO, A ERA MODERNA E O SISTEMA-MUNDO	21
CAPÍTULO II – OS BANCOS NO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO XIX.....	29
2.1 PRIMEIRA METADE DO XIX: ESTADO, MERCANCIA E O DIREITO: O CÓDIGO COMERCIAL	29
2.2 PRIMEIRA METADE DO XIX: OPERAÇÕES <i>BANCAES</i> NO BRASIL	51
CAPÍTULO III – LEGISLAÇÃO COMERCIAL E BANCÁRIA NO BRASIL: A FUNÇÃO BANCÁRIA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO (1850 – 1860)	60
3.1 O SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA, A MODERNIZAÇÃO DO IMPÉRIO E OS BANCOS	60
3.2 O CÓDIGO COMERCIAL E AS REFORMAS BANCÁRIAS DA DÉCADA DE 1850.....	72
3.3 O DEBATE LEGISLATIVO SOBRE O MEIO-CIRCULANTE E A LEI DOS ENTRAVES	90
3.4 ANÁLISE DOS ESTATUTOS <i>BANCAES</i> DO IMPÉRIO (1850 – 1860).....	99
CONCLUSÃO.....	112
REFERÊNCIAS.....	115
(A) ANEXOS	115
ANEXO A – LEIS E DECRETOS EM MATÉRIAS COMERCIAIS.....	115
ANEXO B – DECRETOS APROVANDO E ALTERANDO ESTATUTOS SOCIAIS DE SOCIEDADES BANCÁRIAS (BANCOS).....	121
ANEXO C – DECISÕES MINISTERIAIS ENVOLVENDO MATÉRIAS COMERCIAIS (1850 – 1860)	131
(B) BIBLIOGRAFIA	138
(C) FONTES	144

INTRODUÇÃO

As décadas de 1990 – 2000 e 2000 – 2010 foram marcantes para a transformação e consolidação do sistema financeiro nacional do Brasil. Em meio a crises endógenas e exógenas o Brasil, inserido no sistema-mundo da economia capitalista, acompanhou a tendência global de desenvolvimento de suas instituições, públicas e privadas, rumo à consolidação de seu sistema financeiro e aprofundamento de sua participação no cenário mundial da corrente de fornecimento de produtos, serviços e crédito.

Inicialmente por meio do *Plano Collor* (Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990), cujo objetivo explícito visou à estabilização da inflação, organização de programas de reforma de comércio externo e de um programa de desestatização, mas, sobretudo, por meio da implementação do *Plano Real* (Medida Provisória nº 434, de 28 de fevereiro de 1994, aprovada pelo Congresso Nacional na forma de Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, que criou a Unidade de Valor – URV e dispôs sobre sua posterior transformação na moeda corrente nacional, o Real), cujo objeto inicial visou o estabelecimento do equilíbrio das contas do Governo, preparado de modo a eliminar a principal causa da inflação brasileira, a criação de um padrão estável de valor que denominamos URV, e a emissão de um padrão de valor, tendo o Real como uma nova moeda nacional de poder aquisitivo estável, o Brasil pôde estabelecer bases sólidas para sustentar um desenvolvimento de destaque no cenário da economia global dos últimos anos, do ponto de vista exclusivamente do fortalecimento de um capitalismo financeiro e empresarial (em certa medida também tem se destacado,

sobretudo durante a década de 2000, pela diminuição de parâmetros de desigualdade social e econômica).

Em meio a essa história recente da economia nacional, os bancos são peça fundamental na relação do sistema financeiro com o Estado (e conforme estabelecido, conceituado e regrado pelo próprio Estado), bem como na manutenção e aprofundamento da estrutura capitalista estabelecida desde o século XVI, no então incipiente sistema-mundo que se aprofundou e intensificou ao longo dos anos, permanecendo em vigência até os dias atuais.

Assim, em vista da atual pujança despendida para o desenvolvimento dos debates contemporâneos recentes sobre o papel dos bancos, do direito e da política na adequação dos diversos interesses e na solução (ou ampliação) de crises e conflitos sociais e econômicos, é que o presente trabalho buscou sua motivação inicial para responder a questões pertinentes à atualidade do tema e à relação entre as disciplinas acadêmicas história e direito, sobretudo no campo do direito comercial e da história do direito, por meio de um estudo específico direcionado para o caso dos bancos no Brasil Império (1824 – 1889, assim entendido sob um prisma constitucional).

Como mencionado, os dilemas contemporâneos aparecem somente para instigar a investigação ou mesmo apontar um objeto, contudo, em vista da presente proposta, de elaboração de um estudo na área da história do direito, não se pretende, com este trabalho, desenvolver uma dissertação de análise do passado para responder a questões do presente ou mesmo para criar um oráculo capaz de melhor orientar o futuro. Pelo contrário, o objetivo deste estudo é compreender, de modo mais completo do que aquele apresentado pela bibliografia do direito comercial brasileiro e, especificamente, do direito bancário brasileiro, a importância histórica do regramento jurídico dos bancos no Brasil, bem como seu debate junto aos atores históricos, especificamente em relação a um determinado local e período.

Neste caso específico o estudo teve como base a análise histórica do Brasil durante o período de 1850 a 1860, principalmente sob o ponto de vista das leis e decretos voltados para matérias pertinentes à área do direito comercial e, mais especificamente, relacionadas aos bancos. Com base em tal contexto, o tema bancário foi o recorte principal

para se compreender três questões fundamentais que orientaram o trabalho: **(i)** como o Brasil se insere em um contexto mundial do capitalismo global da era moderna ou qual a solução dada pelo Brasil para sua inserção em tal contexto, **(ii)** como o Brasil apresenta um projeto de política econômica no âmbito da relação de aprofundamento e desenvolvimento tecnológico de suas instituições financeiras com sua estrutura política nacional e **(iii)** como a análise dos estatutos pode demonstrar um período de transição na técnica jurídica durante a década de 1850, sobretudo por meio do aperfeiçoamento de deveres e responsabilidades jurídicas de órgãos societários dos bancos que estão sendo autorizados no período.

Para tanto, a escolha pela disciplina jurídica, principalmente do campo do direito comercial, aliada ao método de pesquisa histórica, compõem os instrumentos necessários para o desenvolvimento desta dissertação, elaborada de modo a compreender qual o papel do debate jurídico sobre a função bancária na década de 1850 no Brasil e, desse modo, como se forma a incipiente legislação bancária no Brasil imperial.

A escolha pelo período proposto tem seu fundamento em dois momentos relevantes para a história dos bancos no Brasil (e do direito comercial também), a dizer, primeiro na promulgação do Código Comercial (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850), instrumento jurídico marcante para a consolidação do direito comercial brasileiro no século XIX, bem como um mecanismo legislativo que tratou da atividade bancária como pertinente às atividades comerciais, sendo entendidas como aquelas praticadas por comerciantes cuja profissão habitual de seu comércio fosse a prática das operações de *banco* (este conceito era o que se considerava como o *banqueiro* do século XIX), sendo aplicadas as regras do Código Comercial às referidas operações de Banco. E, em um segundo momento, como marco final da periodização proposta, considerou-se a Lei dos Entraves (Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860), cujo escopo tratou de providências sobre os bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades, cuja repercussão pôde ser lida como um marco de ruptura com determinadas práticas da política econômica até então adotada, mas também como o desenvolvimento da continuidade de um gabinete político, cuja manutenção se fará sentir em períodos posteriores ao aqui proposto.

Estruturalmente este trabalho está dividido em, basicamente, três partes.

A primeira parte busca apresentar a relação entre história e direito, conforme será tratada neste trabalho, bem como o modelo heurístico que será utilizado no presente trabalho para o desenvolvimento da concepção de sistema-mundo e capitalismo proposta para compreender a inserção do Brasil no sistema-mundo durante o período.

À segunda parte foi delegada a tarefa de serem apresentados os antecedentes ao período de análise ora estudado para o caso do Brasil Império. Sob esse enfoque, buscou-se apenas mostrar que o assunto não é simplesmente gerado no período ora analisado, mas sua história de longa duração encontra rupturas e continuidades importantes para as decisões e escolhas legislativas e de política-econômica que se fizeram sentir no período proposto por este trabalho.

Na terceira parte apresentam-se as leis comerciais com influência sobre a matéria bancária, bem como os debates voltados à referida matéria e demais instrumentos oficiais do governo imperial relacionados ao tema bancário, sua repercussão, potencial motivação e relação com o direito comercial brasileiro do período, a apresentação do debate sobre a Lei dos Entraves, culminando com o fim do período ora proposto e concluindo-se por meio da análise comparativa dos estatutos bancários promulgados durante o período de 1850 a 1860.

Por fim, sob a forma da conclusão, busca-se apresentar as considerações finais acerca do tema bancário imiscuído na relação entre a rede de negociações envolvendo o governo central do Império e os governos Provinciais e a modernização do Brasil ao longo da década de 1850, bem como a forma de sua consequente inserção no sistema-mundo capitalista do período.

Exceto quando expressamente indicado, as traduções/adaptações dos originais nos idiomas alemão, espanhol, inglês e italiano foram feitas na forma livre. Os trechos desses originais são indicados em notas de rodapé.

CAPÍTULO I – HISTÓRIA, DIREITO E CAPITALISMO

“A história do mundo deve ser reescrita de tempos em tempos, mas a necessidade de fazê-lo não decorre porque muitas coisas foram descobertas, mas porque novas opiniões serão criadas quando uma pessoa, em uma idade mais avançada, passa a adotar pontos de vista que podem lhe dar uma vantagem para que o passado seja pesquisado e julgado de um modo diferente.” Johann Wolfgang von Goethe¹.

1.1 HISTÓRIA E DIREITO

Para a elaboração do presente trabalho obrigatoriamente fez-se necessária a interlocução entre duas disciplinas, a dizer, o direito e a história. O direito direcionado, sobretudo sob a óptica do direito comercial, em razão do objeto da atividade bancária ser regida, juridicamente, pelo Código Comercial de 1850, e a história, em sua maior parte,

¹ No original: “Daß die Weltgeschichte von Zeit zu Zeit umgeschrieben werden müsse, darüber ist in unsern Tagen wohl kein Zweifel übrig geblieben. Eine solche Notwendigkeit entsteht aber nicht etwa daher, weil viel Geschehenes nachentdeckt worden, sondern weil neue Ansichten gegeben werden, weil der Genosse einer fortschreitenden Zeit auf Standpunkte geführt wird, von welchen sich das Vergangene auf eine neue Weise überschauen und beurteilen läßt.” GOETHE, Johann W. von. *Materialien zur Geschichte der Farbenlehre*. Tübingen: Cotta, 1810, p. 95; disponível em <http://jc.sekinger.free.fr/contribution/pdf/Geschichte.pdf>, acesso em 06/04/2012.

para o campo da história das instituições, por entendermos tratar-se muito mais de um trabalho pertinente a esse método de pesquisa, do que aquele voltado para a história das ideias ou dos discursos jurídicos, por exemplo.

Além disso, podemos encontrar no estudo de outras ciências e áreas do conhecimento científico/acadêmico apoio para fomentar crítica e postura distintas das *tradicionais* e das *tradições* encontradas no meio jurídico. Assim, neste contexto, é que o *uso* da História, da Filosofia, da Sociologia e Ciência Política/Social pode oferecer caminhos distintos e mais satisfatórios sobre análises do direito em sociedade do que os aqueles gerados pelas análises exclusivamente a partir de fontes e bibliografia jurídicas². Com essa perspectiva, podemos ampliar o campo de visão de modo a permitir uma visão holística acerca do direito, de modo a compreender e ter claro que o

“[o] campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomus*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social. É com esta condição que se podem dar as razões quer da autonomia relativa do direito, quer do efeito propriamente simbólico de desconhecimento, que resulta da ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas [grifos do autor].”³

² Nesse sentido, referimo-me também a Franz Wieacker quando da menção de que “poderá talvez bastar a indicação de que a história do direito e a história das instituições têm um objectivo distinto (ou, mais exatamente, de que individualizam o seu objecto de forma distinta); ou seja, a história das instituições tem por objecto a suma das instituições e normas jurídicas, a história do direito, a história da estrutura orgânica de conjunto, na qual as normas jurídicas isoladamente representam elementos dinâmicos e intermutáveis. À convicção do carácter global de tal estrutura orgânica corresponde a dúvida acerca da identidade e continuidade das normas jurídicas isoladas, sempre que elas passem a inserir-se no conjunto de uma nova ordem jurídica histórica. Assim, o direito romano clássico, o *jus commune* medieval e o direito da pandectística do séc. XIX constituem ordens jurídicas evidentemente distintas, apesar da considerável identidade das suas normas isoladas; a história ‘do’ direito romano é, portanto, mais a história de uma tradição, que a história de uma ordem jurídica.” WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. 3ª edição. Trad. António Manuel Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p.5, cf. 12.

³ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 212.

Nas palavras de Paolo Grossi, “[uma] circunstância que sempre me alarmou profundamente, ao menos desde o período em que era estudante na faculdade de direito, é a teimosa desconfiança que o homem do povo, o homem comum, tem no que diz respeito ao direito.”⁴

Esse problema do direito, do entender o direito, é o principal combustível para esta releitura histórica paulatina à compreensão do novo, das indagações formuladas por homens destes finais de século XX e início do XXI.

A análise histórica, seja por meio de qual método for, quando enquadrada dentro de um mínimo rigor – que deve ser complementado junto às disciplinas pesquisadas em outras das Faculdades de humanidades também – pode florescer com resultados bastantes reveladores e reflexivos para a análise do direito e, fundamentalmente, dentro do propósito deste trabalho, para a análise do direito, das instituições, do Estado e do capitalismo. Com tal instrumental, por meio dessa análise,

“[a] pesquisa histórica teve êxito em destruir os mitos relativos ao direito. Destruíu antigas concepções consagradas pelo tempo: a de que o direito é um corpo de normas instituídas por um Deus onisciente e inscrita no coração do homem; ou o produto de decisões sábias de ancestrais veneráveis (ou mesmo mitológicos); ou um sistema deduzido da natureza da sociedade por homens guiados pela razão. A crítica histórica mostra que, na maior parte das vezes, a evolução do direito não tem sido uma questão de qualidade (*Qualitätsfrage*), mas, ao invés, o resultado de uma luta pelo poder entre interesses particulares, uma *Interessenjurisprudenz* [designação para Rudolf von Jhering, que significa que o direito deveria ser ditado por meio daquilo que melhor servir à comunidade à qual pertence].”⁵

⁴ GROSSI, Paolo. *Mitologias Jurídicas da Modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 22. E continua, dizendo que “uma desconfiança que nasce da convicção de que o direito é alguma coisa bem diferente da justiça, enquanto se confunde com a lei (talvez possa se especificar: justo porque se confunde com a lei).”

⁵ CAENEGEM, R. C. van. *Uma Introdução Histórica ao Direito Privado*. Trad. Carlos Eduardo Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 276-277.

Este mínimo rigor é o principal ponto a ser focado para se evitar que a história, como o próprio direito, passe a se tornar uma ferramenta legitimadora do *status quo*⁶, do enraizamento acrítico e parceiro da (des)construção sociopolítica em sociedade. Caso contrário, pelo mau *uso* da história (que se manifesta no discurso histórico), estar-se-ia a desenvolver um papel cujas características convalidariam o direito estabelecido, tendo em vista que “o direito, em si mesmo, é já um sistema de legitimação, *i.e.*, um sistema que fomenta a obediência daqueles cuja liberdade vai ser limitada pelas normas.”⁷

Além disso, em outras palavras, se trata de evitarmos meras descrições evolucionistas de quadros díspares e anacrônicos como seria o risco de se traçar, por exemplo, a evolução do direito de família brasileiro, desde os tempos romanos até os dias do “Novo” Código Civil (2002). Não há sentido numa análise desse porte, tampouco rigor metodológico. Nenhum resultado se extrai disso, senão o rebuscar do discurso e a aparente demonstração de erudição⁸. Se se trabalhar com esse intuito, pode-se dizer que o objetivo da pesquisa, de modo geral, passa a ser o de usar a história para preencher espaço, de modo que o trabalho não fique tão curto ou que pareça mais aprofundado por contar uma história como introdução. Ora, todo o cenário, as mentalidades, os comportamentos sociais, as instituições, são demasiadamente distantes de nossa realidade e o simples fato de encontrarmos situações semelhantes na história, não nos é permissivo para daí extrair um paralelo passado de nosso tempo.

⁶ LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História*. São Paulo: Max Limonad, 2ª Edição, 2002, p. 18. Explica que “como o direito, a história pode cumprir, nos momentos de mudança, um papel legitimador do *status quo*, um papel restaurador e reacionário, ou ainda um papel legitimador no novo regime, ou, se procurarmos uma expressão mais neutra, um papel crítico. Para desempenhar este último tem que adquirir uma atitude de suspeita permanente para com suas próprias aquisições. Alguns *recursos de método* [grifos do autor] da nova história serão também os da nova história do direito.”

⁷ HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Européia – síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, p. 23. Continua: “Na verdade, o direito faz parte de um vasto leque de mecanismos votados a construir o consenso acerca da **disciplina social** [grifei]”.

⁸ Nas palavras de Erasmo de Rotterdam, seria a situação ainda tão recorrente em nossos dias: “Porque, se há verdades que, tendo sido bem demonstradas, não deixam lugar às dúvidas, quantas não serão – pergunto – as que perturbam a tranquilidade e os prazeres da vida? Os homens, enfim, querem ser enganados e estão sempre prontos a deixar o verdadeiro para correr atrás do falso. Quereis disso uma prova sensível e incontestável? Ide assistir [*sic*] um sermão, e vereis que, quando o cacarejador (oh! Que injúria! Enganei-me, desculpai-me), queria dizer, quando o pregador aborda o assunto com seriedade e apoiado em argumentos, o auditório dorme, boceja, tosse, assoa [*sic*] o nariz, relaxa o corpo, inteiramente enjoado. Se, porém, o orador, como quase sempre é o caso, conta uma velha fábula ou um milagre da lenda, então o auditório logo se agita, os dorminhocos despertam, todos os ouvintes levantam a cabeça, arregalam os olhos, prestam atenção.” *Elogio da Loucura*. Trad. Paulo M. Oliveira. eBook, disponível em: http://p.download.uol.com.br/cultvox/livros_gratis/elogio_loucura.pdf, o acesso se deu em 12 de dezembro de 2008.

Nesse sentido, ao lermos a maioria dos clássicos da literatura antiga, medieval ou moderna, podemos encontrar diversas situações nas quais concordamos com os autores. Concepções sobre a natureza humana, sobre afeto, violência, virtudes e vícios, características essas que nos aproximam, enquanto leitores, das ideias daqueles que lemos. Entretanto, se tentarmos nos transportar para o tempo desses homens e mulheres, se imaginarmos como viver no cotidiano de outrora, pensar nas vestimentas, na higiene, na alimentação, encontraremos um mundo completamente diferente do nosso; um lugar onde estranhamentos (*lato sensu*) são mais evidentes que convergências⁹. O direito pode exercer justamente aquele papel de identificação atemporal quando olhamos para o passado (fundamentalmente o direito civil¹⁰) e nesse ponto é que devemos tomar os cuidados e precauções entre nossos interesses, métodos e rigor.

José Reinaldo de Lima Lopes enumera quatro suspeitas importantes para aqueles que adentram a seara da história do direito, a dizer: **(i)** a suspeita do poder, em outras palavras, suspeita do “exercício da autoridade formalizada pelo direito”¹¹; **(ii)** suspeita do romantismo, como o exemplo das leituras e construções sobre a história da escola histórica alemã de Savigny; **(iii)** suspeita das continuidades, para entendermos que há quadros de rupturas e também continuidades e **(iv)** suspeita da ideia de progresso e evolução, ou seja, compreender que o futuro talvez não seja exatamente baseado em uma imagem ampliada do presente¹².

Também deverá significar uma leitura do direito como “produto social”¹³, mas isto não significa que se está a considerar o direito “no seio de processos sociais (como o da instauração da disciplina social), mas também em considerar que a própria produção do direito (dos valores jurídicos, dos textos jurídicos) é, ela mesma, um processo social.”¹⁴ Com esse escopo, trata-se de compreender enraizamentos mais profundos no meio social,

⁹ LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit., 2002, p. 19. Com a referência implícita à leitura de Fernand Braudel sobre Voltaire em *Civilização Material; Economia e Capitalismo*, Vol. I, 1ª edição. 3ª tiragem. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹⁰ LOPES, José Reinaldo de Lima. *A formação do direito comercial brasileiro – criação dos tribunais de comércio do Império*. Relatório de Pesquisa apresentado ao Núcleo de Pesquisa em Direito e História da Fundação Getúlio Vargas (EDESP). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Faculdade de Direito, 2006.

¹¹ Idem ibidem.

¹² LOPES, José Reinaldo de Lima, Ob. Cit., 2002, p. 19 – 22.

¹³ HESPANHA, António Manuel. Ob. Cit., 2005, p. 38.

¹⁴ Idem ibidem.

“[ou seja], algo que não depende apenas da capacidade de cada jurista para pensar, imaginar e inventar, mas de um complexo que envolve, no limite, toda a sociedade, desde a organização da escola, aos sistemas de comunicação intelectual, à organização da justiça, à sensibilidade jurídica dominante e muito mais.”¹⁵

Apesar do cuidado com o anacronismo, em determinados momentos faz-se necessária a utilização de expressões que nos são atuais, de modo que sejamos capazes de tornar as explicações mais claras para nosso tempo; isto se pretende como uma exceção, apontada quando devido. Trata-se de nos servirmos de locuções contemporâneas para buscarmos uma melhor expressão acerca de alguma observação histórica a ser apontada.¹⁶ Com esse cuidado, se pode atingir aquele elemento de rigor supramencionado, afastando assim a “familiaridade”¹⁷ (ideia de continuidade histórica) com a qual os institutos jurídicos podem nos ser apresentados historicamente.

Por fim – a definir o título deste subitem – esta história do direito nos é validada no sentido de leitura crítica da história e do direito brasileiro. Se se forem tomados os conceitos acima descritos, embasados na leitura hermenêutica das fontes e da bibliografia (buscando também a compreensão de um método de leitura estrutural¹⁸ quando cabível à reflexão de autores em meio à historiografia e ao direito), além do uso de determinados instrumentos heurísticos¹⁹ para a compreensão do sistema-mundo e do capitalismo na era moderna²⁰, poder-se-á chegar a resultados minimamente satisfatórios para o

¹⁵ Idem ibidem.

¹⁶ TAU ANZOÁTEGUI, Victor. *Casuísmo y Sistema – indagación histórica sobre el espíritu del Derecho indiano*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia Del Derecho, 1992, p. 30. No original: “Estimo que el historiador puede servirse excepcionalmente de vocablos actuales siempre que encuentre en su contenido una significación que permita expresar mejor una observación histórica y para la cual no existan palabras de época que sean tan comprensivas de la realidad que se procura recrear.”

¹⁷ HESPANHA, António. Ob. Cit., 2005, p. 56; LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit., 2002, p. 20; e TAU ANZOÁTEGUI, Victor. Ob. Cit., 1993, p. 28-31.

¹⁸ MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. *O método de leitura estrutural*. São Paulo: Cadernos Direito GV, V.4, n.2, 2007.

¹⁹ A *heurística* é uma ferramenta de método de pesquisa científico que contribui com métodos e modelos para a aproximação de soluções ideais de problemas, em função da análise de resultados de tais métodos e modelos avaliados para tal resolução. No caso específico deste trabalho, o marco teórico de maior relevância é representado pelo teórico Max Weber (1864 – 1920), Immanuel Wallerstein (1930) e Giovanni Arrighi (1937 – 2009).

²⁰ Sobre o conceito de *modernidade* adotado por este trabalho refiro-me especificamente às vicissitudes enfrentadas ao longo dos séculos XVI a XVIII, principalmente, para a composição do conceito de Estado passível de ser entendido como *moderno*. Esse período de longa duração foi também gestado, de certo modo, ao longo dos séculos XIII a XVI, período esse durante o qual foram cunhados elementos recorrentes ao conceito de Estado anteriormente mencionado. Nas palavras de Quentin Skinner, “[o] passo decisivo deu-se

desenvolvimento deste ainda, de certo modo, relegado campo de conhecimento histórico brasileiro, pois,

“[a] ideia de descontinuidade, se nos dá uma perspectiva sobre o presente, também influencia o nosso modo de observar o passado. Este deixa de ser um precursor do presente, um ensaiador de soluções que vieram a ter um completo desenvolvimento no presente. E, com isto, deixa de ter que ser lido na perspectiva do que veio depois. O passado é libertado do presente. A sua lógica e as suas categorias ganham espessura e autonomia. A sua diferença emerge majestosamente. Esta emergência da diferença, dessa estranha experiência que nos vem do passado, reforça decisivamente o olhar distanciado e crítico sobre os nossos dias (ou, no nosso caso, sobre o direito positivo), treinando-nos, além disso, para ver coisas diferentes na aparente monotonia do nosso tempo.”²¹

Ou seja, esse apoio completa a análise crítica de que

“[quando], saindo do ângulo do jurista – de qualquer modo parcial –, damo-nos conta de que aquelas que nos parecem perspectivas há muito tempo adquiridas, para não dizer irrenunciáveis, aparecem, ao contrário, aos olhos de outros, como meras ilusões.”²²

Assim, em vista do alinhamento das disciplinas e do método de análise ora proposto, temos que, sob um ponto de vista macro histórico, para a análise do sistema-mundo e da perspectiva histórica, o instrumento heurístico aqui utilizado nos revela que o estudo ora engendrado, com vistas a agregar a importância de se englobar comparações,

com a mudança da ideia do governante “conservando seu estado” – o que significava apenas que defendia sua posição – para a ideia de que existe uma ordem legal e constitucional distinta, a do Estado, que o governante tem o dever de conservar. Um efeito dessa transformação foi que o poder do Estado, e não do governante, passou a ser considerado a base do governo. E isso, por sua vez, permitiu que o Estado fosse conceitualizado em termos caracteristicamente modernos – como a única fonte da lei e da força legítima dentro de seu território, e como o único objeto adequado da lealdade de seus súditos.” SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 9-10.

²¹ HESPANHA, Ob. Cit., 2005, p. 43.

²² CAPPELLINI, Paolo. *Pessoa Humana, Codificação ou como Toute Historie Véritable est une Historie du Subjectif*. (in) FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Aírton C. L. (orgs.). *História do Direito em Perspectiva – do Antigo Regime à Modernidade*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 32.

sob o prisma dos “dois grandes processos independentes da era [moderna]: a criação de um sistema de Estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial”²³, nos leva a uma leitura importante no sentido de mostrar que essa atividade bancária, conforme regulamentada pelo direito, principalmente pelo ramo do direito comercial, não nasce de um modo espontâneo, parida pela mãe chamada liberalismo econômico e pela mão invisível do mercado, mas sim é criada, por homens interessados na política e na vida econômica do Império brasileiro, sobretudo para coordenar os rumos que a vida econômica do Império deve levar, no entendimento dos gabinetes desses homens.

Não obstante tais características, dado o recorte ora proposto, deve ficar claro que o presente trabalho, apesar de voltado para a análise da prática social e institucional do poder político e do direito, prescindiu das limitações aqui explicitadas, uma vez que se tornaria demasiadamente abrangente e incapaz de dar conta das contingências históricas demandadas por uma pretensão de análise maior do que a aqui exposta. Contudo, considerando as fontes analisadas para a elaboração deste trabalho, entendemos que pudemos elaborar uma história sobre uma determinada realidade institucional, verificando em certa medida práticas político-administrativas que revelaram linhas e ramificações de equilíbrios de poder durante a década de 1850 no Brasil Império sob o ponto de vista do tema da função dos bancos na orientação política que está sendo adotada pelo Estado na segunda metade do século XIX²⁴. Em outras palavras,

“[a]través da perspectiva histórica podemos compreender a organização e desenvolvimento dos bancos comerciais brasileiros, bem como a relação dessas instituições com a centralização do Estado Imperial em meados do século XIX. A consolidação desse Estado vai significar a vitória de um determinado projeto político e econômico, e a criação dos bancos estavam dentro dessa política.”²⁵

²³ TILLY, Charles. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984, p. 147.

²⁴ Como marco teórico para o método da história das instituições aqui pretendido, referimo-nos diretamente aos trabalhos do professor António Manuel Hespanha, mais especificamente pelo trabalho *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político. Portugal – Séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 9 – 17 e do professor Charles Tilly, Ob. Cit., 1984.

²⁵ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866)*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997, p. 22.

Portanto, com esse intuito de leitura e observação embasada em um maior rigor metodológico, neste contato entre distintas disciplinas acadêmicas, realizamos uma leitura sobre o tema bancário, no cenário do Brasil imperial durante o período de 1850 a 1860, voltada à área de encontro que converge na disciplina acadêmica e normativa do Direito Comercial. O estudo se baseou, portanto, em fontes primárias, sobretudo a partir de atos dos Poderes Executivo e Legislativo, conforme disponibilizados na *Coleção das Leis do Império do Brasil (1808 – 1889)*, conforme identificada no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, por meio da qual se pôde fazer a análise das Leis, Decretos, Alvarás, Decisões Ministeriais entre outros atos normativos do governo imperial, sendo que para a seleção de atos normativos analisados neste trabalho foi feita a revisão do índice completo de atos durante o período de 1850 a 1860, de mesmo modo foram avaliadas as decisões do *Conselho do Estado*, especificamente aquelas decorrentes da Seção de Justiça do Conselho, conforme disponibilizadas pelo sítio eletrônico do Senado Federal, também foram analisados os relatórios do *Ministério dos Negócios da Fazenda do Império*, da mesma forma analisados em meio eletrônico e, por fim, foi analisado o Almanak Laemmert, cuja publicação se iniciou em 1844 tendo durado até 1889, no qual pudemos consultar o conteúdo disponibilizado no *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*, cujo material pôde colaborar na complementação dos dados e informações apresentados pelas fontes oficiais do governo imperial. Além das fontes primárias anteriormente mencionadas, o presente trabalho contou com a análise de fontes secundárias, assim entendidas como publicações bibliográficas envolvidas no período ora proposto e, por fim, a análise se baseou também em bibliografias acerca da temática aqui destacada, tanto no meio jurídico, quanto histórico.

Cumpre-nos ressaltar que as fontes primárias supramencionadas são, conforme dito, fontes oficiais, ou seja, produzidas e divulgadas pelo governo interessado em divulgá-las. Desse modo, há de se observar que não confirmamos a incorporação dos bancos autorizados na forma dos decretos imperiais, tampouco a repercussão em meios não oficiais sobre suas atividades, críticas e problemas. Com isso, complementamos as críticas e análises aqui realizadas a partir de outros trabalhos históricos que se valeram das mesmas

fontes aqui mencionadas, de modo a buscar maior amplitude de visão analítica para o tema proposto²⁶. Em outras palavras,

“[s]e reconhecemos não existir objetividade pura, mas apenas a perpassada pelas incontáveis subjetividades que convivem objetivamente no mundo, não há por que descartar a ideia mesma de verdade, que poderia ser definida como o acordo das subjetividades. Já nesse caso aparece um critério de objetividade que define uma função crucial para o método: ele não pode estar totalmente determinado no âmbito de cada teoria, de cada visão subjetiva de mundo, pois é justamente um dos fatores que permite coloca-las de acordo.”²⁷

1.2 O CAPITALISMO, A ERA MODERNA E O SISTEMA-MUNDO

Para o estudo ora proposto, eminentemente voltado para um capítulo da história econômica do Brasil, direcionado para a história do direito, sobretudo do direito comercial, como o pretendido por este trabalho, fez-se uma escolha metodológica quanto à análise do capitalismo e suas relações históricas, a dizer, o uso do modelo heurístico da análise do sistema-mundo (*world-systems analysis*). Tal escolha teve em vista o fato de tal análise permitir um aprofundamento histórico, político, sociológico e econômico deveras abrangente para dar conta da hipótese trabalhada acerca da inserção do Brasil, ainda imperial, em um âmbito de relações globais, indicando que determinadas práticas e escolhas políticas de outros Estados também se fazem sentir no cenário do Brasil da época.

De modo sintético, com o propósito de apresentar uma das fundações deste trabalho, delimito que para o objeto aqui proposto a análise do sistema-mundo permite-nos agregar uma compreensão mais abrangente acerca do capitalismo, sua inserção,

²⁶ Portanto, pode-se dizer que a pesquisa histórica “(...) deve obedecer aos princípios críticos da disciplina, às regras acumuladas pelo equipamento das chamadas ciências auxiliares, em suma, identificar-se com as técnicas do historiador. A descoberta dos fatos, da documentação, e o seu uso correto constituem a pesquisa.” RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 21.

²⁷ GRESPAN, Jorge. *Considerações sobre o método*. (in) PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 299.

aprimoramento e desenvolvimento das relações imbricadas no mundo ocidental do século XIX, o momento em que o “espírito” do capitalismo pode ser identificado com maior clareza²⁸. Tal análise se torna importante para inserir o Brasil em um contexto global, bem como apresentar vicissitudes e conflitos gerados pelas relações capitalistas, sobretudo em vista da matéria bancária e circulação do crédito em meio a uma sociedade eminentemente agrícola, com uma indústria incipiente e com os conflitos políticos e de afirmação nacional latentes durante o período supramencionado.

De modo introdutório, nas palavras de Immanuel Wallerstein, pode-se dizer que

“[a] análise dos sistemas-mundo se originou no início da década de 1970 como uma nova perspectiva para a realidade social. Alguns de seus conceitos estiveram em uso por meio tempo e alguns outros são novos ou ao menos recém-nomeados.”²⁹

E, nesse sentido, a própria “[h]istória da emergência da análise dos sistemas-mundo está incorporada na história do moderno sistema-mundo e das estruturas de conhecimento que cresceram como parte desse sistema.”³⁰ Em outras palavras, Wallerstein está expondo que o método de análise perspectiva sobre a realidade social, do mundo ocidental, remonta ao início da estrutura global das sociedades e sua relação com o capitalismo, relação esta constituída sobretudo desde o século XVI, quando o padrão da orientação econômica adota permite que esse modelo de análise possa ser identificado em algumas partes do mundo, sendo que inicialmente encontra maior expressão em regiões da Europa e das Américas. Mas esse sistema se expandiu pelo tempo e pelo mundo, em uma economia global capitalista (ou uma economia-mundo), desde seu princípio, e assim, combinando diversas instituições, tais como o mercado, os diversos Estados, interligados em um sistema interestatal e os grupos regionais (elites, conglomerados, grupos que se relacionem em meio a uma cadeia de produção, divisão e consumo)³¹, ancorados em

²⁸ WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 41-47.

²⁹ WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004, p. 1.

³⁰ Idem ibidem, no original: “World-systems analysis originated in the early 1970s as a new perspective on social reality. Some of its concepts have been in use for a long time and some are new or at least newly named. (...) The story of the emergence of world-system analysis is embedded in the history of the modern world-system and the structures of knowledge that grew up as part of that system.”

³¹ Idem, p. 23-32.

questões universalistas, ligadas a cada uma das hegemonias mundiais³² de cada período, que afetam e criam um padrão cultural, monetário, burocrático, idiomático e de solução de conflitos.

Esse sistema de hegemonias mundiais pode ser bem representado por meio do modelo utilizado por Giovanni Arrighi quando da elaboração dos *ciclos sistêmicos de acumulação*, assim entendidos como fenômenos intrinsecamente capitalistas que “[a]pontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos.”³³ Ou seja, os *ciclos sistêmicos de acumulação* permitem identificar fases de mudanças contínuas e fases de mudanças descontínuas sobre a economia mundial capitalista como um todo, principalmente sob um ponto de vista da análise histórica.

Nessa história de longa duração do capitalismo Arrighi identifica quatro ciclos sistêmicos de acumulação e três hegemonias que se formaram em meio à constituição de tais ciclos. Tais ciclos são identificados pelo *ciclo genovês* (séculos XV a XVI), o *ciclo holandês* (séculos XVII a XVIII), o *ciclo britânico* (séculos XVIII e XIX) e o *ciclo norte-americano* (séculos XIX e XX); contudo, não necessariamente um ciclo sistêmico de acumulação implica na congratulação da economia líder como a hegemonia mundial do período, razão pela qual o referido autor identifica apenas duas hegemonias mundiais, construídas a partir do século XVIII, inicialmente composta pela hegemonia britânica, seguida pela hegemonia norte-americana.

Deve ficar claro que essa história de transformações e manutenção da economia mundial capitalista não se escreveu de modo linear, evoluindo desde o século XVI para “algo melhor” no século XIX e nos dias de hoje. É uma história construída por fortes rupturas, por algumas relações de continuidade, mas também pela falência e recuperação

³² Por hegemonias mundiais referimo-nos ao conceito utilizado por Giovanni Arrighi quando expressa que “[o] conceito de ‘hegemonia mundial’ aqui adotado, no entanto, refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema.” ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 27.

³³ Idem, p. 8.

do sistema. Em vista do objeto pretendido pelo presente trabalho, não remontaremos a história já bem descrita por outros autores³⁴, de modo que poderemos manter o foco sobre o século XIX e a economia mundial deste período.

Diante da ressalva supramencionada, tem-se que, para este século XIX a hegemonia mundial que estava se sustentando era o Reino Unido, liderado pela Inglaterra. O caminho para a instalação dessa hegemonia teve sua transição permitida pela *Revolução Industrial*, do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico e econômico, bem como em razão da derrota do Império militar continental francês, liderado por Napoleão Bonaparte, além da eficiente articulação realizada pelos rearranjos políticos e institucionais provocados pelo Reino Unido ao longo da Europa ocidental; sem essas articulações, acordos e rearranjos, a história poderia ter sido outra³⁵. Assim, diz-se que o

“Reino Unido tornou-se hegemônico, em primeiro lugar, por liderar uma vasta aliança de forças primordialmente dinásticas na luta contra essas violações de seus direitos absolutos de governo [lutas interestatais e intra-estatais provocadas após a Revolução Francesa de 1789 e os movimentos napoleônicos na Europa e Américas] e em prol da restauração do Sistema de Vestfália [1648]. Essa restauração foi concluída com sucesso pelo Tratado de Viena, de 1815 e pelo subsequente Congresso de Aix-la-Chapelle, em 1818 [visando iniciar um período de paz entre as nações].”³⁶

Em segundo lugar, pôde também ser consagrado como hegemônico devido à ruína dos Impérios coloniais no mundo ocidental e expansão de tais Impérios para o mundo oriental (China, Índia e Japão, principalmente), abrindo caminho para novos acordos e

³⁴ Para a história do capitalismo, em meio ao modelo aqui utilizado, referimo-nos aos seguintes trabalhos: ARRIGHI, Giovanni. Ob. Cit., 2009; BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV – XVIII*. Vol. 2 – *Os Jogos das Trocas*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2009; POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Trad. Fanny Wrobel. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012; TILLY, Charles. Ob. Cit., 1984 e TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European states, AD 990 – 1990*. Malden: Blackwell Publishing, 1992; VILAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História: 1450 – 1920*. Trad. Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; e WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System, vol. III: The Second Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730 – 1840's*. San Diego: Academic Press, 1989.

³⁵ ARRIGHI, Giovanni; HUI, Po-keung; RAY, Krishnendu; e REIFER, Thomas Ehrlich. *Geopolitics and High Finance*. (in) ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p. 43.

³⁶ ARRIGHI, Giovanni. Ob. Cit., 2009, p. 52.

novos espaços de infiltração cultural e econômica por meio de seus vínculos com o poder britânico.

A referida hegemonia britânica constituiu-se no mundo capitalista moderno do século XIX por meio do imperialismo do livre comércio, do reconhecimento de novos Estados (dentre eles o Brasil independente e imperial) – ou seja, o reconhecimento da soberania de tais Estados –, da expansão territorialista (não necessariamente por meio da obtenção de novas terras ou colônias, mas por meio da ligação de seus produtos – novamente, não necessariamente produtos tangíveis, como os tecidos, mas também produtos intangíveis, como cultura, idioma, moeda, as linhas de crédito e financiamentos – contra a subordinação das economias locais) e desenvolvimento de novas tecnologias (materiais e imateriais).

Inicialmente, o imperialismo do livre comércio³⁷ deve ser entendido como o domínio britânico sobre o sistema-mundo do capitalismo global do século XIX, por meio da prática e enraizamento da ideologia do livre comércio britânico, bem como para destacar as fundações imperialistas do regime britânico de governo e acumulação, em escala mundial, por meio de tal modelo³⁸. A expressão livre comércio pode ser entendida como uma expressão equívoca, pois pode levar o leitor à ideia de que se trata de um comércio totalmente livre, apenas guiado pelo arbítrio daquele que o comanda ou realiza tal atividade. Entretanto ela jamais teve esse significado na história do capitalismo da modernidade. A expressão significa a liberdade de praticar atividades mercantis e comerciais dentro dos limites estabelecidos pelo Estado soberano. Ou seja, caso o comerciante pretendesse praticar sua atividade apenas com base em seu próprio livre arbítrio, ao ir de encontro às regras estabelecidas pelo Estado, seria responsabilizado ou penalizado por tal infração, de modo que sua conduta sempre estaria limitada pela coerção

³⁷ Para o caso português, quando da instalação da corte no Brasil, fica clara a subordinação aos preceitos britânicos do livre comércio pelo seguinte excerto: “Os mesmos principios de hum systema grande, e liberal do commercio são muito applicaveis ao reino, e só elles combinados com os que adoptei para os outros meus dominios, he que poderão elevar a sua prosperidade àquelle alto ponto, a que a sua situação, e as suas producções parecem chamallo. Estes mesmos principios ficão corroborados com o systema liberal de commercio, que de accordo com o meu antigo, fiel, e grande alliado Sua Magestade Britanica, adoptei nos tratados de aliança, e commercio, que acabo de ajustar com o mesmo soberano, e nos quaes vereis, que ambos os soberanos procuramos igualizar as vantagens concedidas às duas nações, e promover o seu recíproco commercio, de que tanto bem deve resultar.” SILVA, J. M. Pereira da. *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro*. Tomo Segundo. Pariz: Imp. De Simon Raçon e Comp. 1865, p. 547. Excerto do “Manifesto do Principe Regente a Portugal sobre o Tratado de Commercio”, datado de 7 de março de 1810.

³⁸ ARRIGHI, Giovanni. Ob. Cit., 2009, p. 54.

possível que o Estado teria direito a aplicar contra tal comerciante³⁹. Obviamente não se trata de uma mera imposição estatal, como se o Estado pudesse vigiar e punir tudo e todos, mas de um acerto, uma negociação, tácita ou expressa, entre os empreendedores e o Estado, imbricados em uma relação de dependência mútua, de diminuição da internalização de custos com segurança jurídica por parte do empreendedor, por exemplo, contra o pagamento de tributos ao Estado para garantir um baluarte mínimo necessário de regras para o desenvolvimento desse livre comércio.

O ponto fundamental para ser compreendido nesse século XIX, acerca do imperialismo de livre comércio assegurado pela hegemonia mundial britânica, é que se pôde estabelecer o princípio de que as leis vigoravam dentro e entre as nações e, com isso, estas estariam sujeitas a uma autoridade metafísica e superior, jamais controlada pelos homens, que era o mercado mundial, devidamente autorregulado por suas próprias leis⁴⁰. Aqui a importância dos economistas ingleses do século XVIII (mais especificamente Adam Smith e David Ricardo)

Reconhecer novos Estados, ou seja, compreendê-los como soberanos, significa adotar um conceito inventado no moderno sistema-mundo em um mundo interestatal de reconhecimentos mútuos de soberania. Do ponto de vista da regulação das economias nacionais, em meio ao sistema global, a soberania implica na compreensão pelo menos de algumas características sobre os Estados e sua relação nesse mundo do livre comércio. Especificamente refiro-me ao fato de que os Estados soberanos passam a **(i)** estabelecer as regras e condições sob as quais os produtos primários (*commodities*), o capital e o trabalho poderão ultrapassar as fronteiras de cada Estado soberano; **(ii)** estabelecer as regras acerca dos direitos de propriedade; **(iii)** estabelecer as regras para o uso da mão-de-obra, ou seja, do trabalho e a respectiva forma de remuneração (o caminho para o fim da escravidão e o porquê da necessidade de se acabar com a escravidão – cujo mote não está direcionado para os direitos humanos, que tampouco é um conceito conhecido no século XIX –, por exemplo); **(iv)** decidir quais custos devem ser internalizados pelos comerciantes e empresas para a exploração de suas atividades; **(v)** decidir quais os processos econômicos que devem ser monopolizados e em qual grau de monopólio (geralmente a opção adotada foi a da formação e defesa de oligopólios); **(vi)** tributar as atividades e as rendas,

³⁹ TILLY, Charles. Ob. Cit., 1992, p. 16-17 e p. 114-117.

⁴⁰ ARRIGHI, Giovanni. Ob. Cit., 2009, p. 55.

determinando competências locais e interestatais para o recolhimento e cobrança de tais receitas; e (vii) o uso da soberania nacional para adotar medidas protecionistas em face de outros Estados reconhecidos, em favor de suas economias locais.⁴¹ Outro aspecto importante do reconhecimento da soberania de outros Estados é que, sobretudo a partir do Tratado de Viena de 1815, o caminho para a hegemonia mundial britânica também se abre frente a um período interessado pela paz entre as nações, estabelecendo “negócios pacíficos como um interesse universal”⁴².

Em complemento, a expansão territorialista significa obter mais territórios, maior população e maior arrecadação de tributos, por meio de domínios não necessariamente militares, mas, sobretudo, de criação de clientelas. A cultura, moeda, produtos e serviços oferecidos pelo Reino Unido passam a ser o atrativo ideológico mais adequado para fazer com que, em meio à economia mundial capitalista, possa se atrair um maior número de seguidores suscetíveis a se moldar aos interesses dessa hegemonia imperialista. Foi o caso dos domínios ingleses sobre espaços asiáticos ao longo do século XIX⁴³, por exemplo.

E, por fim, o desenvolvimento de novas tecnologias implica no desenvolvimento das indústrias de bens de capital, bem como na abertura comercial para a possibilidade de um livre comércio multilateral, com os diversos Estados soberanos e também a inovação de produtos financeiros e garantias que passaram a ser aceitas em prol das trocas comerciais.

Conforme inicialmente exposto, trata-se de um modelo e, como tal, não deve ser visto como uma vestimenta que caberá na exata forma para o caso do Brasil, entretanto, continua tendo relação e servindo em certa medida, sobretudo para cumprir o papel pretendido de estabelecer a relação entre o Brasil e o mundo, de modo que possa ficar claro que o que se seguirá pelas próximas páginas não é um fenômeno necessariamente exclusivo do Brasil, tampouco está completamente influenciado pelo sistema-mundo do período. De fato está ligado a uma economia capitalista globalizada, imiscuído nas informações e conhecimentos produzidos em outros países, sobretudo na Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha, bem como relacionado aos particularismos dos

⁴¹ WALLERSTEIN, Immanuel. Ob. Cit., 2004, p. 46-52.

⁴² POLANYI, Karl. Ob. Cit., 2012, p. 7.

⁴³ BRAUDEL, Fernand. Ob. Cit., 2009, p. 174-191.

poderes provinciais e do governo imperial brasileiro. No nosso caso, devemos levar em consideração que, além da forte influência do ponto de vista da economia marcada pelo Reino Unido, os modelos jurídicos franceses têm forte influência no Brasil⁴⁴ e a forma de desenvolvimento da indústria e das operações bancárias só irá tomar uma nova conformidade na segunda metade do século XIX, principalmente por meio da instalação de comerciantes e casas bancárias de origem inglesa sob a jurisdição brasileira, portanto, nos próximos capítulos, buscarei trazer o foco sobre o caso do Brasil e como essa economia capitalista do sistema-mundo ao qual pertence o ciclo sistêmico de acumulação da hegemonia britânica se relaciona à economia e às transformações escolhidas para a modernização do direito comercial brasileiro do período.

Portanto, essa relação entre o direito, a formação de um sistema financeiro e de um mercado, no âmbito da formação de um Estado nacional, apresenta sua importância em vista do fato de que. “[a] organização da estrutura financeira de um país – os ativos, mercados e instituições – está intimamente ligada à organização do Estado Nacional e ao desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras, ‘a estrutura financeira destaca-se pela extrema sensibilidade às manipulações de caráter jurídico-político’”.⁴⁵

⁴⁴ Um exemplo apenas dessa influência britânica pode ser lida por meio da “Convenção do Empréstimo de 600,000 Libras Sterlinas em Inglaterra”, celebrada em 21 de abril de 1809, entre Portugal e Inglaterra, tendo como garantia uma *porção de rendas* na Ilha da Madeira e o produto líquido decorrente da venda do Pau Brasil. A subordinação da corte portuguesa ao domínio econômico britânico também fica representada pelo seguinte trecho: “Deste modo verá S. Ex. [Lord Strangford], e o poderá levar ao conhecimento de S.M. [Sua Majestade] Britannica, qual he a deferencia e adhesão de S.A.R. [Sua Alteza Real – o Príncipe Regente] a tudo o que o seu antigo e fiel aliado lhe propõem a bem da cauza commum dos dois Estados, e quanto certamente huma semelhante conducta he consequente, e correpondente aos gloriosos exforços que S.M. Britannica, e o seu parlamento fazem para concorrer a defensa de Portugal contra o inimigo commum [a França napoleônica]; podendo justamente S.A.R. esperar que esta intima união de vistas, e interesses seja cada dia mais vantajoza as duas naçoens, e fatal ao commum inimido.” SILVA, J. M. Pereira da. Ob. Cit., 1865, p. 541. Excerto do “Offício do Conde de Linhares a Lord Strangford”, datado de 11 de maio de 1810.

⁴⁵ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *O Banco Mauá & Cia. (1854 – 1878): Um Banco no Brasil do Século XIX.* (in) SZMRECSÁNYI, Tamás & MARANHÃO, Ricardo (orgs.). *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico.* Segunda Edição Revista. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002, p. 297.

CAPÍTULO II – OS BANCOS NO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO XIX

“Bem regulados e dirigidos os bancos podem ser de grande vantagem ao Império, e, pelo contrário, até nocivos se lhe tornaram, e muito ao Tesouro, acionistas e fregueses, se os consentirem abandonados aos estímulos desregrados do interesse privado e da ambição individual.” Bernardo de Souza Franco⁴⁶.

2.1 PRIMEIRA METADE DO XIX: ESTADO, MERCANCIA E O DIREITO: O CÓDIGO COMERCIAL

Conforme ratificado pela historiografia, o século XIX é o momento da *modernização* dos Estados. Em mesmo sentido, também é reconhecido como o período da modernização do direito no mundo ocidental. Movimentos constitucionalistas e a formação de nações independentes alocam as necessidades de *ordenamentos jurídicos* em meio às novas nações emergidas.

É também o momento em que

⁴⁶ FRANCO, Bernardo de Souza. *Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984 (originalmente publicado em 1848), p. 11.

“[a] lapidação do conceito moderno e reflexivo de história foi se levando a cabo tanto nas discussões científicas como no espaço linguístico sociopolítico da vida cotidiana. O que manteve unido ambos níveis linguísticos foram os círculos da burguesia culta, seus livros e revistas, que se foram multiplicando pouco a pouco durante finais do século XVIII, sobretudo no século XIX, com numerosas associações e instituições.”⁴⁷

Pode-se dizer que “o século XIX abre-se sob o signo do absolutismo ilustrado e das revoluções americana e francesa.”⁴⁸ E, para nossos ambientes de estudo, Brasil e também, “no caso português a experiência de modernização iniciada por Pombal havia retrocedido, mas algumas iniciativas permaneceram, como a Junta do Novo Código, que deveria reformar a legislação portuguesa.”⁴⁹ Essa modernização acarreta consigo, “do ponto de vista da cultura jurídica, o liberalismo – como doutrina econômica mais que política”⁵⁰ e, conseqüentemente, passa a ser “um elemento-chave no discurso dos brasileiros imersos da política imperial do período.”⁵¹

Nesses inícios do século XIX é que encontramos o período marcante para o “processo de descolonização”, abrindo espaço para a afirmação de grupos de poderes regionais, cuja atuação pôde formar suas respectivas lideranças e puderam tomar maior conhecimento de seu papel nos negócios desse incipiente Brasil Império, bem como nas relações internacionais às quais passaram a ganhar destaque para o reconhecimento do Brasil como um Estado soberano no contexto das políticas globais dos demais Estados. Novamente reforça-se a temática dos reflexos dos posicionamentos político-econômicos liberais, resultando no fato de que

⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Trad. Antonio Gómez Ramos. Madrid: Editorial Trotta S.A., 2004. No original, complementa: “La acuñación del concepto moderno y reflexivo de historia se fue llevando a cabo tanto en las discusiones científicas como en el espacio lingüístico político-social de la vida cotidiana. Lo que mantenía unidos a ambos niveles lingüísticos eran los círculos de la burguesía culta [*Bildungsbürgertum*], sus libros y sus revistas, que se fueron multiplicando poco a poco durante el último tercio del siglo XVIII y a los que siguieron, sobre todo en el siglo XIX, numerosas asociaciones e instituciones. El surgimiento de una ciencia autónoma de la historia puede atribuirse a esa burguesía culta que, a la vez, se dotaba de una identidad propia al acuñar una autonciencia histórica. En esta medida, la génesis del concepto moderno de historia coincide con su función política y social – sin fundirse de todos modos con ella.” p. 106–107.

⁴⁸ LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit., 2002, p. 277.

⁴⁹ Idem ibidem.

⁵⁰ Idem, p. 278.

⁵¹ Idem ibidem.

“[...] tal processo, um tanto desacelerado pela transmigração da corte, revela-se na série de movimentos liberais e liberal-nacionais, desde as insurreições republicanas no Nordeste, em 1817 e 1824, movimentos com foco em Recife (Pernambuco), a Independência em 1822, prosseguindo depois na expulsão de Pedro I em 1831 e nos conflitos, levantes e revoluções do período regencial (1830-40). Quando Pedro II, neto de João VI, assumiu a Coroa com o golpe da Maioridade em 1840, definiu-se a ‘paz’ do Segundo Império. Nesse percurso, o novo Estado inseriu-se no sistema mundial de dependências sob a tutela inglesa.”⁵²

Apesar de tratar-se de um processo de descolonização, a ruptura com o Antigo Regime ainda tardará a se fazer sentir, e esse Estado moderno ainda tardará a se consolidar da forma como as nações europeias estão defendendo à época. Nesse sentido pode-se dizer que, dentro de certa medida, “(...) a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa.”⁵³ Um exemplo bastante elucidativo desse aspecto permanente pode ser lido por meio do “*Manifesto do Príncipe Regente às Nações Estrangeiras*”, de 1º de maio de 1808, quando D. João VI ainda demonstra que, nesse ainda *dependente* Brasil, o Rei só deve prestar contas a Deus⁵⁴, retomando a já desgastada forma política e religiosa do poder taumatúrgico do soberano em detrimento da consolidação de um Estado nacional tal qual se defenderá ao longo do século XIX.

Como reflexo dos movimentos sócio-políticos, tanto em Portugal como no Brasil (Revolução do Porto de 1820, por exemplo), é proclamada a independência brasileira,

⁵² Idem *ibidem*.

⁵³ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial. Teatro das Sombras: a Política Imperial*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 21.

⁵⁴ “S.A.R. [Sua Alteza Real] fez então approximar das costas, e portos do mar, todo o seu exercito; persuadio-se, que a França tendo conseguido essencialmente tudo o que tinha pedido, não teria lugar de exigir mais cousa alguma; e poz toda a confiança na boa fé, que devia considerar-se como a base de todo o governo, que há cessado de ser revolucionario; e na segurança de que, tendo feito tudo o que estava da sua parte, para segurar a tranquilidade do seu povo, e para evitar uma effusão inútil de sange, tinha cumprido assim com todos os deveres de um principe virtuozo, e adorado pelos seus vassallos, e que quanto ao mais, não tem que dar contas das suas acçoens, senão ao Ente Supremo.” SILVA, J. M. Pereira da. Ob. Cit., 1865, p. 326-327. Excerto do “*Manifesto do Príncipe Regente às Nações Estrangeiras*”, de 1º de maio de 1808.

“[...] dois sentidos da luta liberal se desenvolveram: 1) contra o regalismo de D. Pedro I, o seu chamado *absolutismo*, pela liberdade da oposição e 2) contra a centralização nacional, articulada por José Bonifácio em torno das províncias mais próximas da Corte (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) e pelo *federalismo*, demonstrando a disputa entre as oligarquias locais. Até 1823, Bahia e Pará haviam aderido às Cortes portuguesas e não ao Príncipe Regente: ali havia tropas portuguesas estacionadas, que só foram expulsas com ações bélicas. Assegurada a independência e a união das províncias, foi preciso dissolver a Constituinte (1823) para afastar os liberais radicais, que só voltaram com a abdicação (1831) [grifos do autor].”⁵⁵

A própria abdicação viria de D. Pedro I “receber uma representação assinada por liberais de renome, como Evaristo da Veiga e o senador Vergueiro, redigida em termos violentos.”⁵⁶ Em Portugal a nova influência também se faz sentir, pois uma “revolução constitucional havia instaurado um governo representativo liberal”⁵⁷. E o teor da nova experiência de consciência pelo direito se faz sentir na sociedade política brasileira do período,

“[...] em determinado trecho, os signatários salientavam que um dos pontos de divergência estava no projeto federalista: ‘Nós vimos e ouvimos encher de impropérios e baldões o nome brasileiro, espancar e ferir a muitos de nossos compatriotas, a pretexto de federalistas, de uma questão política, cuja decisão depende do juízo e deliberação do poder Legislativo, e nunca do furor insensato e sanguinário de homens grosseiros.’”⁵⁸

Todos esses elementos se constituem entre tensões e convergências internas nessa sociedade brasileira, ainda não auto reconhecida como uma nação brasileira, mesmo o

⁵⁵ LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit., 2002, p. 279.

⁵⁶ DOHLNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial – origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005, p. 17.

⁵⁷ BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. 3ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 213.

⁵⁸ DOHLNIKOFF, Miriam. Ob. Cit., 2005, p. 17, *apud* em Aldo Janotti, *O Marquês do Paraná*. São Paulo: Edusp, 1990, p. 82.

movimento de “instauração do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro.”⁵⁹

Nesse contexto, é elaborada a Constituição (primeira) outorgada em 11 de dezembro de 1823 e jurada pelo Imperador em 1824. A Constituição foi seguida de diversos debates legislativos acerca de outras regulamentações pendentes, como o caso das terras; cujo fim do regime sesmario pretendia direcionar uma necessidade de novos regramentos, culminados, então, na Lei de Terras de 1850, fruto de “longo debate, que se estabeleceu a partir da década de 1820.”⁶⁰ Apesar de sabidamente não aplicada, até o final do Império, revela-se como um passo importante na tentativa de consolidação desse novo Estado que então estava a tomar forma⁶¹.

Arno Wehling observa nesse episódio constitucional, um momento de ruptura histórica na política brasileira⁶² em relação ao formato do governo de Antigo Regime até então praticado e vivido pelos sujeitos políticos do período, e aponta que

“o sistema de governo era declaradamente monárquico-constitucional, o que significava admitir um papel relevante ao parlamento e ao judiciário. No primeiro caso, entretanto, a constituição não definira um regime parlamentarista orientado por

⁵⁹ JANCÓS, Istvan e PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. (In.) MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta – a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 131-132. Continuam os autores: “Essas identidades políticas coletivas sintetizavam, cada qual à sua maneira, o passado, o presente e o futuro das comunidades humanas em cujo interior eram engendradas, cujas organicidades expressavam e cujos futuros projetavam. Nesse sentido, cada qual referia-se a alguma realidade e a algum projeto de tipo nacional. Se atentarmos para as manifestações dos contemporâneos expressando sentimentos de pertencimento a uma nação, veremos que o resultado de uma hipotética consulta realizada dentro das fronteiras do nascente Império brasileiro nos termos sugeridos por Renan [Ernest Renan] – para quem a nação é um plebiscito diário – leva forçosamente à reabertura da discussão de questões de fundo no tocante à formação da nação brasileira.”

⁶⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. Ob. Cit., 2005, p. 39.

⁶¹ A Lei de Terras foi alvo de diversas críticas ao longo dos anos que sucederam sua promulgação. Como exemplo, em 1853 o Deputado Joaquim José Pacheco, representante da Província de São Paulo e filiado ao Partido Liberal, ao criticar o Governo imperial, dizia que “a primeira coisa que cumpre fazer é executar a lei de 1850, que mandou separar, dividir e demarcar as terras do domínio publico. Notai que é preciso urgencia, porque precisamos de mudar a nossa reputação na Allemanha, e firmar um outro conceito que seja-nos favoravel, provando-lhe que tratamos seriamente destas questões.” BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 5 de agosto de 1853. A Lei de Terras permaneceu como *letra morta* até a proclamação da República.

⁶² WEHLING, Arno. *Ruptura e Continuidade no Estado Brasileiro, 1750-1850*. (in) Carta Mensal. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, n. 587, vol. 49, 2004, p. 51.

regras definidas. O gabinete de ministros era da confiança do Imperador, detentor dos poderes executivo e moderador. A confusão entre chefia de governo e do estado na mesma pessoa e a débil situação de um gabinete sem maioria parlamentar foi uma das razões para os conflitos que culminaram com a abdicação do primeiro Imperador.”⁶³

Durante esse processo de adequação dos novos interesses regionais e da formação do Estado nacional, podemos também encontrar um instrumento decisivo para o fortalecimento da legitimação da soberania de uma nação: o direito. Nesse contexto, além dos diversos decretos imperiais e leis aprovadas pelo Legislativo, podemos identificar a forte influência gálica, sobretudo, por meio da codificação de ramos do direito. Pela codificação do direito se compreendem os processos de legiferação desse XIX, desse período é que se tem a promulgação do Código Criminal (1830), Código de Processo Criminal (1832), o Regulamento nº 737 de 25 de novembro de 1850, cujo teor tratou sobre o processo civil e comercial, bem como a tentativa da *consolidação das leis civis*, durante o contrato do governo imperial com o jurista Teixeira de Freitas (autorizado e contratado para elaborar o Código Civil do Brasil imperial por meio do Decreto nº 2.337, de 11 de janeiro de 1859, celebrado entre o jurista e o então Ministro dos Negócios da Justiça do Império, José Thomaz de Nabuco Araujo), e o próprio Código Comercial, promulgado pela Lei nº 556, de 25 de junho de 1850⁶⁴.

Para Antonio Carlos Wolkmer esse XIX, com grande influência na construção de uma filosofia do direito, seria tomado por “tendências que se filiam, ora ao idealismo, ora ao materialismo, em seus matizes positivistas ou dialéticos.”⁶⁵ Para o autor, “na trajetória marcada pela Revolução Industrial, pela consolidação do capitalismo e pelas lutas sociais que refletem a consolidação burguesa e a marginalidade das camadas populares, a dinâmica sociopolítica ocidental se caracterizaria”⁶⁶ por tensões entre ramos liberais e outros ramos de leitura político-econômica (como o socialismo).

⁶³ Idem, p. 53.

⁶⁴ Estou deixando de fora, propositalmente, os movimentos revolucionários separatistas ou não, bem como o tema da escravidão, no sentido de tornar a temática do direito, e mais especificamente do direito comercial, mais concisa aos objetivos aqui engendrados.

⁶⁵ WOLKMER, Antonio Carlos. *Síntese de uma História das Idéias Jurídicas – da Antiguidade clássica à Modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, p. 187.

⁶⁶ Idem, p. 188.

Também, no cenário europeu, é o momento de confirmação da expressão “Estado de Direito” (*Rule of Law*, *Rechtsstaat*, *Stato di Diritto*), trazida, em essência, pela herança das revoluções do XVIII. “É com a revolução que confrontam aqueles intelectuais que começaram a ser chamados de ‘liberais’ – de Constant a De Staël, a Guizot, a Tocqueville – e é da revolução que eles extraem a convicção de ter de repensar a fundo o problema da soberania, da lei, dos direitos.”⁶⁷

Essas codificações trazem maior clareza nas distinções entre os ramos público (o direito penal e financeiro, por exemplo) e privado do direito (o direito civil e comercial, por exemplo). A codificação de um direito privado resultou numa dualidade maior que se podia perceber – uma legislação civil e outra comercial. Para Heinz Mohnhaupt, no contexto europeu, esse processo de codificação do direito privado é criado sob uma forma aparentemente “natural” às formações das Cartas Constitucionais em fins do século XVIII e início do XIX.⁶⁸

Para a realidade brasileira, sob o ponto de vista do direito privado, o que se apresenta é a clara distinção entre dispositivos de uma legislação comercial e de outro lado uma civilista; são aspectos que indicam que a economia passa a representar um elemento importante para o Estado, e, dessa forma, passa a ser dispensado um tratamento mais observador acerca desse novo enfoque que se está a desenvolver sobre políticas econômicas, por meio da criação de um *códex* próprio, bem como de leis específicas que possam regulamentar os fundamentos comerciais, sobretudo a ideologia do livre comércio e do Estado como balizador das relações aí geradas.

Sem perder de vista, nos dizeres de Hespanha, que, na disputa entre a “razão jurídica” contra a “razão popular”, “se há algo que caracteriza o pensamento jurídico dos

⁶⁷ COSTA, Pietro. *Estado de Direito: uma introdução histórica*. (In.) COSTA, Pietro e ZOLO, Danilo (orgs.). *Estado de Direito – História, teoria, crítica*. Trad. Carlos Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 117.

⁶⁸ MOHNHAUPT, Heinz. *Konstitution, Status, Leges fundamentales Von der Antike bis zur Aufklärung*. (In.) MOHNHAUPT, Heinz und GRIMM, Dieter. *Verfassung – Zur Geschichte des Begriffs von der Antike bis zur Gegenwart*. Berlin: Duncker & Humblot, 1995, p. 96. No original: “In der vernunftrechtlichen Kodifikationsepoche des 18 Jahrhunderts wurde auch die Frage nach einer Kodifizierung der grundgesetzlichen Verfassungsregeln zu einer einheitlichen ‘Verfassung’ aktuell. Die Kodifikation der Privatrechtsgesetzbücher betraf in zweifacher Hinsicht auch die ‘Staatsverfassung’. Dies wird einmal in der Tendenz offenkundig, die allgemeine Gesetzgebung nach der ‘Landes - Verfassung’ einzurichten.”

últimos dois séculos é a sua multiforme reacção contra o domínio do exclusivo da criação do direito pela vontade popular, imediata e continuamente expressa nas assembleias constituídas pelos representantes diretos do povo.”⁶⁹ Portanto,

“[...] se lermos a história do direito como a história de um discurso que exprime o poder social de um grupo ou de especialistas – como o fez P. Bourdieu – este facto não é estranho. No fundo, tratar-se-ia, para juristas, de salvaguardar um monopólio de dizer o direito, que sempre lhes pertencera e de que a fase mais radical da Revolução Francesa (que, em termos constitucionais, se exprime no projeto da Constituição de 1791) os tentara expropriar.”⁷⁰

Ainda, com vistas ao exemplo europeu, sobre a codificação que vem em marcha rápida desde o XVIII, esta é marcada neste XIX, por uma especificidade não vista anteriormente:

“[...] primeiro, a um nível formal, porque se apresentam como códigos sistemáticos, dominados por uma ordem intrínseca, o que lhes dá, aos nossos olhos, um aspecto ‘arrumado’ que contrasta com o plano arbitrário dos códigos anteriores. Depois, quanto ao sentido das suas disposições, porque eles tendem a apresentar-se como conjuntos de disposições libertos das contingências do tempo e por isso, tendencialmente eternos.”⁷¹

Em outras palavras, em meio a tais processos de desenvolvimento do direito e da própria codificação de determinados ordenamentos jurídicos, deve ficar clara a ideia de que “a separação do direito público do direito privado consolidou-se em vários lugares com o apelo ao interesse público e, como dito antes, com a descrição do interesse público como algo superior, embora não claramente diferente do interesse privado.”⁷² Por sua vez, “a ideia de que o interesse público diz respeito a algum ‘bem’ indivisível relacionado, de um modo ou de outro, a todos os membros da república cede passo á ideia de um bem superior por autoridade (por sua vinculação à vontade do povo soberano ou do príncipe.”⁷³

⁶⁹ HESPANHA, António Manuel. Ob. Cit., 2005, p. 351.

⁷⁰ Idem ibidem.

⁷¹ Idem, p. 329–330.

⁷² LOPES, José Reinaldo de Lima. *As Palavras e a Lei*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 249.

⁷³ Idem ibidem. E, completa a ideia de que: “Além disso, converte-se em ideia corrente a noção de

Deve remanescer, portanto, a ideia de que

“[n]a época moderna, que é o período da codificação do direito privado, época da mediação do Estado, o particularismo [assim entendido sob a forma de *ius mercatorum* e em algo incipientemente considerado como direito comercial] se apresenta de um modo diferente. O direito comercial é o direito do código de comércio, separado do código civil; da jurisdição comercial, separada da civil.”⁷⁴

Interessante se faz notar que instituições comerciais (em sua maioria de origem mercantil, apenas autorizadas pelo Governo imperial), no Brasil, remanesceram em tempos distintos, por exemplo, a Junta de Comércio, organizada em 1808 por D. João VI, se mantém, inclusive com um mesmo juiz (chamado de *juiz conservador*, decorrente da origem portuguesa, cujo nome das jurisdições consulares era *jurisdição conservadora*⁷⁵).

E de fato, se mantém curioso, que o Brasil tenha preservado, durante esse XIX, certa especialidade na jurisdição mercantil, tendo durado até quase o final do século XIX, sendo que foram definitivamente removidas no ano de 1876, data em que foram encerrados os órgãos judicantes especializados.⁷⁶ José Reinaldo de Lima Lopes aponta que

“[...] de modo geral o processo de mudança acompanhou o processo de reforma das instituições herdadas do Antigo Regime e foi, pois, relativamente demorado. Como se sabe, com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, foram ali estabelecidos também tribunais superiores semelhantes aos de Lisboa, tribunais de corte, isto é, de sede de reino ou Império. A primeira grande onda de reformas pós-independência veio em 1828, ainda na primeira

conveniência e de discricionariedade. O direito administrativo (ou direito público) cobre em geral a área da utilidade, das necessidades materiais, e não a área de atuação dos funcionários ou oficiais do Estado. Daí as distinções também mencionadas antes entre uma jurisdição administrativa, que pode levar em conta a conveniência, e outra jurisdição judicial, que deve levar em conta a lei.”

⁷⁴ GALGANO, Francesco. *Lex Mercatoria*. 4ª Ed. Bolgna: Il Mulino, 2001, p. 9–10. O original diz que “nell’epoca moderna, che è l’epoca della codificazione del diritto privato, l’epoca della mediazione dello Stato nella regolazione di tutti i rapporti sociali, l’antico particolarismo giuridico si ripresenta in forme mutate: Il diritto commerciale è Il diritto dei codici di commercio, separati dai codici civili; della giurisdizione commerciale, separata dalla giurisdizione civili.”

⁷⁵ LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit., 2006, p. 5.

⁷⁶ Idem, p. 15.

legislatura (quando do funcionamento da primeira Assembleia Geral instalada em 1826), **mas não afetou diretamente a jurisdição mercantil** [grifos nossos].”⁷⁷

Com isso, pode-se ver a transição (e adaptação) de uma instituição ainda colonial e, portanto, não constitucional, ao novo Estado brasileiro⁷⁸ burocrático e liberal que se está a formar.⁷⁹ Este ponto pode permitir que o debate sobre a criação de tribunais de comércio possa ser lido a partir da perspectiva da “história da construção do Estado propriamente dito.”⁸⁰

Também, com relação às fontes desse *direito comercial* incipiente,

“[p]ara além da regulação das atividades, estavam os juízes autorizados, pela lei de 18 de agosto de 1769 (Lei da Boa Razão) a valer-se da legislação estrangeira, sendo comum, como se verá adiante no curso do debate parlamentar que eles se valessem do código francês (de 1807⁸¹), do código espanhol (de 1829) e do código português (de 1833).”⁸²

Quanto à organização do Poder Judiciário, pela Constituição de 1824, conforme disposto pelo art. 151, sua composição era definida da seguinte forma: “O Poder Judicial he independente, e será composto de Juizes e Jurados, os quaes terão lugar assim no Civel, como no Crime nos casos, e pelo modo que os Codigos determinarem.” Tinha-se, acima da estrutura do judiciário o Poder Moderador, por meio do qual se praticava o controle de

⁷⁷ Idem ibidem.

⁷⁸ O sentido de nacionalidade brasileira é muito bem descrito por István Jancsó e João Paulo G. Pimenta quando caracterizam que tal fato ocorre a partir da Revolução Liberal do Porto, ou seja, trata-se de um nacionalismo de nasce de cima para baixo, do Portugal para o Brasil. JANCÓS, Istvan e PIMENTA, João Paulo G. Ob. Cit., 2000.

⁷⁹ LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit, 2006, p. 15.

⁸⁰ Idem, p. 16.

⁸¹ Esta é uma das datas menos precisas que encontramos ao longo da pesquisa: Francesco Galgano alega datar de **1808** o *Code de Commerce* (GALGANO, Francesco. Ob. Cit., 2001, p. 11); tal qual José Reinaldo de Lima Lopes, Jean Hilaire aponta para **1807** (HILAIRE, Jean. *Las sociedades em nombre colectivo em la Francia del siglo XIX*. (In.) PETIT, Carlos (org.). PETIT, Carlos (org.). *Del Ius Mercatorum al Derecho Mercantil*. Madrid, Marcial Pons, 1997, p. 333.), António Manuel Hespanha também o aloca em **1807** (HESPAÑA, António Manuel. Ob. Cit., 2005, p. 377) e Franz Wieacker o data de **1806** (WIEACKER, Franz. Ob. Cit., 2004, p. 389.). Considerando as fontes consultadas, sobretudo conforme identificado pelo Dictionnaire de Droit Commercial, Industriel et Maritime. Tome Cinquième. J. Ruben de Couder (org.). Paris: A. Maresq Ainé, 1880, decidimos por compartilhar a mesma data escolhida por José Reinaldo de Lima Lopes e António Manuel Hespanha, ou seja, **1807**.

⁸² LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit, 2006, p. 16-17.

constitucionalidade do Império e a atuação como última instância para recursos em atos e processos judiciais, sendo representado pelo próprio Imperador; Como instâncias superiores havia o Supremo Tribunal de Justiça do Império, composto por ministros advindos dos Tribunais de Justiça, por um critério etário⁸³, no qual eram concedidas ou denegadas revistas, decididos conflitos de jurisdição, bem como delitos cometidos acusados a infratores com foro privilegiado; o Supremo Tribunal de Justiça

“(...) examinava feitos na forma na forma de *recurso de revista*. O recurso, previsto na Constituição do Império (art. 164), herdado das Ordenações Filipinas, fora admitido para que o Tribunal revisse os casos sob a alegação de *nulidade manifesta* (descumprimento de regras que garantissem o contraditório ou a *ordem do juízo* como então se dizia, o *error in procedendo*), ou *injustiça notória* (o descumprimento ou aplicação equivocada da lei material, o *error in judicando*). Uma vez concedida a revista – insto é, reconhecida a nulidade ou o erro do julgamento – o Supremo não tomava ele mesmo nova decisão, mas remetia o processo a uma das Relações do Império [grifos do autor].”⁸⁴

Além disso é importante destacar, quanto ao Poder Moderador que,

“[a]firmar que o ‘Imperador reina, governa e administra’ não implicava a negação da independência dos poderes políticos inscritos na Constituição de 1824. Mas implicava, certamente o reconhecimento de uma hierarquia entre eles – o Poder Moderador como ‘a chave de toda a organização política’ – assim como na atribuição ao Poder Executivo – do qual o Imperador era o chefe, exercendo-o pelos seus ministros – de um papel fundamental na constituição de um poder forte e centralizado. Implicava ainda no estabelecimento de relações bem definidas entre os poderes políticos e o que denominavam de *Poder Administrativo*, de modo que tornasse possível uma eficácia – ‘a administração é a ação vital do Poder político e o seu indispensável complemento. O poder

⁸³ BRASIL. Decreto nº 624, de 29 de julho de 1849.

⁸⁴ LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Oráculo de Delfos: Conselho de Estado e direito no Brasil oitocentista*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 93.

político é a cabeça, a administração o braço’ – e alcançar uma utilidade – ‘há em todas as sociedades um número de necessidades comuns, maior ou menor segundo o seu desenvolvimento e civilização, às quais o Poder público deve satisfazer. É o fim da administração pública prover a essas necessidades coletivas, e dirigir os interesses sociais, quer gerais, quer locais.’”⁸⁵

Ao lado do Supremo Tribunal de Justiça, para a solução de questões de processos administrativos e dúvidas dos magistrados relacionadas aos processos judiciais, havia o Conselho de Estado, órgão ligado ao Poder Moderador, nesse espaço, seus membros opinavam “(...) sobre os regulamentos das leis em vigor, sobre projetos de reformas das leis, ou sobre o comportamento dos magistrados em casos concretos.”⁸⁶ O Conselho de Estado não foi permanente durante todo o período imperial, teve seu primeiro momento por meio do (i) Conselho dos Procuradores das Províncias (1822-1823), seguido do (ii) Conselho de Estado estabelecido pela Constituição de 1824(3) (1823 – 1834), que foi extinto pela Reforma Constitucional de 1834, constituindo-se novamente pela Lei nº 234, de 23 de novembro de 1841, assim formando o terceiro Conselho de Estado do Império (1842 – 1889).

De modo ilustrativo, a organização contenciosa estruturada pela Constituição de 1824 se compunha da seguinte forma⁸⁷:

⁸⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema – a Formação do Estado Imperial*. 6ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 207-208.

⁸⁶ Idem, p. 111.

⁸⁷ NEVES, Edson Alvisi. *Magistrados e negociantes na corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio*. Rio de Janeiro: Jurídica do Rio de Janeiro, FAPERJ, 2008, p. 196.

Organograma do Poder Judicial na Constituição de 1824 Quadro de Contencioso

Posteriormente, por meio da Reforma de 1832 foram criadas as Juntas de Paz como uma segunda instância às decisões proferidas pelos juízes de paz, passando o contencioso a ser configurado da seguinte forma⁸⁸:

Organograma do Poder Judicial após a Reforma de 1832 Quadro de Contencioso

⁸⁸ Idem, p. 198.

Durante o período de discussão sobre os tribunais de comércio, corria, paulatinamente, a discussão sobre o projeto de Código Comercial na Assembleia Geral⁸⁹. José Reinaldo de Lima Lopes explica algumas circunstâncias sobre as quais se operava o comércio daquele tempo; o professor diz que “o crédito era concedido de duas maneiras: ou diretamente pelos grandes comerciantes dos portos, especialmente do Rio de Janeiro, ou era concedido por intermediários, casas bancárias e bancos.”⁹⁰ Vale ressaltar que a atividade bancária também seria, posteriormente, no Código Comercial, atrelada ao conceito jurídico de comércio e, portanto, teria como suporte legal a própria legislação comercial.

A movimentação creditícia e o retorno financeiro das atividades comerciais passaram a ganhar proporções maiores durante o debate sobre o Código e,

“[e]m 1850, data do Código e da abolição definitiva do tráfico [escravos], nota-se um crescente movimento na praça do Rio, ampliando os negócios da bolsa (criada em 1848) e propiciando em 1851 o surgimento do banco Mauá, o Banco do Comércio e Indústria do Brasil. Assim, pode-se dizer que o Código nasceu em uma praça mercantil e foi pensado para essa praça mercantil sobretudo.”⁹¹

As praças eram fundamentais para a distribuição de capital e celebração de negócios; as casas bancárias (menores que os grandes bancos) se estruturavam a partir de corretores e, estes por sua vez, organizavam, como um agenciamento, os negócios entre os comerciantes, fornecedores e produtores.⁹² Os números também mostram um grande desenvolvimento societário na estruturação de bancos para o financiamento desse expansivo comércio. Entre 1850 e 1852, quatorze novas sociedades anônimas foram constituídas⁹³, sendo que oito possuíam sede no Rio de Janeiro, ou seja, 57% de tais

⁸⁹ Idem, p. 17.

⁹⁰ Idem ibidem.

⁹¹ Idem ibidem.

⁹² Idem ibidem.

⁹³ *Incorporadas* era o termo da época cujo significante implicava no significado *constituídas*, conforme atualmente tratado pelo direito comercial, para este trabalho, optamos por utilizar o último termo de modo a evitar qualquer confusão com a operação societária de *incorporação*, conforme hoje identificada por esse ramo do direito e cujo significado nada tem em relação ao termo utilizado outrora.

sociedades constituídas, sendo que dessas oito, quatro eram companhias de seguro e bancos, enquanto a outra metade era voltada para a área de infraestrutura e transportes.⁹⁴

É nesse quadro, de regulamentação da atividade mercantil, da atividade portuária e desenvolvimento das atividades creditícias, agrícolas e industriais que nasce o Código Comercial, “de modo que parte do debate que se vê na Câmara e no Senado reflete essas circunstâncias, especialmente a dependência dos pequenos comerciantes brasileiros em relação aos grandes capitais comerciais.”⁹⁵

Esse Código será supletivo ou referencial dentro do direito privado, em relação ao direito privado comum, tendo em vista ainda não haver um código civil específico e, por muitas vezes, estar em voga a aplicação das Ordenações Filipinas⁹⁶. O Código se fez com mais de oitocentos artigos, dividido, basicamente,

“(...) em três partes: 1) do comércio em geral; 2) do comércio marítimo; 3) das quebras. Na primeira parte trata da qualidade de comerciante (pois ainda se fala do direito comercial como um direito especial de profissionais do comércio), das praças de comércio, dos auxiliares (corretores, guarda-livros, etc.), dos banqueiros; em seguida trata dos contratos mercantis, como uma parte introdutória incluindo regras de interpretação e disposições gerais sobre os negócios mercantis. Estas, diz o Código, convivem com as regras do direito civil, mas é o Código Comercial quem empresta a linguagem abstrata e sistemática do século XIX ao universo do direito brasileiro. Ali se encontram as nulidades sinteticamente resumidas, ali as disposições sobre a maneira de interpretar os acordos e muita outra coisa. Dentro dos contratos mercantis, acha-se a disciplina das garantias (fianças, penhor, hipoteca).”⁹⁷

⁹⁴ LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit, 2006, p. 18.

⁹⁵ Idem p. 19.

⁹⁶ Inclusive na doutrina do direito brasileiro, ainda se encontram livros voltados para o assunto das Ordenações, como é o caso do texto *Ordenações em Vigor – estudos sobre o código philippino na nossa actualidade*, escrito pelo “juiz de direito” João Baptista Guimarães Cerne e publicado em 1897.

⁹⁷ LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit., 2002, p. 293.

Já no próprio Código pode-se identificar a preocupação estatal sobre a economia e o controle sobre as políticas econômicas, e, inclusive, sua interferência, “a sociedade anônima ou companhia ainda depende de autorização governamental para ser estabelecida, justamente porque dissemina o capital de *risco* [grifos do autor].”⁹⁸ Também,

“[e]mbora a Constituição falasse do Código Civil e não do Código Comercial, foi este o primeiro contemplado com a atenção dos legisladores, enquanto o processo de codificação civil só teve início em 1854. Assim, seja pelas pressões dos comerciantes das praças mercantis do Império, notadamente os do Rio de Janeiro, seja porque o direito comercial fosse considerado mais urgente e menos discutível porque menos fundamental (ou *constitucional*) para os direitos de todos os cidadãos, foi por ele que o direito privado começou a organizar-se no novo País.”⁹⁹

A jurisdição mercantil se manteve especializada durante longo período do Império, tanto que “nas controvérsias comuns de direito mercantil os processos corriam perante os juízes comuns, mas entre comerciantes foi imposto o juízo arbitral obrigatório nos casos de locação mercantil, disputas entre sócios, salvados, avarias grossas e disputas entre credores nas moratórias.”¹⁰⁰

O debate foi marcado por diversas discussões e pontos contrários à existência das jurisdições mercantis, não só pela difícil imparcialidade que essas justiças poderiam ter (não que as outras instâncias da justiça não possam ser consideradas imparciais, mas era um argumento utilizado nos debates!), além da dificuldade de se entender a existência da autonomia da matéria comercial frente à matéria civil, já em meados do XIX, nem mesmo era fácil determinar a distinção entre negócios mercantis e negócios civis.¹⁰¹ Também a influência de interesses privados tornava ainda mais tortuosa a missão de **(i)** manter as jurisdições especiais e **(ii)** regradar o direito comercial com a especialidade e especificidade

⁹⁸ Idem ibidem. Vide o disposto no art. 295 do Código Comercial: “As companhias ou sociedades anonymas, designadas pelo objecto ou empresa a que se destinam, sem firma social, e administradas por mandatários revogaveis, socios ou não socios, só podem estabelecer-se por tempo determinado e com autorisação do Governo, dependente da approvação do corpo legislativo quando hajam de gozar de algum privilegio; e devem provar-se por escriptura publica, ou pelos seus estatutos, e pelo acto do Poder que as houver autorizado.”

⁹⁹ LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit., 2006, p. 20.

¹⁰⁰ Idem, p. 21-22.

¹⁰¹ Idem, p. 25.

que se poderia imaginar para a matéria. Não é possível se estabelecer a neutralidade estatal, considerando esta

“[...] sociedade de elites em que os interesses privados capturam o aparelho judiciário e, no caso dos tribunais de comércio, também o aparelho governativo. É que os tribunais de comércio previstos detinham funções não contenciosas, entre elas (a) o registro dos comerciantes (matrícula) e de diversos de seus negócios (contratos sociais, hipotecas, seguros) e (b) a consulta ao governo sobre o andamento do comércio, as medidas legislativas e políticas a serem adotadas para seu incremento e não poucas vezes a consulta sobre a interpretação da lei e dos costumes mercantis.”¹⁰²

Nesse ambiente de prevalências de interesses privados e de certos grupos de poder é que se resulta o fim dos debates, tanto da criação do código de comércio brasileiro, como do fim das jurisdições mercantis especiais. Entretanto, resta-nos entender ao certo como se via esse comerciante e de que forma o direito teve interesse em abarcá-lo. Ou seja, desde sua instalação no Brasil pode-se entender que os tribunais de comércio funcionaram de modo a absorver aqueles homens de negócio que já se encontravam em posição privilegiada, principalmente, na praça do Rio de Janeiro.¹⁰³

Conforme visto anteriormente, tendo por base a grande influência do direito francês na qual se embebedou o Código de Comercial brasileiro¹⁰⁴, se torna bastante elucidativo ao nosso caso, nos valermos de algumas definições francesas do século XIX acerca do comerciante, propriamente dito, e, também, dos próprios *atos de comércio*, importante conceito para enquadrarmos a atividade bancária em meio às atividades regulamentadas pelo direito comercial por meio do Código da época.

Primeiro devemos deixar claro que neste século XIX as sinônimas passam a fazer sentido. Se ao longo do século XVIII o próprio epíteto de *comerciante* não era usado (pelo

¹⁰² Idem, p. 31.

¹⁰³ NEVES, Edson Alvisi. Ob. Cit., 2008, p. 22.

¹⁰⁴ O exemplo de José Reinaldo de Lima Lopes é bastante elucidativo, ao dizer que “a influência do modelo francês é notável. A França abole o juízo arbitral obrigatório entre os comerciantes em 1856 e o Brasil a segue em 1866 (Lei 1.350). A França também foi pioneira na criação das sociedades de responsabilidade limitada em 1863.” Em LOPES, José Reinaldo. Ob. Cit., 2006, p. 21, cf. 12. Para reforçar a influência do direito francês sobre o Código Comercial ver também: NEVES, Edson Alvisi. Ob. Cit., p. 247.

menos não em documentação mercantil oficial), mas mercador o era, neste XIX o comerciante passa a ser considerado sinonímia de *negociante* e *mercador*.¹⁰⁵ E a definição, que se repetirá na doutrina comercialista da passagem do século XIX para o XX no Brasil¹⁰⁶ passa a vigorar ao longo dos textos legislativos e dos trabalhos bibliográficos do período. A definição jurídica de comerciante pode ser entendida como a daquele “indivíduo que faz dos atos de comércio sua profissão habitual”¹⁰⁷. Comumente encontramos explicações, nas Faculdades de Direito brasileiras, dizendo que essa teoria dos atos de comércio observava a atividade comercial, ou seja, o destaque do entendimento repousaria sobre a ação e não sobre o indivíduo; contudo, aqui adotaremos um entendimento que também considera o indivíduo, principalmente se se considerar que as locuções da lei são sempre voltadas para seres humanos individualmente, não em grupo, tampouco exclusivamente sobre a atividade.

De mesmo modo, a explicação sobre atos de comércio, define que se tratava de “*ato realizado com a intenção de se auferir lucro*, que ocorre principalmente por meio da venda ou locação e, no qual a *especulação* é elemento distintivo [grifei].”¹⁰⁸ A *especulação* é um elemento fundamental nesse trato, diz-se ainda que “geralmente, o que caracteriza o ato como comercial é a especulação: toda operação realizada com o objetivo de comércio, com a intenção de se auferir lucro, configura um ato de comércio.”¹⁰⁹ Por fim, naquele viés individualista sobre o qual já falamos, ao se falar entre as partes que promovem um *movimento* que qualifique a realidade jurídica como comercial, trata de dizer que

¹⁰⁵ COUDER, J. Ruben de (org.). *Dictionnaire de Droit Commercial, Industriel et Maritime. Tome Cinquième*. Paris: A. Maresq Ainé, 1880. Os termos são - todos remetidos a *Commerçant* -, *Négociant* (p. 559) e *Marchand* (p. 394). Na França do XVIII a Academia de Letras, em 1740, passou a entender que o termo *marchand* (ou *trafiquand*) estava em declínio, enquanto o *commerçant*, a palavra que foi aceita naquele ano citado, estava em ascensão. O termo *négociant* era o predileto e se mantinha no topo (PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os Homens de Negócios da Praça de Lisboa – De Pombal ao Vintismo (1755 – 1822)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada junto à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 78).

¹⁰⁶ Valho-me do exemplo simbólico do jurista Inglês de Souza em: *Direito Comercial – prelecções do Dr. Inglês de Souza. Compiladas pelo bacharel Alberto Biolchini*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1910.

¹⁰⁷ *Dictionnaire de Droit Commercial, Industriel et Maritime. Tome Second*. J. Ruben de Couder (org.). Paris: A. Maresq Ainé, 1878. Original diz “*Commerçant: Individu qui fait des actes de commerce sa profession habituelle*.”, p. 695. Continua a reafirmar: “*La loi répute commerçants ceux qui exercent des actes de commerce et en font leur profession habituelle*.” P. 697.

¹⁰⁸ *Dictionnaire de Droit Commercial, Industriel et Maritime. Tome Premier*. J. Ruben de Couder (org.). Paris: A. Maresq Ainé, 1877, p. 44. O texto original diz: “*Acte de commerce - Acte fait avec l'intention d'en retirer un bénéfice, qui se réalise le plus souvent par la vente ou la location, et dont la spéculation est le caractère distinctif*”

¹⁰⁹ *Idem*, p. 47. O texto está descrito como “*ce qui donne en général à un acte le caractère commercial, c'est la spéculation: toute opération faite dans un but de trafic, avec l'intention d'en retirer un bénéfice, constitue un acte de commerce*.”

“[...] a profissão das partes contratantes não modifica em nada a característica do ato celebrado entre elas. Por exemplo, a venda realizada por um comerciante não deixa de ser civil se ela não foi feita com o objetivo de comércio, se ela tem por objeto algo diferente do comércio habitual do vendedor. Em contrapartida, a venda realizada por um simples particular torna-se comercial se se refere a um objeto que ele comprou com a intenção de revender mais tarde, auferindo, assim, lucros. É unicamente o objetivo a que se propõem as partes que atribui ao ato a característica civil ou a característica comercial.”¹¹⁰

A definição, adotada ainda no século XIX e carregada ao início do XX, sobre o que venha a ser comerciar,

“[...] no sentido economico, é haver do producteur a riqueza por elle destinada ao consumo, para offerecel-a ao consumidor. Assim, a função do commercio, economicamente encarado, é a de fazer circular e entregar ao consumo a riqueza produzida; ou, por outras palavras, o commercio toma a seu cargo a phase intermedia do cyclo que a riqueza deve percorrer e em cujos extremos se acham, de um lado, o producteur e de outro, o consumidor.”¹¹¹

Ou seja, fundamentalmente se resume na ideia de intermediação entre fornecedor e consumidor. E se explica, ainda, com aquele objetivo de lucro (sendo fundamental este objetivo para a caracterização do comerciante –elemento essencial para a distinção entre os ramos do direito civil, dos negócios civis, e do direito comercial, dos negócios mercantis ou comerciais), que o “justo” merecimento, para esse que possibilita a circulação dos bens, é a recompensa lucrável¹¹². Mais adiante, já em finais do século XIX e na virada para o

¹¹⁰ Idem, p. 48. No texto de origem, diz-se que “la profession des parties contractantes ne modifie en aucune façon le caractère de l'acte qui intervient entre elles. Par exemple, la vente faite par un commerçant ne cesse pas d'être civile si elle n'a pas lieu dans un but de trafic, si elle a pour objet un meuble étranger au commerce du vendeur; tandis que celle qui est consentie par un simple particulier devient commerciale si elle porte sur une chose qu'il a achetée dans l'intention de la revendre plus tard avec bénéfice. C'est uniquement le but que se sont proposé les parties qui attribue à l'acte le caractère civil ou le caractère commercial.”

¹¹¹ Nas lições de Inglez de Souza, em BIOLCHINI, Alberto. Ob. Cit., 1910, p. 24.

¹¹² Idem, no original diz que: “Mas, do mesmo modo que o producteur, ao desfazer-se da riqueza que produziu, procura para si uma utilidade; do mesmo modo que o consumidor aufere delia uma utilidade, pela satisfação da necessidade correspondente, assim também aquelle que, pela sua intromissão, facilita a um e outro a utilidade almejada, tem e deve ter o intuito de colher uma vantagem, visa o lucro.” P. 24-25.

século XX, Inglez de Souza¹¹³ não vê nos franceses a origem dessas explicações, mas nos italianos e, fundamentalmente, nos romanos (inclusive, forçando uma digressão maior até o jurista romano Ulpiano – século II). Faz sentido para a época. A retomada da romanística no discurso jurídico parece ser lugar-comum entre os juristas brasileiros de finais do XIX e início do XX, de modo a carregar um discurso capaz de embasar sua validade por meio de fundamentos da escola histórica (principalmente fundamentando-se em grandes expoentes como os alemães Friedrich Carl von Savigny, Georg Friedrich Puchta e Bernhard Windscheid). Não obstante a observação realizada anteriormente, faz-se então uma ressalva bem alocada: o *interesse* é o lucro, mas não é a partir deste que se pode dizer ser algo um ato comercial ou não. O fator distintivo é antes a *especulação*, que acima destacamos. Entende-se que o intuito do comerciante era o lucro, entretanto, se por acasos do destino seu objeto de comércio vem a perecer, ele não mais poderá retirar o lucro esperado. Portanto, a principal característica é a *especulação* que se promove sobre o produto comercial¹¹⁴.

Nesse mesmo contexto temos a definição do *banqueiro* ou do comerciante que tem como atividade principal a atividade de *banco*. O art. 119 do Código Comercial estabeleceu que “são considerados banqueiros os commerciantes que têm por profissão habitual do seu commercio as operações chamadas de banco.”¹¹⁵ Em mesmo sentido, sob a aplicabilidade das leis comerciais, tem-se que para fins da jurisdição mercantil a atividade bancária era considerada uma atividade de *mercancia*, nos termos do art. 19, §2º da ordem do Juízo no Processo Commercial, o Decreto nº 737, de 25 de novembro de 1850 (que estabeleceu os procedimentos para o processo sob a égide da jurisdição mercantil), assim estabelecendo que as operações de banco deveriam ser consideradas *mercancia*. A doutrina do século XIX tendeu a classificar as operações de banco como sendo aquelas “sobre numerário, fundos públicos ou títulos negociáveis, e em especial as do câmbio, os arbitrios,

¹¹³ Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853 – 1918) foi um advogado, professor, jornalista e escritor nascido no Brasil, guardou-se em direito em São Paulo, em 1876.

¹¹⁴ Idem, p. 26. “Si um individuo adquire mercadorias com o intuito de revendel-as, pratica um acto de commercio, muito embora essas mercadorias venham a perecer, ou elle se veja obrigado a vendel-as com prejuizo. O que se exige é, apenas, o *intuito de especulação*, nada significando a realização ou não do lucro [grifos do autor].”

¹¹⁵ Com correspondente também no Código Commercial Portuguez de 1833, em seu art. 362, que estabeleceu que “[s]ão commerciaes todas as operações do banco tendentes a realizar lucros sobre numerários, fundos públicos ou títulos negociáveis, e em especial as de câmbio, os arbitrios, empréstimos, descontos, cobranças, aberturas de crédito, emissões e circulação de notas ou títulos fiduciários pagáveis à vista ou ao portador.”

empréstimos, descontos, cobranças, aberturas de crédito.”¹¹⁶ De mesmo modo, o direito também definia que as operações de banco deveriam ser decididas e julgadas pelas regras gerais dos contratos, conforme estabelecido no Código Comercial, considerando a aplicabilidade de acordo com a natureza de cada uma das transações que fossem operadas¹¹⁷, conforme também estabelecido pelo art. 120 do Código Comercial. Sob o ponto de vista da doutrina francesa, também lida por boa parte dos juristas em formação no Brasil, estabelecia que o conceito jurídico de *banco* e *banqueiro* era muito próximo ao conceito então usado pelo Código Comercial brasileiro, especificamente estabelecia que bancos eram juridicamente considerados como a “casa de comércio que vende e compra títulos de negociação, títulos de pensão do Estado e de hipotecas, ações, moedas, ouro bruto e prata, etc.”¹¹⁸ E, dentro daquela doutrina jurídica formulada pelo direito comercial, acerca dos atos de comércio, definia-se que “todas as operações de banco são consideradas como atos de comércio.”¹¹⁹ Enquanto o *banqueiro*, para o direito francês, era definido tal qual se escolheu para o direito brasileiro, ou seja, “o comerciante/negociante que faz das operações de banco sua profissão habitual”¹²⁰. De mesmo modo, tanto para o direito brasileiro, quanto para o francês ou português, havia o reconhecimento de que as *casas bancaes* poderiam se estabelecer de modo público ou privado, contudo, sem que haja uma lei específica ainda para o período, sem uma previsão expressa acerca do formato jurídico a ser adotado para a constituição (incorporação, conforme o termo da época) dos bancos. A regra era a constituição de bancos sob os termos das *societates anonymas*, sobretudo com base no disposto pelo Decreto nº 575, de 10 de janeiro de 1849, assinado pelo então Ministro Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, que estabelecia primeiramente que “[n]enhuma Sociedade anonyma poderá ser incorporada sem autorização do Governo, e sem que seja por elle approvedo o Contracto, que a constituir [art. 1º]”, e que “[a] instalação da Sociedade anonyma que tiver por fim fazer operações bancaes, só poderá ser autorizada quando se tenha realizado a quarta parte das acções; mas

¹¹⁶ COSTA, Salustiano Orlando de Araújo. *Código Commercial do Brazil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Laemmert & C., editores-proprietários, 1896, p. 77 (sendo a terceira edição de 1878, sendo que não consegui encontrar catálogos anteriores nos quais figurasse a referência à primeira edição do livro). Também em consonância com o definido em RAMOS, Joaquim José Pereira da Silva. *Abecedario Jurídico-Commercial do Código Commercial do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmaert, 1861, p. 104-105.

¹¹⁷ RAMOS, Joaquim José Pereira da Silva. Ob. Cit., p. 98.

¹¹⁸ J. Ruben de Couder (org.). *Dictionnaire de Droit Commercial, Industriel et Maritime. Tome Second*. Paris: A. Maresq Ainé, 1878, p. 68. No original: “maison de commerce où l'on vend et achète des valeurs de commerce, titres de rente d'Etat et hypothécaires, actions, monnaies, matières d'or et d'argent, etc.”

¹¹⁹ Idem, p. 69, no original: “toutes les opérations de banque sont réputées *actes de commerce* [grifos do autor].”

¹²⁰ Idem, p. 144, no original: “négociant qui fait des opérations de banque as profession habituelle.”

se não for completado o numero total dellas no prazo marcado no Contracto constitutivo, será a Sociedade dissolvida, salvo se obtiver do Governo autorização para fazer suas operações com numero menor de Accionistas, do que o marcado no mesmo Contracto (art. 9º).” Contudo, não havia uma disposição legal expressa que estabelecesse a obrigatoriedade de condução das atividades bancárias por meio das sociedades anônimas.

Portanto, do ponto de vista do direito comercial, a doutrina dos atos de comércio é fundamental para a caracterização também da atividade dos comerciantes que optassem pelo exercício das operações bancárias, de modo que deve permanecer claro a relevância da normatização do direito comercial sobre a atividade financeira conforme seus contornos passam a tomar cores mais destacadas em meados do século XIX.

Já em meados do século XX a leitura se apresentaria de modo diverso, retirando o caráter de maior aprofundamento sobre as definições de comércio e comerciante, apresentando-as de modo já bem mais superficial, fundamentalmente em virtude do tema empresarial que passa a ofuscar brilhos de outrora. Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa busca sintetizar, já entendendo que o Direito Comercial é ramo menos importante (devido ao de se olhar para as matérias comercialistas dentro do direito civil), que o

“[...] Direito Comercial, tomado como um conjunto de normas jurídicas especial, tem aplicação em um determinado campo da atividade humana. Trata-se do setor correspondente aos *atos de comércio* ou, como também é chamado, da *mercancia* ou da *atividade comercial*. Quem realiza essa atividade profissionalmente é o *comerciante*, que tanto pode ser *pessoa natural* (comerciante ou empresário individual) como *pessoa jurídica* (sociedade mercantil, em suas diversas formas legais).”¹²¹

Por fim, fica a ideia de que

“[o] estado nacional que se desenhou na Constituição de 1824 e foi sendo definido institucionalmente nos diferentes poderes, não se constituiu num estado burocrático moderno, se adotarmos a

¹²¹ VERÇOSA. Haroldo Malheiros Duclerc. *Atividade Mercantil. Ato de Comércio. Mercancia. Matéria de Comércio. Comerciante*. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano XXI, Nova série, n. 47, 1982, p. 29.

tipologia weberiana. Seria errôneo dizer que à passagem do estatuto colonial para o de país independente correspondeu à passagem de um estado patrimonial para um estado burocrático no Brasil. O estado no Brasil independente conforme existiu historicamente até cerca de 1850, foi, de um ponto de vista institucional, um estado patrimonial, com traços burocráticos, mas sem caracterizar-se plenamente como tal. Isso significa admitir que os cargos públicos eram definidos de modo mais empírico que sistemático; que o seu preenchimento fazia-se muitas vezes como uma benesse ou prebenda do soberano, em vez de ocorrer no contexto de uma carreira profissional; que havia uma superposição de funções num mesmo cargo.”¹²²

Ou seja, aquela modernização outrora aparentemente pretendida, tarda, ainda neste XIX, em se fazer sentir em meio aos fermentos da nova orientação dessa sociedade brasileira que está se compondo e determinando seus rumos.

2.2 PRIMEIRA METADE DO XIX: OPERAÇÕES *BANCAES* NO BRASIL

O tema bancário e de um projeto de *sistema financeiro*, no Brasil do XIX, pode ser lido a partir da chegada da Família Real portuguesa e instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro oitocentista. Pelo Alvará de 12 de outubro de 1808 é criado um “banco nacional”, conforme o trecho do texto:

“Crêa um Banco Nacional nesta Capital [Rio de Janeiro]
Eu o Principe Regente [D. João VI] faço saber aos que este meu Alvará com força de lei virem, que, attendendo a não permittirem as actuaes circumstancias do Estado que o meu Real Erario possa realisar os fundos de que depende a manutenção da Monarchia e o bem commum dos meus fieis vassallos, (...)”

¹²² WEHLING, Arno. Ob. Cit., 2004, p. 59–60. O autor escreve a palavra *estado* sempre em letras minúsculas e, por fidelidade ao texto base, mantive a mesma fórmula.

Criado com o escopo de manutenção das necessidades da monarquia e, de algum modo, em consonância com o discurso monárquico do período, do bem comum, não exatamente o enfoque dessa instituição era o Brasil, mas antes o próprio Portugal, posto que a criação do banco permitiria a reunião de esforços de crédito para financiar a defesa e manutenção da corte da ainda metrópole. O banco também teria por escopo a disseminação (e controle) de crédito relacionado ao comércio exterior, uma vez que a abertura dos portos passava a dar maior independência ao comércio no Brasil, além de manutenção do objetivo de financiamento para outras obras que ocorreriam ao longo da estadia da Família Real no território do Brasil.

Esse incipiente *Banco do Brasil* teve essencialmente seu lastro ligado às rendas públicas, permanecendo assim ao longo das décadas de 1810 e primeira metade de 1820, o que, por sua vez, também é um dos motivos de sua fraqueza financeira, bem como de sua insolvência. Este momento é bastante claro para mostrar que a história que segue a partir desse ponto, nada encontra de continuidade em relação à política econômica inicialmente projetada para essa instituição. A estrutura política muda e os seus atores também e, dessa forma, a organização e escopo da estrutura bancária também mudam. O que antes partira de um Alvará estabelecido pelo príncipe regente, a partir da independência será negociado e estabelecido entre diferentes atores da política do Brasil Império, de modo que dificilmente poderemos colocar os interesses de sua validade em um único centro, tal qual poderíamos pensar sobre esse primeiro momento.

Além de todos os problemas supramencionados, conforme estabelecido nos estatutos de constituição do primeiro Banco do Brasil, o seu prazo era determinado e estava próximo de encerrar em finais da década de 1820. Por meio da Lei de 23 de setembro de 1829, a Assembleia Geral Legislativa deliberou a aprovação da extinção do Banco do Brasil, cuja operacionalidade deveria se manter até 11 de dezembro daquele ano, contudo iniciada desde a data da lei, a sua liquidação, bem como seriam tomadas as providências para o encerramento das atividades das caixas filiais do Banco localizadas na Bahia e em São Paulo. Além das operações de depósito e desconto a esse primeiro Banco do Brasil também eram autorizadas as operações de emissão de letras e notas, as quais seriam uma forma de emissão de crédito bancário ao longo do Brasil.

Esse primeiro modelo adotado para a operação do Banco do Brasil encontrará de certa forma uma história de continuidade, apesar de sua liquidação, pela história do Império. O formato inicialmente projetado tratava de um banco que atuaria de modo a atender, essencialmente, dois interesses: **(i)** o público – inicialmente o da corte portuguesa e, com o processo de independência, do tesouro e erário público e **(ii)** o privado – tendo em vista que suas ações poderiam ser adquiridas por terceiros privados com capacidade financeira para tanto, o Banco atenderia as decisões tomadas em assembleia geral de acionistas e assim, sofreria influência de interesses privados não necessariamente convergentes com os interesses públicos inicialmente propostos¹²³. Essas características ainda são tão evidentes nesse início de Estado brasileiro que ainda em 1833, por meio do Decreto de 8 de janeiro de 1833 é feita a determinação imperial para que fosse criada uma comissão encarregada de formar um plano de melhoramento dos sistemas de pesos e medidas e monetário, cujos membros seriam indicados pelo então conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios da Fazenda, o Sr. Candido José de Araujo Vianna¹²⁴.

A escolha política e legislativa acerca do tratamento do tema bancário, durante esse período, não aparece de modo consistente, ou mesmo com um direcionamento suficiente para que o Estado estivesse dotado de um aparelho de controle do lastro e da solvência, tampouco da emissão de um meio circulante nacional determinado, de modo a orientar a economia de mercado, tampouco as próprias finanças públicas. Durante esse mesmo período foi estabelecida a lei que fazia das cédulas estampadas pelo governo imperial o novo meio circulante, em substituição às moedas de cobre. Além disso, pela Lei de 8 de outubro de 1833, buscou-se estabelecer o segundo Banco do Brasil, entretanto “[a] tentativa de reorganização do segundo Banco do Brasil, em 1833, fracassou em virtude mesmo das fraudes ocorridas durante a extinção do primeiro banco (...)”¹²⁵, mas as dificuldades para a implementação daquilo que era disposto em lei era deveras intransponível pelo aparelho estatal de então. Os relatórios do Ministério dos Negócios da

¹²³ COSTA, Fernando Nogueira da. *O Brasil dos Bancos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 30-31.

¹²⁴ A comissão foi formada por três membros: **(1)** Sr. Ignacio Ratton, negociante na praça do Rio de Janeiro, que ao lado de José Clemente Pereira e José Antonio Lisboa apresentou, em 1834, o primeiro projeto de Código Comercial do Brasil; além do **(2)** Sr. Francisco Cordeiro da Silva Torres, futuro Visconde de Jerumirim, membro fundador do IHGB e ligado ao exército brasileiro (foi Ministro da Guerra durante o Primeiro Reinado) e **(3)** Sr. Candido Baptista de Oliveira, então nomeado também como inspetor geral do Tesouro Nacional, atuou na política externa brasileira como diplomata durante o período das décadas de 1830 e 1840.

¹²⁵ COSTA, Fernando Nogueira da. Ob. Cit., 2012, p. 31.

Fazenda do Império do período deixam claro que realidade eram bastante dispare do disposto nos textos das leis e decretos¹²⁶. Em vista desse fracasso e da falta de articulação política e prática para a formação de um novo Banco do Brasil, a estiagem bancária perduraria no Brasil até meados da década de 1840.

É nesse cenário que se insere o tema do constitucionalismo e do desenrolar de uma política institucional sólida capaz de acomodar os diversos (mas nem sempre divergentes) interesses no âmbito de uma política nacional durante essa primeira metade do XIX. Nas palavras da professora Andréa Slemian, a “[i]ndependência, com a consequente necessidade de construção de uma alternativa viável do ponto de vista de uma estrutura interna de poder, um indiscutível marco na formação do que posteriormente viria a ser uma burocracia estatal”¹²⁷, e sendo assim, abriu o caminho para o aprofundamento das relações políticas, sobretudo no direcionamento, construção e redação das leis; também sobre esse ponto inclui-se a própria legislação bancária gerada no Império.

O constitucionalismo da década de 1820 trouxe para o âmbito da política nacional, oficialmente, a voz e a presença das Províncias, também por meio dos Conselhos Gerais das Províncias, ou seja, em termos legislativos, “um espaço político com especial papel propositivo perante a autoridade do presidente [da Província] e de seu Conselho”¹²⁸. Essa representação provincial obrigatoriamente implica na relação do governo da capital com as Câmaras Municipais, posto que suas vozes já eram bastante intensas no meio político, como o exemplo da dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823 e a forma de ratificação (legitimação) da Constituição de 1824 por meio da aprovação do projeto pela articulação e confirmação do “de acordo” das Câmaras Municipais¹²⁹. Neste caso, legitima-se o documento por meio da negação da Assembleia, mas afirmando os poderes fracionados e não simplesmente convalidando um poder central e concentrado. Conforme explica José Reinaldo de Lima Lopes, “[a] Constituição era assim mais o código dos códigos do que o estatuto dos cidadãos. Nesse sentido, a Constituição do Império foi uma

¹²⁶ BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negocios da Fazenda pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Candido José de Araújo Viana*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1834, p. 11-15.

¹²⁷ SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 303.

¹²⁸ Idem, p. 207.

¹²⁹ LOPES, José Reinaldo de Lima. *Iluminismo e Jusnaturalismo no Ideário dos Juristas da Primeira Metade do Século XIX*. (in) JANCSÓ, István (org.). *Brasil – Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 195.

constituição estatal: nem monárquica à moda do absolutismo ou do caminho prussiano, nem democrática e popular [grifos do autor].”¹³⁰

Assim pode-se notar o esvaziamento do que ainda poderia haver de Antigo Regime para o Brasil, mas sem com isso arrefecer os poderes locais (municipalismo e juízes de paz, por exemplo). A década de 1820 foi toda marcada por diversos debates acerca das funções e atividades bancárias, promovendo intenso debate na Câmara dos Deputados, representantes do “povo” – das Províncias, conforme os relatórios apresentados na Câmara, sobretudo o de 17 de agosto de 1827, cujo teor demonstrara as perdas do Tesouro com os “abusos” da administração¹³¹. Até esse momento ainda não podemos efetivamente pensar em partidos políticos minimamente organizados dentro dos debates, mas de atores políticos e posicionamentos provinciais específicos.

A partir de 1837, com o fim da regência de Diogo Antônio Feijó e a subida de Pedro de Araújo Lima, a questão partidária no Brasil toma cores mais evidentes, a partir da organização dos partidos políticos dentro das próprias Províncias e também na sua formação nacional, assim o núcleo nacional passa a ter a representatividade e a autonomia provincial passa a ceder espaço para as discussões nacionais, ainda que como uma forma de manutenção e expansão de seus interesses locais¹³². As décadas de 1840 e 1850 foram marcadas por debates que delineavam bem as diferenças dos partidos, sobretudo pela análise dos discursos da Câmara, que mostram uma característica de filiação partidária que vai tomando espaço ao longo desses anos¹³³.

Nesse mesmo período, de passagem da metade do século, diversos debates sobre as competências provinciais também se espalharam, e um órgão institucional passou a ganhar um destaque que outrora não teve: o Conselho de Estado. A professora Miriam Dolhnikoff aponta que

“[n]o caso de controvérsias sobre objetos que pertenciam ou não à competência provincial, o Executivo encaminhava para o Conselho

¹³⁰ Idem, p. 205.

¹³¹ SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *Nas Asas de Dédalo – um Estudo sobre o Meio Circulante no Brasil entre os Anos de 1840 a 1853*. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008, p. 22.

¹³² GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias – Rio de Janeiro, 1822 – 1889*. Rio de Janeiro: Faperj/Civilização Brasileira, 2008, p. 331-332.

¹³³ Idem, p. 110-112.

de Estado, para sua apreciação, as dúvidas sobre competência do governo provincial, como era o caso das aposentadorias. Diante de um parecer do Conselho, contrário à atribuição provincial, como era o caso das aposentadorias. Diante de um parecer do Conselho, contrário à atribuição provincial de legislar sobre determinado objeto, o Ministério dos Negócios do Império orientava os presidentes das províncias a não sancionar projetos que versassem sobre aquela matéria e, ao mesmo tempo, enviava o parecer à Câmara dos Deputados para deliberação.”¹³⁴

Deve-se ter em mente que “[o] Conselho de Estado dava ao Imperador opiniões juridicamente fundadas para a solução de casos controversos.”¹³⁵ Esse Conselho ganhava não um papel impositivo ou de palavra final, mas um espaço de representação de determinados interesses também, pelos quais o instrumental da negociação passou a ser determinante para a acomodação das pretensões dos diversos grupos, sobretudo pela figuração de três representações essencialmente: (i) Conselheiros das Seções do Conselho de Estado; (ii) Ministros dos diversos Ministérios Imperiais; e (iii) o próprio Imperador. Essa visão de um “consenso” vem imersa nas negociações entre as três perspectivas de representação política, acima mencionadas (incluo aqui os próprios conselheiros). Assim,

“[a] engenharia social aconteceu, mas no contexto das funções e propósitos de uma elite atuante administrativa e politicamente, instalada no Conselho de Estado, cujos padrões haviam se estabelecidos entre 1842 a 1850, e [também devido] à prática do consenso da liderança, que impediu que o Imperador impusesse unilateralmente seus interesses.”¹³⁶

Essas características mostram o formato do processo decisório na monarquia constitucional brasileira, enfatizando-se o fato de que a corrente de negociações e a engenharia estatal são tamanhas que não há caminhos para se fazer uma leitura de uma centralização do processo decisório ou mesmo de uma personificação para a qual se possa

¹³⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. Ob. Cit., 2005, p. 244.

¹³⁵ LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit., 2010, p. 312.

¹³⁶ GARNER, Lydia Magalhães Nunes. *In pursuit of order: a study in Brazilian centralization – the Section of Empire of the Council of State, 1842-1889*. Baltimore: tese de doutorado apresentada junto à Johns Hopkins University, 1987, p. 649.

creditar exclusivamente esse desenvolvimento. De algum modo havia o controle de constitucionalidade pelo Conselho do Estado sobre as Leis Provinciais, mas de pequena influência sobre o resultado final; em geral o controle se aplicava não sobre o conteúdo específico da Lei, mas sobre a competência e jurisdição acerca da temática ali abordada¹³⁷.

Sob essa perspectiva, o tema bancário também não parece fugir, pelo contrário. Hernán Sáez mostra que a negociação sobre o tema é ainda mais intensa, ao ponto de os diversos partidários suprimirem suas diferenças, ao menos em discurso, principalmente ao longo da década de 1850, para votar projetos que diziam respeito a esse tema. O autor chega a mostrar que o tema era tratado de modo “apolítico”, posto que os diferentes políticos tentavam mostrar, em discurso, que o tema era de interesse de todos e não sujeito a discussões políticas¹³⁸; mas ainda assim, como a prova dos próprios discursos deixa claro, o tema foi bastante discutido e diversas perspectivas apareceram, principalmente no que diz respeito ao formato que deveria ser tomado para a criação das instituições bancárias, bem como do meio circulante e da distribuição e formato do crédito financeiro (monetário, cambiário, hipotecário, pignoratício).

A partir desses elementos, pode-se concluir que

“[h]á uma clara percepção nos políticos da época de que, no campo econômicos (sic), existiam figuras relevantes para a formulação das políticas econômicas que seriam determinadas por eles. Os capitalistas e comerciantes concorriam para o aumento da riqueza e para o crescimento da economia, legitimando assim a sua primazia com relação à massa do corpo social, sem, no entanto, desvincularem-se dele. Em certa medida isto explicou o interesse genuíno no ‘bem comum’ e nos esforços para alcançá-lo. Ao mesmo tempo permitiu que cada um dos agentes políticos

¹³⁷ Ao contrário do defendido em MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado apresentada junto ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Tese esta na qual a autora acredita que há uma verdadeira morte da autonomia municipal à medida que o Conselho ganha maior representatividade consultiva política, sobre as leis que vêm da Câmara e do Senado e mesmo pelo seu papel ao lado do Imperador, entretanto, tendo em vista as pesquisas já apresentadas por outros autores e, de certa forma, mais eficientes, como é o caso do trabalho da Professora Miriam Dohnnikoff (DOLHNIKOFF, Miriam. Ob. Cit., 2005), não houve essa centralização, ao contrário, o crescimento foi o da dispersão e da criação de uma corrente provincial necessária para que se culminasse um processo decisório no Império entre capital e os interesses regionais das elites representadas pelos deputados provinciais.

¹³⁸ SÁEZ, Hernán Enrique Lara. Ob. Cit., 2008, p. 93-96.

vislumbrasse os benefícios recebidos pelos capitalistas através da fixação do valor do meio em circulação.”¹³⁹

Portanto, podemos compreender a importância do estudo da história institucional, uma vez que “[a] instituição incorpora uma ‘intencionalidade compartilhada’, objetiva e constitui-se por regras que valem. Para ‘valer’ dependem de que haja intenções coletivas sobre ela.”¹⁴⁰ A partir desses estudos temos espaço para compreender melhor a ação dos personagens, bem como escolher caminhos metodológicos mais sólidos que nos afastem do anacronismo e da simplificação de determinados eventos e casos.

O primeiro aspecto a ser considerado quando do estudo dessa primeira metade do século XIX, sobretudo em relação ao tema do capitalismo e da inserção do Brasil no contexto global do sistema-mundo, conforme propus para o desenvolvimento desta pesquisa é que

“[a]nalisando a história econômica do Brasil, temos que ter o cuidado, e a sensibilidade (sic) de perceber que, ao falarmos do Império brasileiro, não estamos falando de uma sociedade capitalista, e sim de uma *sociedade escravista*, inserida num processo de expansão do capitalismo, como o de meados do século XIX. Tal percepção é fundamental para compreender, por exemplo, as limitações da racionalidade do sistema financeiro da época, cujos ativos, mercados e instituições estão intimamente ligados a organização do Estado Nacional e ao desenvolvimento (sic) das forças produtivas.”¹⁴¹

Em outras palavras,

“[d]ito isso, fica claro que ao estudar um setor da economia brasileira, particularmente a organização do sistema bancário no Brasil de meados do século XIX, é muito importante enfatizar a *perspectiva histórica*, para não cair num anacronismo, nem tão

¹³⁹ Idem, p. 107.

¹⁴⁰ LOPES, José Reinaldo de Lima. Ob. Cit., 2003, p. 197.

¹⁴¹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Ob. Cit., 1997, p. 19-20.

pouco reduzir a história econômica a uma mera ‘economia retrospectiva’.”¹⁴²

Diante dessa ressalva, ao se considerar a história do Império tendo como objeto o tema bancário é importante entender que o assunto não nasceu naturalmente como consequência da adoção de uma política econômica do liberalismo britânico, exatamente na mesma medida tal qual estabelecido por meio do formato apresentado anteriormente. Conforme se procurou demonstrar nos tópicos anteriores, o Brasil dessa primeira metade do século XIX ainda não está imerso em um projeto de Estado suficiente para que consiga se caracterizar como um Estado moderno. Trata-se ainda de uma sociedade escravocrata, sem instituições financeiras, sem uma identidade nacional, tampouco uma unidade suficiente para transformar a realidade política, sobretudo durante a primeira década do Primeiro Reinado. O fato de ser um Estado independente, com uma constituição já em vigência não pode ser entendido como suficiente para que aqueles elementos estivessem evidentemente inseridos no Brasil.

Diferentemente da história britânica do século XIX, em que a atividade bancária teve um destaque fundamental, sobretudo se considerarmos que em 1825 havia 715 bancos, enquanto em 1850 havia 459 bancos¹⁴³, ou seja, “os bancos e banqueiros ingleses não estiveram ausentes da industrialização inglesa”¹⁴⁴, para o caso brasileiro ainda não podemos enxergar um papel dos bancos que seja tal a ponto de coloca-los na linha de frente do desenvolvimento econômico desse Estado a se consolidar. No espaço brasileiro

“[o] primeiro banco privado do país foi o Banco do Ceará, criado em 1836 e liquidado três anos depois. Em 1838, um grupo de capitalistas fundou o Banco Comercial do Rio de Janeiro, que atuou sem carta patente até 1842, ao qual se seguiram outros estabelecimentos, como o Banco Comercial da Bahia, em 1845, o Banco Comercial do Maranhão, em 1846, e o Banco do Pará, em 1847.”¹⁴⁵

¹⁴² Idem, p. 20.

¹⁴³ COLLINS, Michael. *Banks and Industrial Finance in Britain, 1800-1939*. New York: Cambridge University Press, 1995, p. 14.

¹⁴⁴ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Ob. Cit., 1997, p. 12.

¹⁴⁵ COSTA, Fernando Nogueira da. Ob. Cit., 2012, p. 33.

CAPÍTULO III – LEGISLAÇÃO COMERCIAL E BANCÁRIA NO BRASIL: A FUNÇÃO BANCÁRIA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO (1850 – 1860)

“Esse projeto com que o atual ministro pretende aniquilar o crédito tem um só vislumbre das ideias que animavam aquele Graco de tantas páginas vigorosas? O Sr. ministro da Fazenda pretende de certo apresentar meia dúzia de artigos à sua obra-prima financeira, à sua odisseia econômica. Para um espírito sensato não passa isso de um grosseiro golpe sobre o crédito. E uma pretensão vaidosa do ministro que pretende aniquilar uma garantia garantida pela lei e pela necessidade pública.” Joaquim Maria Machado de Assis¹⁴⁶.

3.1 O SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA, A MODERNIZAÇÃO DO IMPÉRIO E OS BANCOS

Conforme visto a atividade bancária na primeira metade do século XIX no Brasil era ainda tão incipiente ao ponto de não encontrar a relevância suficiente para que as instituições financeiras, a moeda e o crédito, encontrassem um destaque à altura das

¹⁴⁶ Crítica do jovem Machado de Assis ao então Ministro dos Negócios da Fazenda do Império, o Visconde de Inhomirim, Francisco de Salles Torres Homem, por meio de artigo publicado no Jornal *O Paraíba*, sob o título *A Odisseia Econômica do Sr. Ministro da Fazenda*; Petrópolis, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1859.

carências do Estado brasileiro em formação; não que não tenham sido objeto de debates e de tentativas de serem inseridas em meio às políticas de Estado do período, mas, conforme se pode depreender do estudo da primeira metade do século XIX, essas matérias não encontraram respaldo suficiente para que pudessem estabelecer a opção política definitiva para o incipiente Império nacional. Assim, para esse período de início da corrida brasileira pela modernização do Estado nacional, deve-se ter em vista que

“[s]e o ritmo das transformações foi lento, isto se deveu a não existirem em 1850 muitos dos pré-requisitos para um moderno sistema econômico, social e psicológico. As pré-condições não podem ser formadas da noite para o dia, e as medidas para estabelecê-las, ainda que muito pequenas, são tão significativas como as modificações subsequentes, e por isso são medidas mais facilmente.”¹⁴⁷

Para esse cenário das primeiras décadas da independência política do Brasil, sob o ponto de vista da articulação do mercado financeiro, sobretudo em comparação ao mercado financeiro do sistema-mundo da hegemonia britânica da época, o Brasil se encontra em um estado de carência e de ausência de um aparato legal suficiente para dar conta das contingências a serem superadas para que o Estado possa se fortalecer e fazer com que a economia interna possa se sustentar e se estabelecer mundialmente em meio ao sistema econômico liberal então cada vez mais propagado.

Contudo, a década de 1850 surge como um divisor de águas fundamental nessa história de curta duração do Império brasileiro. Os rearranjos políticos e institucionais começam a tomar cores novas em favor de uma ruptura com o modelo de gestão econômica até então praticado, bem como em favor de uma modernização no aparato jurídico do ramo do direito comercial. É justamente nesse período que encontramos um marco para o direito comercial brasileiro e para o aperfeiçoamento das leis de cunho comercial, em meio às quais encontramos as leis bancárias.

O modelo de gestão da primeira metade do século XIX estava se direcionando para provocar a ruptura entre aquele modelo de Antigo Regime, ainda marcante com a

¹⁴⁷ GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. Trad. Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973, p. 31.

chegada da Família Real e, de certa forma, ainda arraigado entre os atores políticos, cuja formação acadêmica essencialmente europeia (portuguesa) tendeu a buscar um desenvolvimento ainda atrelado a velhos valores que estão sendo superados ao longo do século XIX, por não mais acomodar os interesses e demandas de economias locais, do crescimento populacional, da difusão cultural e da universalização de conceitos, tecnologias e mercados. A politização provincial e suas conquistas, sobretudo a partir da década de 1840, começam a abrir espaço e ampliar discussões nacionais mais profundas e, desse modo, passam a orientar as opções políticas que serão adotadas pelo Estado imperial até o seu esgotamento em finais do século XIX.

Com a relativa modernização do aparato jurídico, obteve-se também um amplo processo de regulamentação das relações mercantis e das instituições capitalistas no Brasil, sendo certo que essa segunda metade do século XIX ficará marcada pela Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 (o Código Comercial), iniciando um amplo debate sobre as matérias ali tratadas (que posteriormente foram extirpadas do Código Comercial, passando a figurar em leis especiais que foram, aos poucos, revogando os textos legais articulados pelo Código). As principais regulamentações comerciais do período versaram sobre matérias relacionadas às

“(...) leis sobre o funcionamento do sistema bancário e das casas de penhores e empréstimos; a criação e organização de bancos e sociedades anônimas; a regulamentação da Marinha mercante, da indústria de construção naval e do comércio de cabotagem; a concessão de patentes; os processos de execução civil, comercial e hipotecária; o crédito à lavoura e indústrias auxiliares; a corretagem de fundos públicos e bolsas de valores; a regulamentação de títulos ao portador e emissão de debêntures; as companhias de seguro, entre outras.”¹⁴⁸

Em vista de tais características, deve remanescer a ideia de que o Estado imperial brasileiro está construindo suas bases por meio da articulação de diversos grupos, localizados nas províncias do Império, bem como junto àqueles já instalados na capital.

¹⁴⁸ PAULA, João Antônio de. *O Processo Econômico*. (in) CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A Construção Nacional 1830 – 1889*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012, p. 204.

Além disso, em um contexto global, deve-se considerar que a hegemonia do capitalismo britânico provocou a extinção de determinados monopólios e a consequente seleção de outros, exerceu a pressão sobre o livre-cambismo e ampliou a inserção das economias latino-americanas por meio da intensificação da exportação de produtos primários, sobretudo alimentos e matérias-primas, por meio do reconhecimento da soberania desses novos Estados¹⁴⁹.

Nesse contexto é que, durante a primeira metade do século XIX, principalmente, pode-se dizer que o Estado imperial incentivou o desenvolvimento de atividades capitalistas, de modo a provocar a inclusão de grandes negociantes, conforme vimos em relação aos Tribunais de Comércio, para próximo do poder e do projeto de Estado que estava tomando novas cores durante a década de 1840, caracterizando-se pela interpenetração de dois tipos de sociedades diferentes, via negociações e acomodações de diversos interesses de uma elite política que se impunha de modo proeminente na gestão desse Estado brasileiro. Essa conformação de interesses políticos provocou uma demanda para a adequação da ordem jurídica ao capitalismo global do período.¹⁵⁰ Ou seja, “[a] inserção dos produtos nacionais em um outro tipo de mercado, com domínio da lógica capitalista [do sistema-mundo, como vimos], aumenta esse grau de dependência à circulação e ao financiamento do novo tipo”¹⁵¹, provocando o Estado imperial brasileiro a lidar com um projeto específico em relação ao tema bancário e comercial.

Esses mesmo negociantes são aqueles que, de um modo geral, buscam constituir sociedades bancárias durante o período. Esse movimento de constituição de casas bancárias não pode ser desvinculado da economia agrária preponderante na economia brasileira do período, mas deve ser visto como um movimento de grande influência dos mercadores e negociantes das principais praças das Províncias, bem como da capital do Império.

Na comparação da economia brasileira, e da atividade financeira incipiente como se está a constituir no Império, com as economias globais do Reino Unido e Estados Unidos é possível a identificação de alguns pontos convergentes na composição da história

¹⁴⁹ NEVES, Edson Alvisi. Ob. Cit., 2009, p. 45.

¹⁵⁰ Idem, p. 45-46.

¹⁵¹ Idem, p. 46.

bancária. É óbvio que par ao caso do Reino Unido, olhar para esse período da década de 1850 não é olhar para um Estado nacional incipiente, pelo contrário, as políticas, a conscientização nacional e o próprio proto sistema financeiro já estava em formação há séculos, sendo que sua comparação com o caso brasileiro, sem se considerar tal ressalva, poderia implicar em distorções dos quadros ora analisados. Isso fica claro se considerarmos que o Reino Unido já formara um Banco Central ainda no século XVII, em 1694, detido por capital público e formalizado juridicamente por meio de um instrumento jurídico essencialmente de direito privado (o formato societário escolhido).

Durante o século XIX, no caso britânico, o problema inicial do crédito estava no fato de que, em um primeiro momento, para uma economia essencialmente industrializada, parte considerável dos industriais tinha dificuldade de encontrar financiamentos para compor o capital de giro de seus negócios, bem como para a aquisição de matérias-primas, pagamento de salários e aluguéis. Os empresários industriais britânicos estavam mais inclinados a se valer do próprio capital interno de suas empresas (e.g. por meio de lucros não distribuídos) ou por meio da obtenção de empréstimos entre pessoas próximas, do que em buscar empréstimos junto a instituições financeiras.¹⁵²

Pela bibliografia da época, em 1848, a definição de banqueiro, sob a perspectiva inglesa, dizia o seguinte:

“[q]uem chamamos banqueiro? Há n’esta cidade una companhia ou corporação chamada dos ourives, a que pertence a maior parte dos denominados banqueiros. Mas, que eu saiba, não existe na Inglaterra companhia ou corporação chamada dos banqueiros, nem atribuições d’estes são definidas ou descriptas por lei ou estatuto. Vulgarmente chamamos banqueiro un homem, que tem un escriptorio aberto, com contadores, caixeiros e livros, para receber o dinheiro do publico, afim de guardal-o e restituil-o, quando se lhe exigir. Apenas um inividuo abre um d’estes escriptorios, chamamol-o banqueiro, sem indagarmos se alguém lhe coupou

¹⁵² COLLINS, Michael. Ob. Cit., 1995, p. 16. No original: “Industrialists at that time were inclined to use the firm’s own internal funds (undistributed profits) and/or money from friends and acquaintances to finance fixed capital requirements, rather than borrow from financial institutions.”

dinheiro a guardar, ou não; pois é um ramo de commercio este (...).”¹⁵³

Também é interessante notar que, em meio ao florescimento dessa indústria que passa a ser o carro chefe do capitalismo britânico, em inícios do século XIX boa parte dos bancos privados locais eram fortemente ligados a economia local das comunidades, pois a sua força frente à economia não tinha uma representatividade suficiente para ganhar um maior destaque, devido às restrições jurídicas para as operações de concessão de crédito e de emissão de letras, bilhetes e notas, como instrumento de crédito capazes de fomentar a economia. Para o caso britânico, especificamente em relação à Inglaterra e ao País de Gales, o monopólio do Estado sobre a composição societária mista (pública x privada) permaneceu ao menos até 1826, inibindo as casas bancárias de serem compostas por mais de seis sócios (quanto aos sócios/acionistas) administradores (as demais ações poderiam ser livremente distribuídas dentro dos limites dos estatutos). Tendo em vista que o principal objeto de tais bancos era composto das operações de depósito e desconto (e dentro de certa restrição, da emissão de notas, bilhetes e letras), comumente estavam sujeitos a saques constantes e em curto prazo, de modo que o medo da *corrida bancária* não era algo simplesmente teórico, mas comum, inclusive como um fato central na composição da crise bancária de 1825-26, na qual 93 bancos ingleses e gauleses (aproximadamente 15% do total) não foram capazes de atender às demandas de seus depositantes e em suas operações de desconto e, em menor medida, de emissão de letras, notas e bilhetes, fazendo com que tais bancos suspendessem os respectivos pagamentos de tais instrumentos de crédito.¹⁵⁴ Na realidade o que havia era uma crise de liquidez muito severa, sem que, com isso, necessariamente houvesse a quebra do setor bancário. O Estado regula a economia por meio de suas políticas e por meio do direito, sobretudo do direito de dizer e estabelecer a lei. Sendo assim, por mais que os sistemas representativos possam tornar o processo mais abrangente, incluindo os poderes periféricos, ainda assim a diluição dos interesses locais, em favor de um interesse nacional, pode direcionar esse controle da economia liberal de um modo suficiente para evitar o

¹⁵³ GILBART, James William. *Tractado Practico dos Bancos*. Trad. Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1859, p. 1-2. Nas buscas aos catálogos de livros da década de 1850, trata-se do primeiro livro especificamente sobre *bancos* publicado no Brasil. O original fora publicado na Inglaterra, em 1848 e a tradução brasileira foi apresentada em 1859. Uma outra publicação específica sobre *bancos* no Brasil fora a de FRANCO, Bernardo de Souza. Ob. Cit., 1984, originalmente publicada em 1848.

¹⁵⁴ Idem ibidem.

ponto extremo da falência do sistema financeiro. Sendo assim, a crise de liquidez não deve ser lida como obrigatoriamente na consequência da falência.

Essa intervenção do Estado se deu, sobretudo, por meio do *Bank Restriction Act* de 1797¹⁵⁵. Por meio de tal ato legal o sistema monetário inglês se sustentou controlando a emissão dos bancos, permitindo que o Banco da Inglaterra não fosse obrigado a converter as notas emitidas pelos bancos em *ouro*, de modo a diminuir o lastro das emissões e, com isso, buscou arrefecer o acesso ao crédito por parte do grande público. De todo modo, a emissão do meio-circulante inglês era, sobretudo, realizada por meio de letras, notas e bilhetes bancários e, inicialmente, essa política mantem as necessidades do Estado, sobretudo em contrapartida da fraca demanda de particulares. O mundo da iniciativa privada de 1797 é bastante distinto daquele de 1812-1814, com o fim das guerras napoleônicas e com o fim da necessidade de se fomentar a guerra e o exército. Nessa passagem, o crédito a particulares, levando a uma crise monetária e financeira que colocaria em cheque a escolha adotada outrora pelo Estado britânico. Inicia-se aqui a principal discussão acerca da relação entre *moeda de crédito* e *papel moeda*¹⁵⁶.

Durante finais do século XVIII e início do XIX, na Inglaterra, o principal objeto social adotado pelos estatutos dos bancos era o da constituição de *bancos de depósito*, cuja principal preocupação era a manutenção de ativos líquidos suficientes para o adimplemento de suas obrigações junto aos correntistas que ali depositavam valores e bens. Havia uma obrigação legal, emitida pelo Estado, de que deveria haver um fundo de reserva mínimo em dinheiro e, em segundo lugar, para evitar demandas mais frequentes de saques descobertos, deveriam garantir que determinada parte de seus empréstimos e investimentos fossem estruturalmente passíveis de revenda (geralmente realizada entre os próprios bancos). Foi nesse contexto que as *notas* (*bills of Exchange*, posteriormente *Consols*) passaram a ser o ativo bancário ideal.

Com isso os bancos britânicos organizavam-se de um modo a evitar a disposição de instrumentos de crédito de longo prazo, pois para adimplir suas obrigações, de um modo geral, precisavam trabalhar essencialmente com instrumentos de crédito de célere liquidez. Mas tal característica deve ser lida como predominante e não como exclusiva. Em meio à

¹⁵⁵ VILAR, Pierre. Ob. Cit., 1980, p. 386.

¹⁵⁶ Idem, p. 387.

economia capitalista o risco é parte do negócio, conforme vistos, inclusive na composição dos *atos de comércio* para as nações de *corpus* de códigos e leis. Os bancos britânicos mantinham certa quantidade de créditos de longo prazo, de modo a manter determinado grau de contingências que poderiam vir a comprometer a liquidez de seus ativos de curto prazo e depósitos. O incentivo para a manutenção dessa contingência era, obviamente, a possibilidade de um lucro maior, considerando a relação *tempo x dinheiro*. De todo modo, a escolha de tais ativos estava ligada às escolhas do banqueiro e variou de banco para banco. Com isso, em continuidade ao encerramento do capítulo anterior, fica a perspectiva de que os bancos britânicos participaram da industrialização comezinha do início do século XIX, mas não foram o motor de arranque suficiente para o fomento fundamental de tal atividade.

A despeito dessa ainda baixa atividade bancária, ao longo do século XIX mudanças estruturais de longa duração afetaram diretamente o setor dos bancos, contudo sem que com isso tenha havido uma grande ruptura com a forma como os negociantes e comerciantes conduziam suas atividades bancárias e sua forma de operação negocial. A principal mudança estrutural foi o aumento das operações individuais de cada um dos bancos, sobretudo devido à adoção do tipo jurídico das sociedades anônimas (a abertura de capital) e por meio da constituição de filiais, permitindo com que bancos locais passassem a atuar em outras praças comerciais e assim expandissem seus negócios e seu sistema de crédito. A partir, principalmente, de 1833, o Parlamento inglês permitiu, por meio de leis mercantis específicas, que os bancos emitissem ações para a aquisição do público em geral e, já em 1850 aproximadamente 99 bancos de capital aberto (compondo aproximadamente 23% dos bancos do período) estavam operando na Inglaterra e no País de Gales, administrando um total aproximado de 600 filiais (escritórios) e, em 1875 esse número aumenta para 122 bancos, operando 1364 filiais.¹⁵⁷ Esse crescimento está imbricado às mudanças estruturais pelas quais passam o mercado de crédito e a estabilização dos preços a partir da década de 1850, sobretudo. Desse universo, ainda haviam 327 bancos privados constituídos (compondo os demais 77% dos bancos operacionais do período) durante esse período, mas que, de mesmo modo, iniciaram um movimento de *fusão* com aqueles bancos de capital aberto.

¹⁵⁷ COLLINS, Michael. Ob. Cit., 1995, p. 19.

Esses são desafios para o ingresso da Inglaterra nesse século XIX, ainda carregada pelas teorias econômicas de Adam Smith, Thornton e David Ricardo. O problema passava a não mais se apresentar como conjuntural, mas muito mais profundo, estruturalmente, de modo que as políticas de Estado deveriam intervir novamente, para direcionar a economia para um novo rumo. Por essas e outras que é compreensível que o liberalismo total, tal qual poderia se imaginar pela fundamentação da *mão invisível*, não funciona na prática desse modo. O mercado tem limites e esses limites são controlados pelos Estados, cada um com suas escolhas, conforme explanado no Capítulo I.

De todo modo, durante a busca pela estabilização econômica e de preços até a metade do século XIX, o principal pano de fundo para os problemas enfrentados refere-se à questão do *padrão ouro*, do lastro. O mundo capitalista já vivera outras crises relacionadas a metais preciosos, como foi o caso da prata durante o século XVI. Além disso, os metais preciosos advindos sobretudo das Américas, durante esse XIX, passam a sofrer maior restrição em razão dos processos emancipatórios dos novos Estados ali surgidos.

É o caso, principalmente, dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos, como uma nação que está se constituindo e se consolidando desde finais do século XVIII, pôde também desenvolver de um modo mais apurado seu sistema bancário, bem como o papel dos bancos nas políticas de controle da Economia por parte do Estado. Contudo, tal qual ocorreu no Brasil, a constituição de um Banco Central, regulador do mercado de crédito e da emissão de moeda, só se consolida no século XX, tendo em sua história do século XIX, ao contrário da Inglaterra, uma maior liberdade para a iniciativa privada e para o desenvolvimento da atividade bancária. Também imiscuído em uma política monetária lastreada pelo padrão-ouro, a partir de 1834 (até 1934, principalmente, 10 anos antes do evento *Bretton Woods*), buscou vincular as moedas, bilhetes e notas emitidos por bancos ao lastro ouro, obrigando então à criação de um *curso forçado* da moeda emitida, pois com isso pôde estabelecer a validade e o valor de tal moeda frente à aquisição de produtos e serviços de sua economia nacional.¹⁵⁸

¹⁵⁸ TIMBERLAKE, Richard H. *Monetary Policy in the United States – An Intellectual and Institutional History*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993, p. 2.

O primeiro Banco dos Estados Unidos, conforme idealizado pelo então primeiro secretário do Tesouro, Alexander Hamilton (fortemente influenciado pela leitura de Adam Smith), iniciou suas operações em 20 de janeiro de 1791 e não foi aprovado pelo Congresso norte-americano para ser exatamente um *Banco Central*, dotado do controle da quantidade de dinheiro ou crédito emitido e em circulação (tal qual visto no caso do primeiro Banco do Brasil); sendo que nesse período havia quatro bancos em operação, agindo cada um deles como um sistema isolado¹⁵⁹, tal qual a estrutura dos bancos locais do Reino Unido do século XVIII e que assim se mantiveram durante a primeira metade do século XIX.

Contudo, ao longo dos debates no Congresso, sobretudo pela liderança do congressista James Madison, da Virginia, a oposição tentou fazer com que o projeto dos estatutos e constituição de referido primeiro banco fosse ainda mais afastado de um eventual controle público (ou nacional) do banco, mas para que atuasse como um banco composto de um capital misto, público e privado, entretanto, ao final das sessões, a constituição do banco foi aprovada praticamente na íntegra do modelo proposto por Hamilton. Com isso, o que se viu foi uma atuação do Estado por meio do Banco dos Estados Unidos de um modo discreto, inclusive nos valores dos dividendos pagos por ele, constituindo-se sob a forma jurídica de um banco privado e composto de capital público e privado. Sua atuação foi basicamente determinada pelas necessidades do governo central norte-americano, sobretudo por meio das negociações de títulos e outros valores com outros bancos, os bancos privados do período, e com o público em geral, pois, como constituído pelo governo, era entendido como um banco de depósitos mais seguro em virtude das prerrogativas legais que o cercavam. Nessa cadeia dos relacionamentos com os demais bancos, o Banco dos Estados Unidos, como os demais, era credor e devedor das relações comerciais celebradas¹⁶⁰, nesse sentido, se aproximou muito das operações mercantis realizadas pelo Banco da Inglaterra, conforme visto.¹⁶¹

Esse primeiro banco operou de 1791 a 1811 e, do ponto de vista da história do direito, sua maior consequência foi o debate no congresso do ponto de vista constitucional

¹⁵⁹ Idem, p. 4.

¹⁶⁰ HAMMOND, Bray. *Banks and Politics in America – from the Revolution to the Civil War*. 2ª reimpressão. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1991, p. 198.

¹⁶¹ TIMBERLAKE, Richard H. Ob. Cit., 1995, p. 10, bem como em HAMMOND, Bray. Ob. Cit., 1991, p. 199.

acerca da estrutura de referida instituição, bem como do sistema monetário norte-americano. Pela constituição, o Congresso tinha a competência atribuída para a determinação da moeda nacional, bem como para controlar o incipiente sistema financeiro e, pelo Congresso, iniciou-se a medida para a aprovação e constituição do estatuto do banco, o qual foi aprovado e assim constituído o primeiro Banco dos Estados Unidos, agindo nos termos daquilo que controlado pelo governo público, como principal acionista do banco.

O segundo Banco dos Estados Unidos foi criado em 1816, com prazo determinado de 20 anos e sede na Filadélfia, sendo que esse sim, por meio de suas prerrogativas constitucionais, passou a realizar o efetivo controle do meio circulante e das emissões, ainda de um modo básico e pouco eficiente, mas já politicamente e juridicamente direcionado para tanto. Sua história foi interrompida pela Guerra Civil (1861 – 1865), mas isso não comprometeu a criação de bancos locais, autorizados por meio de leis próprias de cada um dos estados da federação, por meio da iniciativa privada ou pública. Ao final da Guerra Civil o meio circulante nos Estados Unidos consistia basicamente em (i) dinheiro e (ii) obrigações diretas e indiretas do governo central; os depósitos bancários eram uma obrigação de bancos privados que foram condicionados por lei a manter ativos sob a forma de meio circulante (itens (i) e (ii) acima) ou o seu equivalente lastreado em seus próprios ativos, sob sua responsabilidade jurídica, fazendo com que o crédito se constituísse basicamente por meio da própria moeda composta do meio circulante e dos depósitos abrigados pelos bancos privados.¹⁶²

Na história do constitucionalismo norte-americano os bancos, sobretudo o Banco dos Estados Unidos (*Bank of United States*) têm um papel fundamental para a história do direito, principalmente em vista de seu papel constitucional no controle das políticas monetárias e de composição de um sistema financeiro¹⁶³. A proposta enfrentada pelos *Founding Fathers*¹⁶⁴ (apoiada por parte deles e confrontada por outra parte) até a superação da Guerra Civil, os bancos tiveram um papel de destaque na história norte americana, tanto em relação à sua presença na formação do sistema econômico interno dos

¹⁶² FRIEDMAN, Milton e SCHWARTZ, Anna Jacobson. *A Monetary History of the United States (1867 – 1960)*. 9ª reimpressão. Princeton: Princeton University Press, 1993, p. 16.

¹⁶³ ROTHBARD, Murray N. *A History of Money and Banking in the United States – The Colonial Era to World War II*. Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2005, p. 72.

¹⁶⁴ Refiro-me especificamente aos seguintes personagens: John Adams, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton, John Jay, Thomas Jefferson, James Madison, and George Washington.

Estados Unidos, quanto nos capítulos da história constitucional da federação, impactando diretamente no judiciário e no direito (como no caso *McCulloch vs Maryland* em 1819, julgado pela Suprema Corte Norte Americana primeiro declarando que o Segundo Banco dos Estados Unidos estava sob o controle do governo federal e, em segundo lugar, decidindo que o estado de Maryland não poderia, em termos constitucionais, tributar uma operação realizada pelo Banco, uma vez que este estava sob o controle do governo federal). Fato é que deve-se ser considerado que também

“[n]o início do século XIX, quase todas as operações de financiamento da produção na área predominantemente escravista dos Estados Unidos, os estados sulistas, eram feitas por bancos locais. Seus serviços incluíam tanto o financiamento de safras como a administração dos ativos dos fazendeiros. Nos bancos das regiões escravistas, apesar de terem comerciantes como acionistas (um sinal do caráter mercantilista do empreendimento), separavam-se os riscos das diversas etapas da produção e criava-se um espaço com racionalidade de mercado (isto é: busca de ganhos líquidos em espécie, capital acumulado como expressão do resultado da produção).”¹⁶⁵

De todo modo, a estrutura jurídica adotada pelos bancos no Reino Unido e nos Estados Unidos é bastante semelhante e, de mesmo modo, assemelha-se à forma adotada pelo Brasil, seja pelo modelo de início do século XIX, conforme implementado pela Família Real quando da constituição do primeiro Banco do Brasil, seja em meados do século, quando em 1853 o governo delibera pela incorporação do terceiro (ou o quarto, se considerada a reforma bancária de 1853) Banco do Brasil com o Banco Comercial do Rio de Janeiro.

Além de toda a movimentação que está se espalhando e se expandindo pelas novas nações que estão surgindo, o sistema-mundo capitalista engloba uma expansão dos meios de comunicação (mesmo o avanço tecnológico das viagens de navios) e do acesso a informações (a possibilidade de aquisição de livros estrangeiros) que permitem com que os agentes do Estado, representando interesses dos governos centrais, ou dos poderes

¹⁶⁵ CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista – Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 299.

regionais, possam determinar, por meio das medidas legais, as políticas econômicas a serem adotadas por suas nações. Para o caso do Brasil Império, essa década de 1850 também pode ser lida como um momento crucial para a formação do mercado interno, principalmente por meio da relação crédito, trabalho e propriedade, fazendo com que a política nacional fosse obrigada a reagir para atender tais demandas, o que de fato levou muito tempo para acomodar os diversos interesses políticos tão exarados durante esses anos.

3.2 O CÓDIGO COMERCIAL E AS REFORMAS BANCÁRIAS DA DÉCADA DE 1850

A década de 1850 abre-se, do ponto de vista do direito comercial, por meio de um grande marco, conforme discutido no Capítulo II: o Código Comercial. Nos termos já apresentados, esse Código Comercial é um instrumento jurídico marcante para todas as relações mercantis transacionadas no Império, bem como tem um impacto na produção e desenvolvimento de uma cultura jurídica brasileira, do ponto de vista principalmente do desenvolvimento do direito privado.

Do ponto de vista das leis bancárias, um marco importante havia sido apresentado pelo Estado por meio do Decreto nº 575, de 10 de janeiro de 1849. Tal decreto referia-se às sociedades anônimas, entretanto tratava também especificamente daquelas sociedades constituídas com fins de explorar a operação comercial de banco. O Decreto nº 575 perdurou por toda essa década de 1850 e, em sua primeira disposição, estabelecia que “Nenhuma Sociedade anonyma poderá ser incorporada sem autorização do Governo, e sem que seja por elle approvedo o Contracto, que a constituir.” Essa mesma disposição é a identificada por meio do art. 295 do Código Comercial (apesar de ser esta mais abrangente) e é por meio deste Decreto que se estabeleceu a formalização de se requerer a autorização de *incorporação* (constituição da sociedade) por meio do respectivo Ministério responsável pela atividade a ser explorada pela sociedade a ser constituída, já estabelecendo inclusive a distinção de procedimento entre aqueles que se estabeleceriam na capital e nas Províncias, sendo certo que o efeito prático que pôde ser identificado por meio dos Decretos e Leis ora analisados, foi o de que os requerentes acabavam por direcionar seus pedidos diretamente para o Ministério responsável, de modo a obter a

autorização para a constituição de suas sociedades bancárias (“Art. 2º As pessoas que quizerem fundar huma Sociedade anonyma dirigirão sua petição, na Côrte ao Ministro competente, e nas Provincias aos respectivos Presidentes. Esta petição será assignada por todos os interessados, salvo o caso em que o Contracto constitutivo da Sociedade dê para esse fim poderes a hum ou mais d'entre elles.”).

Especificamente para o caso dos bancos o Decreto nº 575 estabelecia que

“Art. 9º A installação da Sociedade anonyma que tiver por fim fazer operações bancaes, só poderá ser autorisada quando se tenha realisado a quarta parte das acções; mas se não for completado o numero total dellas no prazo marcado no Contracto constitutivo, será a Sociedade dissolvida, salvo se obtiver do Governo autorização para fazer suas operações com numero menor de Accionistas, do que o marcado no mesmo Contracto.”

Podendo o Governo intervir diretamente nas atividades bancárias quando estabeleceu que “Art. 10. O Governo nomeará, todas as vezes que entenda conveniente, hum ou mais Agentes para fiscalisarem as operações das Sociedades, de que trata o Artigo antecedente; e poderá declara-las dissolvidas, quando se verificar que não cumprem as condições, a que se sujeitárão.”

De mesmo modo, já delegou ao Ministério dos Negócios da Fazenda a competência para a aprovação dos estatutos de bancos por meio de seu art. 11, que estabeleceu que “[p]elo Ministerio dos Negocios da Fazenda se expedirão todas as providencias relativas ás Sociedades, de que trata o Artigo nono.”

Essa regulamentação iniciada por Itaboraí¹⁶⁶ em finais da década de 1840 permanecerá a marcar toda a década de 1850, sobretudo em vista da manutenção de sua gestão no Ministério imperial por meio de seu gabinete até 1853 de modo expresso, podendo ser ainda identificada na manutenção de gabinetes ligados a políticos filiados ao Partido Conservador ao longo da década.

¹⁶⁶ Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí (1802-1872), iniciou sua carreira política vinculado ao Partido Liberal, porém ao fim de seus trabalhos durante a 3ª legislatura do Brasil independente filiou-se ao Partido Conservador, escolhendo uma política monetária e bancária do monopólio da emissão do meio-circulante. Manteve seu gabinete no Ministério dos Negócios da Fazenda do Império de 1848-1853.

Mesmo com a promulgação do Código Comercial, o conjunto de leis esparsas, mais especiais do que o texto genérico do Código, continuaram a formar o *corpus* de normas que compuseram o direito comercial do período.

Importante lembrarmos de um passo anterior para a formação do direito brasileiro, ou propriamente brasileiro, como entendido pela política de Antigo Regime, ou seja, o direito e a cultura jurídico advêm, principalmente, da academia. Nesse sentido, deve-se destacar a Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os dois primeiros cursos de *sciencias jurídicas e sociaes*, iniciados na cidade de São Paulo e na cidade de Olinda. As matérias que iniciaram a estrutura do curso de direito eram assim divididas: (i) 1º ano: Direito Natural, Publico, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia; (ii) 2º ano: Continuação das matérias do ano antecedente acrescidas do estudo do Direito Público Eclesiástico; (iii) 3º ano: Direito Pátrio Civil e Direito Pátrio Criminal com a teoria do processo criminal; (iv) 4º ano: Continuação do Direito Pátrio Civil acrescido do estudo do Direito Mercantil e Marítimo; e (v) 5º ano: Economia política e Teoria e Prática do Processo adotado pelas Leis do Império.¹⁶⁷ Essa ligação às características de Antigo Regime podem ser notadas porque

“[o]s cursos de direito foram criados à imagem do predecessor coimbrão. Os primeiros professores eram ex-alunos de Coimbra e alguns dos primeiros alunos vieram de lá transferidos. Mas houve importante adaptação no que se refere ao conteúdo das disciplinas. O direito romano foi abandonado em benefício de matérias mais diretamente relacionadas com as necessidades do novo país, tais como o direito mercantil e marítimo e a economia política. A ideia de legisladores brasileiros era a de formar não apenas juristas mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregados do Estado, como está expresso nos Estatutos

¹⁶⁷ Mesmo com as reformas do ensino jurídico promovidas durante a década de 1850 a estrutura do curso se manteve muito próxima dessa composição. As matérias de direito comercial eram sempre iniciadas no 4º ano e não havia uma especificidade na matéria acerca do tema dos bancos, em outras palavras, não havia um direito bancário como disciplina acadêmica (é o caso das decisões ministeriais nº 1.134, 30 de março de 1853 e nº 1.386 de 28 de abril de 1854).

feitos pelo visconde de Cachoeira adotados no início dos cursos.”¹⁶⁸

Esse currículo foi alterado diversas vezes ao longo do século XIX, mantendo-se sua estrutura básica, mas com diversas inclusões e exclusões ao longo dos anos. Destaque-se este assunto simplesmente pelo fato de que a composição de uma Faculdade de Direito, em meio a uma nação recém-independente e que está em formação de seu próprio Estado soberano, apresenta-se como de extrema relevância dentro do projeto nacional que se iniciou com a independência e sofreu diversas rupturas e continuidades ao longo dos anos que se seguiram.

Como é sabido, diversas das matérias ali expostas não encontravam respaldo em um código de leis para tal matéria. É o caso do Direito Civil, do Direito Mercantil e do próprio Direito Criminal, cujo código só viria a ser aprovado na década seguinte à da formação dessas Faculdades. Independente disso, a semente do projeto está plantada e sua influência será importante para a formação dos próximos membros dos quadros políticos, administrativos e de formação do direito brasileiro ao longo dos próximos anos do Império.

O Direito Comercial está inserido nesse mesmo contexto. Como visto, devido sobretudo à forte influência do direito continental europeu, o Brasil se posicionou juridicamente em prol da organização de suas leis específicas por meio de codificações e da ramificação das matérias nas bases supramencionadas. Como forma de fortalecimento do Estado e de marcação do controle de determinadas atividades, o direito surge com um papel fundamental para controlar o monopólio da violência, do dizer o direito, da atribuição das competências para o julgamento de conflitos, fortalecendo-se e abrindo mais caminhos para intervir diretamente nas relações sociais dos cidadãos vinculados a sua jurisdição.

Obviamente essa composição não é impositiva a partir do Imperador, como figura absoluta e capaz de determinar os rumos de tudo e todos. Essa composição é formada por meio de uma rede de negociações, concessões e aquisições de direitos e poderes, entre o poder central e os demais poderes periféricos, garantido a manutenção não só de um único

¹⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. Ob. Cit., 2011, p. 76.

interesse, mas de diversos. O reconhecimento da independência do Estado é importante, pois é externo a esse Estado, mas a construção de uma nação é ainda mais importante, pois é um crescimento interno, necessário para o desenvolvimento e crescimento do poder de determinados grupos e do próprio Estado. Assim,

“[e]sses grupos mais solidamente articulados em torno de interesses mais nítidos, inclusive econômicos, que formavam o núcleo central das agremiações políticas, funcionavam certamente como polos de atração e de referência que atraíam os demais setores que não se reduziam a clientelas. Tais grupos possuíam objetivos, razões e sentidos próprios para suas escolhas e ações que encontravam nesses grupos canais de expressão e mobilização, como exemplificam pardos e escravos, que entenderam diferentemente – hoje o sabemos – os sentidos da liberdade e da libertação implicadas no processo de independência e consolidação.”¹⁶⁹

Nesse sentido a década de 1850 é marcante, pois é o principal período para a maior aceleração da modernização que está ocorrendo nos diversos Estados ao longo do século XIX. Talvez a rede de negociações tenha tornado mais lenta essa modernização do Brasil, mas de toda forma os interesses estão cada vez mais salientes e perceptíveis, de modo que a presença do Estado também passa a tomar uma proporção maior que outrora.

Do ponto de vista do tema monetário essa década de 1850 se abre de modo intenso, primeiramente devido à Lei nº 552 de 31 de maio de 1850, autorizando o Governo a substituir algumas ou todas as classes de valores em papel, que serviam como meio circulante, por notas de giro limitado e que teriam curso forçado somente dentro de determinadas regiões marcadas pelo Governo. Ou seja, as notas marcadas para uma determinada região, não poderia ser aceitas em outra região. De todo modo, a disposição mais importante para o período é que esse meio circulante não seria emitido por banco algum, mas pelo próprio Tesouro Nacional e proibia o aumento da emissão do meio circulante distribuído ao longo do império, por meio de uma política monetária de contenção das emissões, em função do lastro (ou da falta de lastro), naqueles mesmos

¹⁶⁹ VELASCO, Ivan. *Juízes de paz, mobilização e interiorização da política: algumas hipóteses de investigação das formas de justiça local e participação política no Império (1827 – 1842)*. (in) CARVALHO, José Murilo de e et al. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 298.

termos vistos para os casos britânico e norte-americano. A década de 1850 é marcada por crises financeiras e o Brasil não é exceção nesse ponto também; na Inglaterra medidas importantes de controle da abertura de capital de indústrias e bancos são tomadas entre 1856 – 61¹⁷⁰, nos Estados Unidos também uma forte crise de crédito e de fortalecimento do meio circulante se instala entre 1853 – 57¹⁷¹ e, para o Brasil, a tendência global também provocou impactos diretos à vida financeira e da economia durante o período.

Nesse período o comerciante e empreendedor Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão e posteriormente Visconde de Mauá, surge com grande importância para o tema bancário, sendo que

“[t]endo participado ativamente do processo de consolidação do Estado Imperial, Irineu Evangelista de Souza percebeu a importância de criar um banco de depósitos e descontos, e de emissão, visando canalizar (sic) recursos para uma série negócios que começavam a surgir na praça do Rio de Janeiro e, em outras províncias, frutos da criação do Código Comercial e do fim do tráfico negreiro em 1850.”¹⁷²

Devido à sua experiência quando da constituição da Carruthers, De Castro & Cia, organizada com o inglês Richard Carruthers, bem como em virtude de suas viagens à cidade de Londres, nas quais pôde conhecer melhor o sistema financeiro, bem como o comércio e a indústria, Irineu Evangelista de Souza pôde agregar em diversos momentos para a recomposição dos bancos nesse novo momento do Brasil pós-promulgação do Código Comercial. Devido à seu forte crescimento econômico Irineu Evangelista de Souza ganhou mais atenção por parte do Governo imperial e, com isso, foi convidado para compor a Comissão de Exame dos estatutos do novo Banco do Brasil que estaria a se formar durante essa década de 1850; além do futuro Mauá, a Comissão era composta da seguinte maneira:

¹⁷⁰ COLLINS, Michael. Ob. Cit., 1995, p. 23.

¹⁷¹ HAMMOND, Bray. Ob. Cit., 1991, p. 671-676.

¹⁷² GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Ob. Cit., 1997, p. 86-87.

**COMISSÃO ENCARGADA DE ELABORAR OS
ESTATUTOS DO BANCO DO BRASIL (1851)¹⁷³**

Nomes e Endereço Comercial	Atividades	Naturalidade
Irineu Evangelista de Souza (Comendador (1851), Barão (1854) e Visconde de Mauá (1874)); Rua Direita 52.	Negociante Nacional*; Comércio de Fazendas por atacado – mat. nº 275, de 05/05/1851; Presidente da Cia Ponta da Areia; Sócio da firma inglesa Carruthers & Company – comércio de fazendas por atacado: mat. nº 279, de 05/05/1851.	Brasil
Isey Levy; Rua da Alfândega 7/2º A.	Corretor Juramentado*; Corretor de Fundos Públicos – mat. nº 403, de 06/10/1851.	Inglaterra
João Pereira Darrigue Faro (2º Barão e Visconde do Rio Bonito); Rua do Regente, 42.	Negociante Nacional* e fazendeiro; Diretor da Cia Phoenix Fluminense (Cia de Seguro contra incêndios); Comércio de Grosso trato de comissão – mat. nº 1, de 02/01/1851.	Brasil
Teophilo Benedito Otoni; Rua da Direita, 77.	Negociante Nacional*; Comerciante de Grosso Trato de Fazendas e Consignações – mat. nº 83,	Brasil

¹⁷³ Idem, p. 92.

	de 30/01/1851; Presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça (1851 – 1854); Senador (Partido Liberal).	
João Manuel Pereira da Silva	Advogado, Deputado pela Província do Rio de Janeiro (Partido Conservador); Conselheiro e Presidente de Província.	Brasil

Fonte: * Almanaque Laemmert Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e provincia do wo de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ. Un. Laemmert, 1851-1854.

Muitos dessa Comissão de Exame já se conheciam e eram, inclusive, sócios em outros negócios (o caso de Irineu Evangelista de Souza com Teófilo Otoni e Isey Levy), mas também divergiram dos demais participantes, sendo a mais clara a divergência em relação a João Manuel Pereira da Silva, sobre expôs que

"(...) Foi nomeada essa comissão, que trabalhou no melhor accordo, dando em resultado a eliminação de uma idéa do projecto de estatutoshypotecas), mantendo-se todas as outras com pequenas modificações; porem, como se alterasse o enunciado de alguns artigos, julgou-se conveniente dar uma redacção uniforme aos estatutos, ao que não me oppuz,(...). Até aqui tudo marchou de accordo; não faltou porém quem me assegurasse que um dos membros da commissão trabalhava com menos lealdade; que seu pensamento era anullar-nos, caso nos não sujeitassemos aos seus caprichos: que infalivelmente exigiria elie para si um lugar na directoria, além de outros, e para um seu amigo a presidencia do novo banco.(...).

Logo que recebemos a lista impressa dos accionistas, correndo os olhos sobre ella, sem combinação alguma, havíamos nos notado á margem alguns nomes que nos parecião aptos para dirigirem o banco, unicamente com o fim de chamar sobre elies a atenção dos

accionistas (...). Foi só depois de sabermos que effectivamente se organizava outra chapa que nos resolvemos a chamar mais atenção dos Srs. accionistas sobre esses nomes publicados nessa lista. Será isto introduzir a desordem, a exclusão, a hostilidade nos negócios do banco Sr. Dr. Pereira da Silva?”¹⁷⁴

Contudo, em 19 de abril de 1851 a Comissão de Exame apresentou seu parecer, no qual rejeitava o projeto de estatuto social apresentado, principalmente, por Irineu Evangelista de Souza e Isey Levy, propondo um novo estatuto, de conteúdo mais próximo daquele inicialmente analisado pela Comissão de Exame, quando de sua formação e assim expuseram acerca do tema:

"Senhores acionistas

Sabeis muito bem que a Comissão que teve a honra de ser por vós nomeada para o fim de examinar e rever o projeto primordial de Estatutos que oferecera o sr. Irineu Evangelista de Souza, na primeira convocação dos subscritores, para o novo banco, elaborou e apresentou na segunda sessão um novo projeto assinado na melhor harmonia e acordo por todos os seus membros. Alguns senhores acionistas, no louvável intuito de melhorar o trabalho da comissão, dignaram-se de oferecer emendas ao projeto, quer na ocasião de ser ele discutido, quer posteriormente (...).

Reunindo-se a Comissão com um dos seus membros, o Sr. Irineu Evangelista de Souza, apresentou-lhe um novo projeto de sistema administrativo inteiramente oposto, tanto ao primeiro por ele mesmo a princípio ofertado, como ao segundo redigido pela Comissão e de unânime voto, O Sr. Irineu declarou oferecê-lo como emenda substitutiva ao projeto da

Comissão e teve em seu favor o voto do ouro membro, o sr. Isey Levi.

A Comissão não hesitou em preferir o seu projeto à emenda, porque bem pensara quando se incumbira de o elaborar, e como que aprovado já fora pela Assembleia. Ademais, admitindo-se

¹⁷⁴ Idem, p. 93.

algumas pequenas emendas dos Srs. acionistas, e corrigindo-se alguns erros de impressão, como a falta de palavra -para - do artigo 19, está persuadida a Comissão que para organizar-se o Banco e começar suas operações, este trabalho seu oferece mais vantagens e garantias para os acionistas”¹⁷⁵

Sendo esse o projeto final que aprovou o estatuto do Banco do Brasil, quanto à denominação, todos os projetos concordavam que se chamaria *Banco do Brasil*, sobretudo para deixar claro que estava sendo fundado um banco emissor de notas no nível nacional, tal qual os dois projetos anteriores, sendo que os projetos divergiam quanto à composição acionária e de capital social, bem na forma de administração e na abertura de caixas filiais. Irineu Evangelista de Souza batalhou para compor uma administração composta por seis diretores, tal qual o modelo inglês da primeira metade do século XIX, entretanto não foi essa a forma final do projeto aprovado para ser apresentado à Assembleia Geral de Constituição do novo banco.

Irineu Evangelista de Souza passou então a criticar o projeto aprovado pela Comissão de Exame, publicando suas perspectivas e fundamentos nos jornais da época e foi, com isso, angariando um maior número de adeptos de suas ideias, de modo que, quando da celebração da Assembleia Geral de Constituição, para a aprovação do projeto de estatuto proposto pela Comissão de Exame, suas sugestões e alterações foram aprovadas pelos acionistas e o modelo proposto por Irineu Evangelista de Souza se saiu vitorioso, conforme notícias do dia seguinte à Assembleia:

"Reuniram-se ontem, em assemblea geral, os accionistas do Banco do Brazil, e após uma discussão prolongada aprovaram o projecto dos estatutos apresentados pelo Sr. Irineu Evangelista de Souza e que publicamos no jornal do Commercio de 9 do corrente. Está, pois, organizado o Banco do Brazil e si, como é de esperar, forem aprovados pelo governo os seus estatutos, principiará as suas transações logo que nomear o conselho de direção".¹⁷⁶

¹⁷⁵ Idem, p. 95.

¹⁷⁶ Idem, 98.

Esse estatuto é aprovado pelo Governo imperial por meio do Decreto nº 801, de 2 de julho de 1851, com algumas mudanças, especificamente quanto ao exame, por parte dos acionistas e da Comissão de Exame, de depósitos, letras e registros delas (restringindo a ação da Comissão ao exame das contas do banco, exclusivo desta), restrição da forma de emissão de letras e vales, podendo ser emitidos desde que com prazo mínimo de cinco dias e no valor mínimo de duzentos mil réis e que, para tanto, a soma dos valores em circulação jamais superasse 1/3 do fundo integralizado do banco.

Quando da redação final do estatuto, conforme aprovado pelo gabinete ministerial de Joaquim José Rodrigues Torres com as ressalvas supramencionadas, “[n]o momento da redação da lei, quando era minoria na comissão, Irineu [Evangelista de Souza] não conseguiu fazer valer seu ponto de vista, o de que os negócios das sociedades anônimas interessavam apenas aos particulares que se dispusessem a investir nele. Seus colegas consideravam a ideia ‘perigosa’, e resolveram colocar uma série de salvaguardas na lei para que o ‘interesse público’ não fosse afetado.”¹⁷⁷

Esse Banco do Brasil de Mauá não foi coroado com vida longa, talvez sobretudo pela forte oposição enfrentada por Irineu Evangelista de Souza, que além de idealizador do estatuto aprovado pela Assembleia Geral, tornou-se também o diretor presidente da instituição, em sua autobiografia, assim definiu o ocorrido:

“Apresentei-me, pois, em campo com a idéa de criar uma grande instituição de credito. Brusca e violenta opposição assaltou-me por todos os lados; comprehendí que se tratava dos *vencimentos dos cargos de directores*. – Fiz um movimento ousado de frente alterando os estatutos, tornando esse cargo não remunerado; foi agua na fervura – os pretendentes que formigavão retirarão-se d’arena, e consegui formar uma directoria composta dos melhores nomes da praça, como é sabido, directoria que com pequena alteração me acompanhou durante a vida curta do primitivo *Banco do Brazil*. Realizou esse estabelecimento transações de cerca de trezentos mil contos em dous anos e mezes, liquidando-se sem perda de um vintem para os seus accionistas, pelo amalgama dos

¹⁷⁷ CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. 31ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 229.

interesses nelle concentrados na actual instituição de credito do mesmo nome.”¹⁷⁸

Mauá ainda constituiu a casa bancária Mauá-MacGregor & Cia., sob a forma jurídica da sociedade comandita, a qual, de acordo com o Código Comercial e com a lei especial, não careceria de prévia autorização por parte do Governo para iniciar suas atividades. Em razão deste fato, a aprovação para o funcionamento de referida casa bancária inexistia do ponto de vista dos decretos e coleção de leis do Império, razão pela qual não destacamos seus estatutos para fins do estudo ora proposta, sobretudo porque o então Ministro da Justiça, Senador Nabuco de Araújo, aprovou uma lei em 1854 proibindo o funcionamento de sociedades comanditas como casas bancárias, sem que houvesse a prévia e expressa aprovação do Executivo.

Devido à interpretação do Conselho de Estado acerca da constituição de bancos sob a forma jurídica das sociedades anônimas,

“(...) ficou claro que para o governo imperial, a emissão de vales significava emissão de moeda e o receio de que concorrendo com as notas do Tesouro, aumentaria o estoque de moeda e, portanto, prejudicaria o câmbio. A posição do Conselho com relação ao banco vem corroborar com a posição do ministro da fazenda Rodrigues Torres, que no seu Relatório de 1849, apresentado na Assembléia de 1850, chamava atenção da necessidade de manter o controle sobre o estoque de moeda.”¹⁷⁹

Não obstante já influenciasse diretamente a discussão, o Conselho de Estado também não interpretava a validade da premissa de que a responsabilidade dos administradores das sociedades anônimas deveria ser, em regra, limitada, mas, ao contrário, entendia que no caso dos administradores a responsabilidade deveria ser considerada ilimitada em função de sua posição junto aos negócios da companhia. Mas nesse campo, mais uma vitória para o projeto do futuro Visconde de Mauá, pois o estatuto

¹⁷⁸ MAUÁ, Visconde de (Irineu Evangelista de Souza). *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores da Mauá & C e ao Público*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C, 1878, p. 20-21.

¹⁷⁹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Ob. Cit., 1997, p. 100-101.

aprovado para esse terceiro Banco do Brasil limitava a responsabilidade dos administradores.

A vida curta desse Banco do Brasil culminou com uma crise de crédito e do mercado monetário, bem como com a primeira *Reforma Bancária*, em 1853. A Praça do Rio de Janeiro era dominada por dois bancos: o Banco Commercial, que fora formado por um grupo de gestores remanescentes do fracassado segundo Banco do Brasil e que vinha atuando desde a década de 1840 e o Banco do Brasil de Irineu Evangelista de Souza, conforme aprovado em 1851. A disputa pela concessão de crédito e pela emissão de letras, notas e bilhetes afetou negativamente o comércio da Praça, desencadeando uma crise endêmica nesse sistema financeiro mezinheiro da cidade do Rio de Janeiro, seguindo-se de tal modo que

“[o] ano de 1853 ia por à prova a resistência do mercado. Surgiu uma crise de crédito, elevando-se a taxa de juros de 4% e 5%, valor normal em caso de firmas de primeira ordem, para 10% e 12%.

Os embaraços foram atribuídos ao abuso de atividades comerciais criadas ou alimentadas pelos vales dos bancos fundados de 1833 a 1851. A gravidade da perturbação aumentou a ponto de exigir uma intervenção do Tesouro, que emprestou a esse estabelecimentos 4.000:000\$000 em títulos a curto prazo, 2,4 e 6 meses.”¹⁸⁰

Em vista disso, o Poder Legislativo aprovou a Lei nº 683 de 5 de julho de 1853, por meio da qual esse Poder outorgava a aprovação para o Governo autorizar a incorporação de um banco na cidade do Rio de Janeiro. Esse banco, que seria um banco de depósitos, naqueles moldes muito próximo dos bancos ingleses apresentados no subitem anterior deste Capítulo III, tornou-se na incorporação do Banco Commercial pelo Banco do Brasil, formando um “quarto” Banco do Brasil, conforme aprovado pelo Decreto nº 1.223 de 31 de agosto de 1853, aprovado pelo gabinete do Ministro dos Negócios da Fazenda de Joaquim José Rodrigues Torres (ainda o Visconde de Itaboraí), e o caminho já se anunciava nesse sentido desde o Relatório ministerial proferido pelo referido Ministro dos Negócios da Fazenda de 1852, quando de sua defesa pela constituição de um banco

¹⁸⁰ CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Monetária do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1960, p. 66. João Pandiá Calógeras (1870 – 1934) foi um estudioso da história monetária e também um político brasileiro. Era defensor da pluralidade bancária, em moldes muito próximos de Souza Franco.

emissor ligado ao Governo e direcionado pelas razões do Estado, centralizando as emissões do meio circulantes e o controle da circulação do papel moeda, por meio de tal instituição forte o suficiente para dar conta de tais demandas. Esse era o posicionamento do Governo imperial durante os primeiros anos da década de 1850. Ou seja, a articulação estatal se conformou em um arranjo forte capaz de superar interesses empresariais privados (como o caso do banco idealizado por Irineu Evangelista de Souza) e se consolidar de acordo com as medidas que melhor conviriam para a adequação do *interesse público*.

Em posição contrária à da centralização bancária, Bernardo de Souza Franco defendia a pluralidade bancária, criticando a política conservadora adotada pelo então Ministério dos Negócios da Fazenda do Império. Sua crítica residia no fato de que um dos principais problemas financeiros do Império era justamente a falta de meio circulante suficiente para atender as demandas e promover o desenvolvimento econômico do país. Sua principal proposta era a da substituição do papel-moeda por letras, notas e bilhetes conversíveis em metal (os principais metais que formavam as moedas do período eram bronze, níquel, prata e ouro, o sistema monetário do período ora analisado é conhecido como o terceiro sistema monetário do Brasil regulamentado pela Lei nº 401 de 11 de setembro de 1846 e Decretos nº 475 de 20 de setembro de 1847 e nº 625 de 28 de junho de 1849). Essa posição já era defendida pelo político, de modo expresso, ao menos desde 1848, da publicação de seu livro *Os Bancos do Brasil*, propondo que

“[a] conversão das notas do Tesouro em papel bancário, realizável à vista em metais, traz consigo alguma despesa, mas é preferível por evitar mais eficazmente a falsificação e dar maior fixez ao meio circulante, uma vez que se cerquem os bancos de garantias, e lhes não seja permitido aumentar à vontade a emissão de seus bilhetes, e perturbar os mercados com a oscilação de valores, daí resulta.

Lembro por isso a criação de bancos em todas as províncias em que possam sustentar-se, reunindo as outras àquelas com que mantenham mais estreitas relações, e deixando as regras gerais da organização interna ao bom juízo dos acionistas, e do Governo a quem compete aprovar os estatutos. É o meio de evitar leis casuísticas, e complicadas, cuja passagem é demorada, ou difícil

nos copos legislativos, e que se não acomodam as diversas circunstâncias das províncias em que têm de ser executadas.”¹⁸¹

A ideia de Souza Franco era a de criar estabelecimentos suficientes, entre todas as Províncias do Império, cujas notas e bilhetes seriam aceitos entre si e lastreados em fundos de metais, os quais deveriam ter determinada disponibilidade para o saque à vista, em caso de troca de tais notas e bilhetes por metais. Desse modo o Estado teria o controle indireto por meio da aprovação dos estatutos e da tomada de contas por meio de certa fiscalização, mas entregaria um grau de liberdade (sem autonomia, porque quaisquer alterações nos estatutos dependeriam de prévia autorização do Governo central) para que as economias locais se sustentassem e fossem capazes de girar o meio circulante ao longo do país inclusive substituindo as notas emitidas pelo Tesouro e desonerando o Estado em relação a essa cunhagem e, em certa medida, essa preocupação.

Não era esse o projeto do gabinete Itaboraí.

Peláez e Suzigan definem Joaquim José Rodrigues Torres dizendo que

“[o] Visconde de Itaboraí foi provavelmente o mais importante técnico de política na monarquia brasileira. De 1848 a 1853, dominou a política monetária como Ministro da Fazenda e posteriormente como Presidente do Banco do Brasil [1855 – 1856]. De fato, suas ideias e medidas de política determinaram o comportamento da política monetária brasileira em anos posteriores. No debate entre metalistas e papelistas, Itaboraí escolheu um caminho intermediário, porém com certa inclinação paras (sic) as políticas metalistas.”¹⁸²

O Visconde de Itaboraí discordava da liberdade total do comércio exterior e da atividade econômica, de modo que entendia que o Governo deveria evitar a dependência dos mercados estrangeiros, pois entendia que os países agrícolas cresciam em ritmo mais lento que os industriais, assim defendeu, portanto, um certo protecionismo da comezinha

¹⁸¹ FRANCO, Bernardo de Souza. Ob. Cit., 1984, originalmente publicada em 1848, p. 97.

¹⁸² PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 72.

indústria nacional, mas tal intervenção deveria se dar somente de modo temporário e visando critérios de eficiência no longo prazo¹⁸³. Conforme vimos, o Governo tem a capacidade política para determinar os rumos da sua própria economia em certa medida, sobretudo por meio do seu direito de dizer as leis, de estabelecer sua jurisdição¹⁸⁴.

Aliado aos estudos sobre o meio circulante e o sistema monetário, havia também a preocupação com as questões tributárias do Império, dando destaque para a questão da *Tarifa Alves Branco* de 1844 e de características alfandegárias. Durante a gestão Itaboraí, foi formada uma comissão para revisar a lei alfandegária, liderada por Angelo Moniz da Silva Ferra, futuro Ministro dos Negócios da Fazenda do Império ao final da década de 1850, sendo que tal comissão teve como norte o estudo os impactos decorrentes da eliminação dos impostos de exportação, da eventual isenção dos impostos de importação de matérias-primas, maquinaria e equipamentos, dos impostos sobre alimentos, desenvolvimento das profissões do Império, o estabelecimento dos bancos, o desenvolvimento do mercado interno livre e a melhoria dos meios de comunicação.¹⁸⁵

Para a questão bancária, Joaquim José Rodrigues Torres defendia a exclusividade da emissão do meio circulante por parte do Governo, o objetivo era o esforço em reduzir o estoque de papel-moeda, tentando reduzir as flutuações do mercado por meio da intermediação do Governo na produção do meio circulante, evitando com isso, a emissão por parte de outros bancos privados. Com isso a reforma bancária de 1853 se estabeleceria, mas a troca dos gabinetes ministeriais, apesar da continuidade do *Movimento da Conciliação* durante o período (1853 – 1862, período da manutenção do Partido Conservador dentre as posições de liderança da gestão das políticas do Governo central imperial centralizado entre homens da confiança do Imperador D. Pedro II), provocaria mudanças significativas sobre essa aparente estabilidade buscada no início da década de 1850.

Os gabinetes intermediários entre o período de Itaboraí e o gabinete Souza-Franco foram compostos por duas gestões, ao longo de dois anos, sem impactos significativos para provocar qualquer ruptura com a política estabelecida por Itaboraí quando de sua saída em

¹⁸³ Idem, p. 75.

¹⁸⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. Ob. Cit., 2004, p. 46-50.

¹⁸⁵ PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. Ob. Cit., 1981, p. 75-76.

1853, foram eles chefiados por políticos que deram continuidade à *política da conciliação*, são eles Honório Hermeto Carneiro Leão (1801 – 1856, Visconde do Paraná e posteriormente Marquês do Paraná) e João Maurício Wanderley (1815 – 1889, Marquês de Cotequipe).

O gabinete iniciado por Souza Franco era considerado, do ponto de vista do liberalismo econômico, um gabinete arrojado e bastante direcionado para as questões técnicas econômicas. O Ministro Souza Franco assume em 1857 sua pasta e desde o início deixa prevalecer sua posição contrária àquela efetuada por meio da Reforma Bancária de 1853. Conforme visto, inclusive pelas próprias palavras de Souza Franco, a política do monopólio da emissão por meio do Banco do Brasil não era vista com bons olhos pelo então Ministro e não se sustentaria do ponto de vista dos mercados e do sistema financeiro que estava se constituindo. Como pontapé inicial de sua gestão, autorizou cinco a constituição de cinco novos bancos e concedeu o direito de emissão a seis bancos¹⁸⁶, sendo que tais bancos poderiam emitir notas à vista até o limite do capital efetivamente integralizado, podendo, de um modo geral, emitir notas até o dobro do fundo disponível em notas e metais, desde que limitado ao capital social efetivamente integralizado. As operações bancárias tardaram a iniciar, mas as emissões já formaram um quadro considerável ao longo desse período, entretanto, devido à crise sobre a taxa de câmbio e sobre a taxa de redesconto, com constantes flutuações, a política de Souza Franco não pôde se sustentar e não sobreviveu à crise de 1857. Conforme vimos, essas crises da década de 1850 não são exclusivas do Brasil; Reino Unido e Estados Unidos, além de outras nações europeias e novas nações americanas, passavam por situação semelhante (inclusive por isso a crise da taxa de câmbio supramencionada). O Brasil não está fora do mundo e não é blindado a ponto de não sofrer com as flutuações do mercado externo. Pelo contrário.

Principalmente em 1857, chegavam as notícias sobre a crise no mercado norte-americano, revelando um processo de contração econômica¹⁸⁷, fazendo com que uma espécie de pânico atingisse também o mercado brasileiro, abalando as reformas dos gabinetes de Itaboraí e Souza Franco. Ambas as políticas econômicas propostas estavam prestes a ruir e não mais serem capazes de concatenar um grau de eficiência suficiente para manter o desenvolvimento econômico do Brasil imperial.

¹⁸⁶ Idem, p. 87.

¹⁸⁷ TIMBERLAKE, Richard H. Ob. Cit., 1993, p. 76.

Diante de tal situação e da dificuldade para a capitalização de recursos que pudessem sustentar a estrutura bancária,

“Souza Franco apelou à casa bancária Mauá, MacGregor & Cia. No mesmo em dia em que o Banco do Brasil recusou sua proposta [tentativa de valorização do câmbio por meio de emissões a partir do próprio Banco do Brasil], isto é, 12 de março de 1858. Mauá fixou um cronograma para remeter através de sua agência em Londres 400.000 libras esterlinas em março, 200.000 em abril, 150.000 em maio e 60.000 em junho. A taxa então subiu para 25,5 dinheiros esterlinos por mil-réis e em agosto já se situava em 26 dinheiros. Nesse mês, o Banco do Brasil começou a troca de suas notas por ouro e a venda de cambiais a 26 dinheiros, sendo a taxa mantida durante a maior parte do ano. Os registros contemporâneos indicam uma recuperação definitiva da crise.”¹⁸⁸

De um lado em nova comissão organizada para estudar a crise de 1857, Angelo Moniz da Silva Ferraz e outros políticos engajados em seu projeto tenderam a direcionar a culpa da crise a fatores endógenos, especificamente na política bancária adotada por Souza Franca, que provocou a criação de um alto estoque de moeda, pois se os bancos podiam emitir suas notas lastreados em moedas metálicas, precisariam manter uma quantidade suficiente para realizar suas operações e, dessa forma, provocariam uma crise financeira por tentar, necessariamente, a maior captação de moedas metálicas de modo a manter um maior estoque. De acordo com os estudos essa seria a adoção de uma política anticíclica para fins econômicos, pois não acompanharia a mudança dos preços e demandas, de modo que o ideal seria a constituição de um conceito de elasticidade do papel moeda.

Diversos empreendedores contribuíram para o debate, mas uma das principais contribuições, dado seu conhecimento acerca das matérias, foi a do então Barão de Mauá. Mauá creditou aos países industrializados, durante a crise de 1857, a responsabilidade pela diminuição das importações de produtos brasileiros, com a consequente queda do câmbio e a estagnação de recursos financeiro advindos desses mercados globais.

¹⁸⁸ PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. Ob. Cit., 1981, p. 92.

Em meio a essa política de resgate da economia e do sistema monetário e financeiro, iniciam-se os movimentos de contrarreforma para a revisão da questão dos bancos, das emissões, do meio circulante e do crédito, culminando na discussão entre os gabinetes que sucederam Souza Franco, a dizer, os de Francisco Salles Torres Homem (1812 – 1876, o Visconde de Inhomirim), seguido pelo de Angelo Moniz da Silva Ferraz (1812 – 1867, o Barão de Uruguaiana).

3.3 O DEBATE LEGISLATIVO SOBRE O MEIO-CIRCULANTE E A LEI DOS ENTRAVES

A sessão de 5 de agosto de 1853 da Câmara dos Deputados do Império abre uma intensa discussão sobre a economia nacional e o papel do Governo sobre o assunto. O deputado Joaquim José Pacheco, representante da Província de São Paulo e ligado ao Partido Liberal, inicia seu discurso baseado em três pilares fundamentais, sob sua visão, para o desenvolvimento da economia nacional: (i) as vias de comunicação; (ii) as instituições de crédito; e (iii) a educação profissional. As críticas são direcionadas diretamente ao Ministério dos Negócios da Fazenda do Império, o mote é o desenvolvimento da indústria nacional (e deve ficar a ressalva de que o Banco do Brasil da Reforma Bancária de 1853 ainda não havia passado pelo processo de incorporação, apesar da autorização do Legislativo desde julho, por meio da Lei nº 683 de 5 de julho).

Além das críticas à falta de organização e de empenho do Governo imperial para a consecução dos itens (i) e (iii) destacados acima, o deputado paulista questionava o seguinte:

“Instituições de crédito – Quaes forão as promovidas pelo governo actual? Durante os cinco longos anos em que o Sr. ministro da fazenda (Itaboraí) exerce o poder, não me consta que as procurasse estabelecer. Alguns bancos commerciais que se estabelecerão crearão-se por si; não me consta que houvesse impulso da sua parte.

Haverá tres annos tavez que o nobre senador o Sr. Hollanda Cavalcanti apresentou no senado seu projecto para a criação de

bancos; mas S. Ex. não deu importancia à idéa; agora emfim acordou e promoveu o estabelecimento do banco nacional. Não direi nada a este respeito; entendo que as instituições bancaes, de qualquer natureza que sejam, sendo bem organisadas e melhor executadas, trazem beneficios para o paiz.”¹⁸⁹

Com isso o deputado buscava defender a necessidade de fomento à indústria nacional, por meio dos bancos e o fomento ao crédito ligado à propriedade, inclusive por meio de uma reforma do sistema hipotecária nacional em conjunto com a intervenção na atividade e constituição dos bancos.

Em contrapartida às críticas apresentadas pelo deputado paulista, encontramos o deputado Sr. Pereira da Silva, ligado ao Partido Conservador e favorável ao projeto do Governo por meio do gabinete da Fazenda de Itaboraí, respondendo o seguinte:

“O que se tem feito para promover-se a criação de estabelecimentos bancaes de credito territorial e hypotecharios? Ninguém duvida quanto são graves estas questões; estudão-se todavia. A camara occuppa-se com um projecto sobre hypothecas. E a respeito de instituições de credito territorial, que de difficuldades, senhores, não apparecem para sua realisação? Nos paízes em que a agricultura está mais avançada do que entre nós, não existem ainda essas instituições; apenas em um ou outro estado da Europa, e assim mesmo lutando com obstaculos que fazem duvidar da sua pratica e exequibilidade.

Na França, quando se tratou de fazer a constituição da republica no anno de 1848, espiritos muito illustrados entenderão, como entre outros o Sr. Thiers em um notavel discurso, que para a França, onde se não póde deixar de reconhecer que a agricultura está muito mais avançada do que no Brazil, não era possivel fundar-se os estabelecimentos de creditos territoriaes de que fallou o nobre deputado. Como quer pois o honrado membro que o governo do

¹⁸⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados (1850 – 1860)*. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>, p. 88.

Brazil tenha já creado entre nós instituições de credito territorial?”¹⁹⁰

Ao final da discussão, com um discurso moderado, o deputado Conservador conseguiu maior quantidade de apoio durante essa sessão da Câmara e o projeto de Itaboraí também se manteve durante o período.

Durante o ano de 1857 as discussões sobre os bancos no Império ficam ainda mais intensas, cobrindo praticamente todos os meses de atividade da Câmara dos Deputados durante aquele ano. A principal discussão era a proposta pelo gabinete Souza Franco, acerca do meio circulante e dos bancos de emissão, prevalecendo, ao final do período, a defesa pela emissão por parte dos bancos privados, em detrimento do monopólio até então detido pelo Banco do Brasil.

Sob esse contexto é que se instalam alguns dos principais debates encontrados durante o período de 1850 a 1860, e dentre os principais temas destaquei neste Capítulo III a criação do *terceiro* Banco do Brasil (ou o *segundo* organizado sob a Constituição imperial), tendo seus estatutos analisados, inclusive, pelo Conselho de Estado, conforme consulta à Sessão da Fazenda, proferida em 18 de junho de 1851¹⁹¹; tendo como mote a questão da liberdade de crédito bancário, no âmbito do debate do *regime da pluralidade bancária*, e a questão da crise monetária.

O posicionamento do Conselho de Estado, para a aprovação dos estatutos do Banco do Brasil é indicativo da colocação do debate bancário, sobretudo quanto ao tema da emissão de moeda, para a deliberação da Assembleia Geral, que deveria legislar sobre o tema, uma vez que tais bancos (de emissão) não poderiam ser subsumidos ao formato indicado pelo art. 295 do Código Comercial (das sociedades anônimas) e careceriam de apreciação especial por parte do Legislativo nacional. Dizia-se que, pelo parecer do Conselheiro de Estado Hollanda Cavalcanti, “Os bancos de emissão, como os que existiam, affectavam o typo, o valor e cunho da moeda legal e, portanto, não podiam ser compreendidos no artigo 295 do Codigo Commercial; e era seu parecer, que se esperasse

¹⁹⁰ Idem, p. 93.

¹⁹¹ BRASIL. Senado Federal. Conselho de Estado: *Consultas da Sessão de Fazenda do Conselho de Estado*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1850 – 1855, disponível em <http://www.senado.gov.br>.

uma resolução da Assembléia Geral Legislativa a respeito de tais estabelecimentos.”¹⁹² A questão da emissão de papel-moeda – inicialmente, o tema do curso forçado e da moeda escritural ainda, nesse período, não parece ser parte do debate legislativo, mas antes a própria definição e conceituação do papel moeda e sua emissão – se apresenta, no meio do debate legislativo, como uma problemática entre a conveniência e preferência entre a emissão por meio de um banco propriamente do Estado, capaz de emitir o papel-moeda para todo o país e a liberdade de emissão para bancos instalados nas principais *praças* do Império. A conclusão dessa discussão permeia o entendimento de que, na forma como se estava organizado, a estrutura jurídica bancária do Brasil não só era “incapaz de corresponder às condições econômicas da época, mas também *imprestável*, para o fim de melhorar o estado do *meio circulante* nacional [grifos do autor].”¹⁹³

Esses indícios são deveras relevantes para indicar um caminho da institucionalização do projeto bancário ao projeto de governo político que está se formando ao longo do Segundo Reinado do Brasil Império. Aqueles passos tomados em inícios da década de 1850, por meio do relatório do então Ministro da Fazenda, Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, conforme encaminhado à Câmara em 8 de janeiro de 1850, buscou uma posição de defesa do monopólio da emissão do meio circulante por meio do qual relatou que: “[e]ntendem algumas pessoas com quem tenho praticado a respeito desta importante materia, que a criação de um banco de emissão seria indispensável como auxiliar do Governo nas operações que tem de realizar para conseguir o resgate do papel.”¹⁹⁴

O tema não era simples, tampouco se apresentava como uníssono; na sessão legislativa do mesmo ano, conforme mencionado pelo deputado Pacheco no início deste subitem, o Senador e Conselheiro de Estado Hollanda Cavalcanti apresentou um projeto de lei cujo escopo previa a fundação de bancos emissores em todas as províncias do Império, estabelecendo-se seus deveres e obrigações junto ao Tesouro Nacional. Tal projeto foi aprovado em primeira discussão no Senado e, em uma coletânea de quarenta e um artigos, estabelecia as diretrizes para a organização da atividade bancária ao longo de todo o país.

¹⁹² BRASIL. Senado Federal. Conselho de Estado: *Consultas da Sessão de Fazenda do Conselho de Estado*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1850 – 1855, disponível em <http://www.senado.gov.br>.

¹⁹³ CAVALCANTI, Amaro. *O Meio Circulante Nacional*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 166.

¹⁹⁴ BRASIL. Relatório do Ministério da Fazenda de 1850, disponível em <http://www.crl.edu/brazil>.

Foi levado a uma segunda discussão, cuja instalação se deu somente na sessão legislativa de 1852, e, nessa mesma época, teve sua discussão contaminada pela apresentação de um novo projeto, direcionado novamente pelo Ministro da Fazenda, que viria a ser substituído ao final de 1853 pelo então Visconde do Paraná, Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão, constando de tal projeto o interesse na formulação do regime bancário do monopólio muito próximo daquele apresentado outrora¹⁹⁵.

Contudo o projeto apresentado possuía algumas diferenças de aprofundamento sobre a matéria bancária, assim

“(...) começando em seu relatório às Camaras por alludir aos fins principaes a que se destinam os bancos, e aos principios a que devem subordinar-se na pratica ordinaria, passa em seguida a occupar-se da conveniencia dessas instituições no paiz, e, depois de explicar a sua conducta anterior sobre a materia, accrescentou: ‘As circumstancias...teem mudado de então para cá! A riqueza publica, e com Ella a somma de transacções, tem crescido, o espirito industrial começa a desenvolver-se de uma maneira bem pronunciada; e por fim a *insufficiencia* do *papel-moeda* é attestada pela presença de 16.000:000\$ a 20.000:000\$ metallicos, com que se acha augmentada a massa do meio circulante [grifos do autor].’”¹⁹⁶

Conforme constata Amaro Cavalcanti, se naquele primeiro relatório o Ministro considerou a ideia do banco como inoportuna, devido ao fato de considerar que primeiro era necessário realizar-se o resgate de grande parte do papel-moeda, àquela época aparentado como excessivo, noutro momento, partindo de um relatório mais apurado sobre o tema, identifica a insuficiência do meio-circulante, a despeito da ausência de qualquer forma de resgate¹⁹⁷. Assim, ao se analisar o referido relatório do Ministério da Fazenda, “(...) ficou evidente que o ministro reconhecia a importância dos bancos privados, como já tinha ressaltado no relatório de 1850, só que chegou o momento de se criar um banco

¹⁹⁵ CAVALCANTI, Amaro. Ob. Cit., p. 172.

¹⁹⁶ BRASIL. Relatório do Ministério da Fazenda de 1852, disponível em <http://www.crl.edu/brazil>.

¹⁹⁷ Idem, p. 173.

emissor capaz de controlar as emissões, principalmente no tocante ao estoque de papel-moeda.”¹⁹⁸

De mesmo modo, a escolha do então Ministro da Fazenda não se isentou de críticas. Souza Franco, defendendo a pluralidade bancária, expressando-se em artigo no jornal *Correio Mercantil*, criticou a política do Ministro da Fazenda, indicando que “(...) a política metalista do governo tendia a piorar a situação, já que o problema dos mercados do Império era justamente a falta de *meio circulante*”¹⁹⁹, Souza Franco destacou ainda que tal política não significaria o aumento do crédito para as atividades econômicas, propondo, por fim, a substituição do papel-moeda por notas conversíveis em metal. Essa discussão sobre a metalização não terminaria aqui e ainda se faria sentir ao longo de todo o Império, marcando traços de continuidade mais intensos do que as rupturas pretendidas por algumas trocas de gabinetes e de legislaturas. Vale ter em vista que

“[é] bom ressaltar, que as operações realizadas pelos bancos, também eram feitas pelas *casas bancárias*. Organizadas sob a forma de sociedade comerciais, principalmente as comanditas, e com um capital inferior aos dos bancos existentes, as casas bancárias cobravam de 2 a 3% a mais do que os bancos nos descontos das letras. Com relação aos empréstimos sob caução e hipotecas, os bancos cobravam 2% a mais que o do desconto de letras.”²⁰⁰

Como decorrência desse debate, iniciado ainda na década de 1840, mas também recorrente no “gabinete saquarema”, sobretudo a partir de 1853, há o debate sobre a *Lei dos Entraves*, fruto de vasta discussão ocorrida entre os anos de 1859 e 1860, principalmente, tendo como objeto os projetos de lei apresentados pelos Ministros da Fazenda de cada gabinete, em cada um dos anos. Os personagens emissores de tais pareceres são os Ministros Francisco de Salles Torres Homem e Angelo Moniz da Silva Ferraz, respectivamente.

¹⁹⁸ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Ob. Cit., 1997, p. 110.

¹⁹⁹ Idem, p. 112.

²⁰⁰ Idem, p. 116.

Acerca desse tema, dentro daquele debate, intensificado na década de 1850, é que se deve entender a promulgação da *Lei dos Entraves*, Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860. Nesse sentido,

“[v]isando o saneamento da economia brasileira, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, ministro da Fazenda em 1860, obteve a aprovação pelo Legislativo de um projeto que previa, entre outras medidas, a metalização dos fundos bancários, a obrigatoriedade de realização das notas de banco por ouro à vontade do portador e a necessidade de autorização do governo para o funcionamento das sociedades anônimas.”²⁰¹

Essa medida adotada pelo Estado teve por um lado provocar a queda da emissão de notas bancárias desvinculadas de lastro suficiente para garantir os valores emitidos, mas, por outro, acabou causando uma limitação da capacidade de financiamento, uma vez que a obrigatoriedade da metalização dos fundos trouxe dificuldades para a geração de investimentos e para o financiamento institucionalizado de projetos comerciais²⁰². O projeto apresentado pelo Barão de Uruguaiana em muito se assemelhava ao apresentado um ano antes pelo Visconde de Inhomirim e nos pontos em que foi emendado tornou ainda mais rigoroso o inicialmente proposto.

Os pontos de maior rigor podem ser identificados, sobretudo, nos temas quanto ao “maior controle para a constituição de sociedades anônimas, que além de dependerem de autorização do governo conforme constava no Código Comercial, passaram também a depender da aprovação da Assembleia Legislativa (...)”²⁰³ e o ponto acerca do fato de que

“os bancos criados por decretos do poder executivo (período Souza Franco) ficavam proibidos de emitirem sob a forma de notas ou bilhetes ao portador (vales bancários) ‘quantia superior ao termo

²⁰¹ SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *A evasão de ouro dos fundos bancários em meados do século XIX e suas consequências para a política econômica*. (in) Revista Almanack. Guarulhos: n.01, 1º semestre 2011, p. 67.

²⁰² Idem ibidem.

²⁰³ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Ob. Cit., 1997, p. 193. Sobre a emissão de vales bancários e sua dinâmica na economia imperial, Anne Hanley esclarece o mecanismo da seguinte forma: “[f]or example, a coffee merchant might hold a letter of credit from an export house. That letter of credit promised to pay the merchant a set amount of Money upon delivery of a set amount of coffee in four months’ time. The coffee merchant had the option of waiting those four months to receive payment or of “discounting” the letter by taking it to a bank and immediately receiving a cash advance at a slightly lower amount than the face value of the letter.” HANLEY, Anne G. *Native Capital – Financial institutions and Economic development in São Paulo, Brazil, 1850 – 1920*. Stanford: Stanford University Press, 2005, p. 36.

médio de suas emissões operadas no decurso do primeiro semestre do corrente ano’, enquanto não se mostrassem capazes de reembolsar os vales em ouro; caso não consigam efetuar tal operação, os bancos entrariam em liquidação.”²⁰⁴

Os diferentes gabinetes do Ministério da Fazenda, constituídos ao longo da década de 1850 apresentaram, conforme mencionamos, uma série de diferentes relatórios, e a investigação sobre esse objeto de estudo revela variações no modelo escolhido por gestões distintas, ao tratar de um mesmo problema de escopo econômico. Conforme exposto, o tema bancário levou ao enfraquecimento do Ministério de Bernardo Souza Franco, sobretudo a partir de 1858, bastante criticado nas sessões da Câmara desse ano, como por exemplo a crítica apresentada por Joaquim Nabuco que

“(…) apontou que o monarca também estava descontente com a nova política bancária, ‘o Imperador era contrário às ideias financeiras de Souza Franco, e, se não inclinava para os Conservadores ‘puritanos’, preferia ver encerrada a fase das emissões discricionárias e continuado o ascendente do espírito moderado ou conciliador.’”²⁰⁵

Sob esse contexto é que em 1859 assume o ministério Francisco de Salles Torres Homem, o Visconde de Inhomirim, e, por meio desse gabinete o então Ministro apresentou novo relatório ministerial, apontando os problemas identificados no sistema bancário do Império e indicando sua proposta de projeto de lei como resposta aos problemas. Fundamentalmente o relatório indicava que meio circulante estava em situação bastante problemática e também havia um excesso de notas, bilhetes e vales, em circulação, mas sem qualquer lastro metálico. A partir desse prisma, a responsabilidade por tal fato tendia a recair sobre os bancos emissores, incluindo-se aí o próprio Banco do Brasil²⁰⁶, assim, em seu projeto, Torres Homem propunha a obrigatoriedade por parte dos bancos em realizar suas emissões somente lastreadas em ouro, devendo adaptar as operações já correntes, a esse mesmo padrão, dentro de um prazo de três anos. Era a defesa de uma política *metalista*.

²⁰⁴ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Ob. Cit., 1997, p. 193.

²⁰⁵ SÁEZ, Hernán Enrique Lara. Ob. Cit. 2011, p. 82.

²⁰⁶ Idem ibidem.

O projeto foi bastante criticado na Câmara e não surtiu os efeitos pretendidos pelo Ministro. A inabilidade na negociação para a aprovação do projeto acabou gerando a negativa de sua conversão em lei, por parte da Câmara e também desgastou o gabinete ministerial, levando à queda de Torres Homem e à subida de Angelo Moniz da Silva Ferraz, em 10 de agosto de 1860, o então Barão de Uruguaiana. Em novo relatório apresentado à Câmara, o agora Ministro aprofundou o detalhamento sobre questões econômicas sofridas pela sociedade do Brasil e pôde indicar com maior precisão os novos rumos de política econômica a serem tomados pelo Estado.

Por meio desse projeto, “[e]laborou um ataque contumaz às Sociedades Anônimas que, segundo ele, muitas vezes funcionavam sem autorização, trazendo prejuízo irreparável às que seguiam a lei.”²⁰⁷ Mas, desta vez, com maior habilidade política, valendo-se de sua cadeira no Senado, o Ministro pôde apresentar uma “nova origem” do projeto e assim reabrir o debate na Assembleia Geral atingindo seu fim de promulgar a lei, que ficou conhecida como *Lei dos Entraves*. No mesmo período é possível identificar um outro debate, em tom de incômodo, por parte de alguns deputados, como Joaquim Gomes de Souza, questionando os motivos que levaram um projeto muito similar ao que havia sido rejeitado pela Câmara, cerca de um ano antes, e após esse período, com apenas pequenas emendas, foi aprovado pela mesma Câmara que o rejeitara anteriormente. Esses são importantes acontecimentos para a identificação do debate sobre os projetos de institucionalização da regulamentação bancária no projeto de Estado apresentado ao longo do Brasil Império.

Além dos objetos anteriormente identificados, conforme inicialmente apontado pelo debate na Câmara dos Deputados, pode-se notar também a questão do crédito hipotecário, também intrinsecamente relacionado à questão da propriedade, passando a tomar maior proporção no debate parlamentar a partir de 1850 e da promulgação da *Lei de Terras*. A matéria foi discutida ao longo de toda a década de 1850 em diversas sessões da Câmara, tendo sua conclusão de projetos sintetizada na Lei nº 1.237 de 24 de setembro de 1864, que, além da reforma hipotecária, estabeleceu também as bases para as sociedades de crédito rural²⁰⁸. Mas essas questões de financiamento a longo prazo, pertinentes ao formato

²⁰⁷ Idem, p. 83.

²⁰⁸ BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e Tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito*

pretendido pelo crédito hipotecário, não foram de fácil solução, tampouco eram encaradas como decisivas para a política econômica que estava a se estabelecer. O crédito de curto prazo apresentava-se como principal contingência a ser confrontada pelas políticas econômicas a serem adotadas pelo Estado, sobretudo por conta da grande necessidade da institucionalização dos mecanismos de financiamento, tendo em vista o projeto de participação do governo imperial na vida econômica da sociedade brasileira.

3.4 ANÁLISE DOS ESTATUTOS *BANCAES* DO IMPÉRIO (1850 – 1860)

Parte importante da análise ora proposta visa apresentar a estrutura dos estatutos bancários do período, por meio de indicação de seus principais órgãos societários, disposições estatutárias e o desenvolvimento de seu conteúdo ao longo do período.

Conforme vimos, o período de maior efervescência das autorizações via decretos do Executivo ocorreram na segunda metade da década de 1850. Sobretudo durante os anos que compuseram os debates acerca do meio circulante e da função dos bancos no Brasil Império, o destaque para o tema bancário e o aprimoramento das técnicas jurídicas de elaboração dos estatutos pode ser lido de modo mais claro, conforme será tratado neste tópico.

Um exemplo claro do destaque o relevância do tema pode ser lido pela quantidade (porcentagem) de decretos emitidos pelo Poder Executivo durante a década de 1850, sobretudo se fizermos o recorte sobre as matérias de direito comercial, assim entendidas como aquelas matérias cujo teor encontrava respaldo na disciplina do Código Comercial de 1850 e no Código de Processo do mesmo ano também. Durante a década de 1850 foram emitidos 2055 (dois mil e cinquenta e cinco) decretos por parte do Poder Executivo. Este número inclui atos normativos de todos os Ministérios imperiais. Dentre os Ministérios imperiais, dois promoviam particular destaque às matérias pertinentes ao direito comercial,

hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. 2006, p. 102. Aponta também que “[f]oram admitidas hipotecas de bens rurais e urbanos, sendo que, para os primeiros, os valores emprestados não poderiam exceder a 50% do valor do imóvel e, no caso das propriedades urbanas, o empréstimo poderia chegar a 3/4 do seu valor.”

especificamente, o Ministério da Justiça e o Ministério da Fazenda. Ambos tratavam de assuntos pertinentes a diversos ramos do direito, tanto no seu segmento público, quanto privado e, desse modo, ambos tratavam de matérias abordadas pelo direito comercial também. Nesse universo de 2055 (dois mil e cinquenta e cinco) decretos, durante o período de 1850 a 1860, aproximadamente 136 (cento e trinta e seis) decretos trataram de matérias que afetam diretamente matérias direito comercial, tanto do direito material comercial (e.g. procedimento para autorização dos estatutos das sociedades comerciais, incorporação de novas sociedades, reformas de estatutos societários, dentre outras matérias), quanto do direito processual (e.g. competência dos tribunais de comércio, autoridade dos juízes dos tribunais de comércio dentre outras); ou seja, dentre a totalidade dos decretos emitidos durante o período, aproximadamente 7% (sete por cento) tratavam de matérias relacionadas à área do direito comercial. O [Anexo A](#) deste trabalho apresenta os referidos decretos pertinentes às matérias comerciais (assim entendidas como aquelas relacionadas às matérias de direito comercial), incluindo aqueles pertinentes às matérias bancárias (assim entendidas como aquelas relacionadas aos bancos), bem como leis aprovadas pela Assembleia Geral Legislativa e cujo teor também imprimia influência sobre o tema do direito comercial. Cumpre destacar que determinadas leis e decretos também foram considerados como pertinentes à área de direito comercial, apesar de sua primazia pertinente ao direito público, mais especificamente do ramo do direito financeiro (e.g. leis e decretos sobre a cobrança do tributo chamado *sello* ou sobre as atividades da Casa da Moeda), bem como aquelas mais próximas do direito civil (e.g. Lei de Terras), mas cujo corpo de artigos também acabou apresentando influência sobre práticas comerciais (*atos de comércio*) e assim sobre o direito comercial.

Imerso nesse grupo de aproximadamente 7% (sete por cento) de decretos relacionados à área de direito comercial temos que aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos decretos tratavam de matérias bancárias, enquanto a outra metade tratava dos campos materiais e processuais do direito comercial. Em outras palavras, se na primeira metade do século XIX o assunto bancário ainda estava caminhando em curtos passos, sobretudo a partir da metade do século podemos notar o maior destaque da inserção do tema do crédito, do desenvolvimento do mercado interno e dos mecanismos de exportação, para que o Brasil pudesse se colocar com maior pujança no cenário do mercado mundial e, para este assunto, o tema bancário é bastante caro, tanto para o desenvolvimento das políticas internas, quanto para as escolhas de participação do Brasil nas políticas externas.

De modo ilustrativo destacamos a seguir a participação dos gabinetes do Ministério dos Negócios da Fazenda do Império durante a década de 1850 e sua participação na emissão de decretos que diretamente autorizaram a constituição de novos bancos ou buscaram alterar seus estatutos, de acordo com a escolha política adotada em cada um dos períodos.

A aprovação de tais decretos, seja autorizando novos bancos, seja alterando estatutos de bancos já existentes, não deve ser lida de um modo impositivo. Conforme visto, o art. 295 do Código Comercial impunha ao Poder Executivo a faculdade de conceder ou não as autorizações para a aprovação dos estatutos das sociedades comerciais (e a obrigação dos fundadores de tais sociedades de apresentar tais estatutos para a análise do Governo), bem como suas respectivas alterações. A única distinção que pode ser ressaltada é que a rede imbricada de negociações entre o Executivo central e os poderes provinciais, pôde corroborar para que esses documentos fossem oficialmente aprovados e assim tais sociedades comerciais pudessem iniciar suas atividades. Nesse sentido destacamos também a seguinte tabela para visualizar as aprovações das constituições/incorporações de novos bancos e as respectivas alterações de seus estatutos sociais ao longo dos anos durante os diferentes gabinetes ministeriais do período.

O [Anexo B](#) ao presente trabalho apresenta cada um desses decretos, bem como a matéria objeto de cada um, de modo a possibilitar a identificação de autorizações para constituição de bancos e alterações de estatutos sociais.

Decretos Aprovando e Alterando Estatutos de Bancos (1850 - 1860)			
Gabinete do Ministério dos Negócios da Fazenda do Império	Decretos aprovados	%	Período
Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	13	19	1850- 1853
Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	9	13	1854- 1856
João Maurício Wanderley (Marquês de Cotegipe)	4	6	1856- 1857
Bernardo de Souza Franco (Marquês de Souza Franco)	8	12	1857- 1858
Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	18	26	1859
Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	16	24	1859- 1860
TOTAL	68	100	

Inicialmente, para que se possa estabelecer a forma de análise dos estatutos bancários, cumpre esclarecer que tal estudo se desenvolveu sob duas bases que sustentaram toda a análise: o estudo das leis aplicáveis (o Código Comercial como base e as leis e decretos especiais quando pertinentes aos períodos em que tenham sido promulgadas) e o estudo dos estatutos em si, por meio de um método comparativo entre estrutura, texto e matérias abordadas, realizado de um modo comparativo entre os estatutos sociais aprovados durante o período da década de 1850. Com isso buscou-se a análise jurídica pertinente a esse capítulo da história dos bancos e do direito comercial no Brasil. Deve remanescer também a ressalva de que para efeitos da análise dos estatutos relacionados ao tema bancário foram consideradas as Caixas Econômicas e Comerciais e desconsideradas as Sociedades Seguradoras, *Coadjuvadoras* e *Montepios*.

Do ponto de vista das disposições do Código Comercial, deve-se estabelecer que as sociedades anônimas e as companhias de comércio, sendo a primeira a forma essencialmente adotada pelas sociedades bancárias, já deveriam seguir um conjunto de

regras específicas cuja adoção obrigatoriamente afeta a forma e conteúdo de seus estatutos sociais. Os estatutos sociais são os documentos que constituem e marcam a regência de tais sociedades que, por sua vez, passam a operar a partir da respectiva autorização competente para tanto. O título XV (“Das Companhias e Sociedades Commerciaes”), por meio de seu capítulo II, iniciado a partir do art. 295, já apresentado, estabelecia que para se provarem como uma entidade devidamente constituída deveriam “provar-se por escriptura publica, ou pelos seus estatutos, e pelo acto do Poder que as houver autorizado.” Tais estatutos deveriam prever, basicamente pelo Código Comercial, o objeto ou empresa (atividade) a que se destinariam tais sociedades, o capital social e a sua respectiva divisão em ações (e eventualmente em frações), a forma da administração, o estabelecimento do juízo arbitral para a solução de conflitos internos à sociedade, o prazo determinado para suas operações e a respectiva forma de dissolução.

Após todas as aprovações necessárias para iniciar as atividades essas sociedades deveriam ser inscritas no *Registro do Commercio* e seus atos constitutivos publicados pelo Tribunal respectivo. Ao final do prazo determinado poderiam ser prorrogadas, desde que mediante a prévia aprovação do Poder que as houvesse autorizado (no caso dos bancos, o Poder Executivo, por meio do Ministério dos Negócios da Fazenda). O prazo determinado das sociedades era uma imposição do art. 292 do Código Comercial, sem que ali fosse estabelecido um mínimo e um máximo. Na prática esses prazos variavam entre dez anos a 30 anos. Nos gabinetes Inhomirim e Uruguaiana a regra foi autorizar sociedades bancárias pelo prazo determinado de vinte anos (aqueles que tentaram mais tempo, foram tolhidos para esse prazo padrão).

A responsabilidade dos acionistas (sócios) era limitada ao valor das ações subscritas, entretanto a responsabilidade dos administradores ou diretores era pessoal e solidária em relação a terceiros que se relacionassem com a dita sociedade até o efetivo registro dos atos e autorizações junto ao Registro Comercial (no próprio Tribunal de Commercio), sendo após essa data responsáveis somente frente às sociedades por suas ações durante a execução de cada respectivo mandato. Apesar da posição do Conselho de Estado em inícios da década de 1850 ser a da responsabilidade ilimitada por parte dos administradores, prevaleceu a limitação desde que adequada aos limites estabelecidos com o registro definitivo junto ao Registro Comercial.

Considerando a estrutura básica supramencionada, todos os estatutos analisados para o período fazem a devida abordagem de tais pontos, alguns de um modo mais complexo, com maior número de disposições sobre cada um dos temas ou um dos temas especificamente e outros de um modo mais simples e mais próximo ao modelo básico estabelecido pelo Código Comercial. De modo geral os documentos são muito próximos entre si, sendo que sua complexidade jurídica e procedimental tornou-se mais evidente ao longo dos últimos anos da década de 1850, sobretudo a partir do gabinete ministerial de Bernardo de Souza Franco, em 1857, até o último gabinete analisado, de Angelo Moniz da Silva Ferraz, em finais do ano de 1860. É também desse período a maior quantidade de bancos autorizados a funcionar.

Ao todo se tratam de 42 (quarenta e duas) sociedades bancárias (assim consideradas como sendo as sociedades de crédito, entre as quais considero: bancos, caixas econômicas, de economia, sociedades auxiliaadoras e caixas filiais, excluída a casa bancária Mauá, conforme supramencionado) autorizadas pelo Governo imperial, sendo que não necessariamente todas iniciaram suas atividades, tampouco se perpetuaram após a década de 1850. Do total de sociedades bancárias autorizadas, temos a seguinte distribuição entre as instituições constituídas:

Distribuição de Aprovações de Novos Estatutos entre Sociedades Bancárias (inclui as eventuais caixas filiais aprovadas) 1850 - 1860		
Instituição	Nº de Aprovações para Novos Bancos e respectivas Caixas Filiais	%
Banco do Brasil	8	19
Banco Agrícola, Commercial e Hypothecario de Sergipe	1	2
Banco Auxiliador	1	2
Banco Auxiliar da Lavoura	1	2
Banco Central do Commercio	1	2
Banco Commercial do Pará	1	2
Banco Commercial e Agrícola	1	2
Banco Commercial Paraense	1	2

Banco da Bahia	1	2
Banco da Provincia do Rio de Janeiro	1	2
Banco da Provincia do Rio Grande do Sul	1	2
Banco de Crédito Sul-Americano	1	2
Banco de São Paulo	1	2
Banco do Ceará	1	2
Banco do Maranhão	1	2
Banco do Pernambuco	1	2
Banco do Rio de Janeiro	1	2
Banco Industrial e Hypothecario	1	2
Banco Industrial, Comercial e Territorial do Rio de Janeiro	1	2
Banco Proprietário	1	2
Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro	1	2
Banco Socorro e Auxílio	1	2
Banco União Commercial e Agrícola de Pernambuco	1	2
Caixa Commercial da Cidade da Bahia	1	2
Caixa de Economias da Cidade da Bahia	1	2
Caixa de Reserva Mercantil da Praça da Bahia	1	2
Caixa Economica da Cidade da Bahia	1	2
Caixa Econômica da Cidade de Campos	1	2
Caixa Econômica da Cidade de Santos	1	2
Caixa Economica da Cidade de Valença	1	2
Caixa Econômica estabelecida na Capital da Provincia de Santa Catharina	1	2
Caixa Hypotecharia e de Descontos	1	2
Novo Banco de Pernambuco	1	2
Sociedade Auxiliadora	1	2
Sociedade Bancaria Commercio	1	2
TOTAL	42	100

Do ponto de vista da distribuição geográfica, esse total de instituições estava assim distribuído entre a Capital e as Províncias do Império durante a década de 1850:

Com relação aos estatutos aprovados ao longo da década, tem-se que a distribuição cronológica de tais aprovações de sociedades bancárias se deu da seguinte forma:

Todos os estatutos mencionados dizem respeito a sociedade anônimas e, como a lei específica não tratava de um modo global das matérias passíveis de serem abordadas

pelos atos constitutivos deste tipo societário, a prática comercial tomou forma e acabou por incorporar uma determinada tradição comercial sob a forma de disposição dos estatutos.

O que se vê é uma sequência de variações da escrita dos estatutos dentro do contexto de cada um dos períodos regidos pelos diferentes gabinetes ministeriais, mas também com disposições similares convergentes ao longo dos diferentes anos. Em outras palavras, enquanto durante o gabinete Souza Franco é comum encontrarmos a operação de emissão de notas e bilhetes por parte dos bancos autorizados, no gabinete Inhomirim temos o contrário. Os requerentes apresentam projetos que até contemplam esse tipo de operação, mas o governo, por meio do Ministro dos Negócios da Fazenda do Império, altera os artigos, suprimindo ou reescrevendo determinadas disposições, de acordo com a política de seu gabinete.

Todos os estatutos, antes de serem aprovados, passam por consulta junto à Seção da Fazenda do Conselho de Estado. Dali já se encontram com algumas modificações em suas disposições, sendo estas complementadas pelo controle do Executivo. As minutas aprovadas devem, obrigatoriamente, levar em consideração as alterações propostas pelo governo, sob pena de não obterem o aperfeiçoamento da respectiva aprovação, atuando como sociedades sem autorização do governo e, assim, permitindo a aplicação da responsabilidade ilimitada sobre seus acionistas, sendo que estes deveriam então responder solidaria e pessoalmente por reclamações de terceiros em virtude da realização de negócios por meio de uma sociedade não autorizada. Nesse sentido, uma decisão ministerial da gestão Souza Franco deixa claro ao estabelecer que

“Decisão nº 131 de 12 de abril de 1858 - providencia sobre huma sociedade anonyma installada sem autorisação do Governo, nem estatutos approvados. "Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 12 de abril de 1858. Illm. e Exm. Sr. - Tenho presente o officio de V. Ex. de 23 de março ultimo, em que me communica ter mandado suspender as operações da Caixa Economica installada na Cidade do Penedo sem autorisação do Governo, nem estatutos competentemente approvados, offerecendo-se-me responder que a providencia regular nestes casos he fazer significar que as associações assim installadas não tem existencia legal, nem acção contra terceiros, e que os seus administradores ou directores

respondem pessoal e solidariamente a terceiros, que tratarem com as mesmas associações, na fôrma dos arts. 295 e 299 do Codigo Commercial. Deos Guarde a V. Ex. - Bernardo de Souza Franco. - Sr. Presidente da Provincia das Alagoas."²⁰⁹

Quaisquer alterações nos estatutos promovidas pelos próprios acionistas dependeriam de prévia e expressa aprovação do Governo para que produzissem efeitos. Outras disposições, internas à sociedade, como o caso de destituição de diretores, não careceria de prévia aprovação do Governo, pois não diz respeito à matéria demandada à prévia aprovação²¹⁰. O [Anexo C](#) apresenta o conjunto das principais decisões em matérias comerciais durante a década de 1850, principalmente em relação àquelas que direta ou indiretamente afetavam os bancos e suas atividades.

Em relação aos órgãos societários, as sociedades anônimas bancárias tinham como principais órgãos, como os recorrentes entre os diversos estatutos, por ordem de importância, a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal (Comissão Fiscal). À Assembleia Geral eram delegados os poderes para a eleição e destituição da Diretoria, a tomada de contas dos diretores e administradores, as deliberações sobre os rumos da sociedade, o poder de deliberar sobre a liquidação ou prorrogação da sociedade, dentre outros poderes estruturais sobre a vida das casas bancárias formadas sob esse tipo societário. Entretanto, já nesse período o direito de voto não era reconhecido como um direito essencial dos acionistas (tal qual pode ser visto atualmente), e somente acionistas com determinada quantidade de ações é que poderiam ter direito de voto (e.g. geralmente entre um mínimo de cinco ações, correspondentes a um voto e um máximo de 50 ações, correspondentes a um voto) e, além disso, havia uma limitação do número de votos entre os acionistas (diferentemente do que pode ser visto atualmente). Geralmente esse limite era entre um mínimo de 10 votos por acionista e um máximo de 30 votos por acionista. Fato é, mesmo que um indivíduo adquirisse uma grande quantidade de ações, nos termos dos

²⁰⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Coleção das Leis do Império*. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>.

²¹⁰ Nesse sentido a decisão do Ministério dos Negócios da Fazenda acerca da destituição de presidentes e diretores do Banco do Maranhão prolatou o seguinte: Decisão nº 104 de 24 de março de 1858 - sobre a revogabilidade ou destituição dos Presidentes e Directores das Sociedades anonymas pela Assembleia Geral dos Accionistas (destituição da AGE do Banco do Maranhão - "(...) não compete ao Governo tomar conhecimento do facto."). BRASIL. Câmara dos Deputados. *Coleção das Leis do Império*. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>.

estatutos, ele jamais poderia ultrapassar o limite de votos ali estabelecido. Portanto, cada ação não correspondia a um direito de voto. Apesar da não atribuição de direito de voto aos acionistas que detivessem menos que o mínimo votante, todos os acionistas poderiam participar das Assembleias Gerais, sem, contudo, poder registrar seus votos. Tais Assembleias Gerais geralmente deveriam ocorrer ordinariamente duas vezes ao ano, variando tais encontros entre início e o meio de cada ano. Extraordinariamente poderiam se reunir a qualquer momento, respeitados os termos de convocação e publicação dos atos convocatórios conforme disposto no estatuto.

A Diretoria era o órgão administrativo e gerencial das sociedades bancárias. Por vezes se estabeleceu também por meio da constituição de um gerente, atuando nesses casos, a diretoria, como um órgão consultivo e gerencial, pois também poderia deliberar pela celebração de determinados negócios, aprova-los e celebrá-los sem a interveniência do gerente. Todos os diretores deveriam ser obrigatoriamente acionistas, com um mínimo que costumava variar em 20 ações e um máximo de 100 ações. Esses diretores não poderiam dispor de suas ações ao longo da gestão de seus mandatos, pois era obrigatório que tais ações permanecessem guardadas no banco durante sua gestão. De mesmo modo, também não poderia dispor para dá-las em garantia, tampouco para vendê-las, durante o cumprimento do mandato. A sua composição tem também uma variação sensível, sem uma regra, variando entre três a dezessete membros (caso do Banco do Brasil de 1853), mas mantinha uma média de seis membros, sendo sempre eleito um diretor presidente. O órgão atuava sob o epíteto de *Diretoria* ou *Conselho de Diretoria*, o que não deve ser confundido para os dias de hoje como um *conselho de administração*.

As *Comissões Fiscaes* eram órgãos supletivos, geralmente compostos por três membros (variando até cinco membros) e deveriam fiscalizar as contas apresentadas pelos administradores, reportando-se às Assembleias Gerais, obrigatoriamente nas Ordinárias e quando provocadas nas Extraordinárias.

Ademais, nos termos do art. 10 do Decreto nº 575 de 10 de janeiro de 1849, o Governo poderia fiscalizar a vida das sociedades anônimas, principalmente as bancárias, por meio de *comissões de exames* ou *agentes* que deveriam ter acesso a todas as informações que quisessem conhecer.

Conforme visto, as operações bancárias previstas nos estatutos eram, em geral, reduzidas aos depósitos, conta corrente e descontos. As emissões variaram de acordo com as políticas adotadas (tendo sido muito mais autorizadas durante o gabinete Abaete, com Souza Franco). As taxas de desconto, valor mínimo para abertura de conta corrente e remuneração de depósitos eram livremente pactuadas entre os fundadores das sociedades bancárias, entretanto geralmente eram alteradas quando da autorização de funcionamento por parte do Ministério dos Negócios da Fazenda do Império. Essa intervenção ministerial se fez sentir de modo cada vez mais pungente ao longo da década. Inicialmente, no gabinete Itaboraí os estatutos costumavam receber poucas alterações que versavam principalmente sobre as operações pretendidas pelas casas bancárias. De modo geral, sempre restringindo o campo de atuação outrora pretendido por seus fundadores.

O gabinete Souza Franco provocou as alterações das operações para ampliar, geralmente incluindo a capacidade de emissão de notas, bilhetes e letras (daí a crítica veemente que Souza Franco recebeu de seus sucessores nos gabinetes ministeriais após a crise de 1857). Nos gabinetes de Salles Torres Homem e do Barão de Uruguaiana o que podemos ver é um aumento do controle, com o consequente maior número de alterações sobre os estatutos (desde o valor do capital social, até o prazo de duração e mesmo a quantidade de membros da diretoria), principalmente removendo a possibilidade da operação de emissão por parte dos novos requerentes.

Como objeto os bancos se apresentavam de modo variado entre as (i) operações puramente bancárias (descontos, depósitos, conta corrente e emissão); (ii) fomento da atividade agrícola; (iii) fomento da atividade comercial e industrial; e (iv) fomento da colonização (contratação de europeus para a formação do mercado de mão-de-obra assalariada). Em cada um dos casos o principal mote era o do desenvolvimento da capital ou da respectiva Província, conforme apresentado pela tabela apresentada neste subitem, de organização geográfica das casas bancárias entre as Províncias do Império.

Ressalvadas as particularidades que cada um dos estatutos apresenta (especificamente em relação ao direito de voto, quantidade de membros da diretoria, quantidade de Assembleias Gerais Ordinárias, taxas sobre as operações e forma de distribuição de lucros e dividendos), os estatutos são um instrumento jurídico interessante quando lidos no contexto de seu período, pois revelam a política adotada pelo respectivo

gabinete ministerial ao qual estão submetidos. Deve ficar claro que a imposição não estritamente direcionada por um Governo central que tudo vê e tudo sabe, mas trata-se de uma relação multilateral; os interesses provinciais também eram interesses do Governo central, pois os deputados das Províncias e senadores (que tinham suas origens nas Províncias também) mantinham sua relação multifocal, de modo realizar concessões e deliberar por políticas nacionais que foram fundamentais para a formação do Estado nação brasileiro.

Os bancos fazem parte dessa história, principalmente como um importante capítulo da história econômica do Brasil, mas também podem ser lidos como um importante instituto para o desenvolvimento do direito comercial brasileiro e para incutir mais uma questão, que até nos é contemporânea em vista da discussão de promulgação ou não de um novo Código Comercial nestes idos da década de 2010. As leis comerciais não se mantêm no Código Comercial, desde sua promulgação em 1850 novas leis especiais sobre assuntos ali tratados começam a surgir, sem que seja consolidado o *corpus* legal que ali é exposto.

Nessa metade do século XIX, a forma de normatização da economia pelo Estado brasileiro é feita por meio de decretos e leis especiais que versam sobre matérias pertinentes ao direito comercial, sem que com isso seja consolidado no Código Comercial. Com o tempo o que se vê é o esvaziamento do Código de comércio, em contrapartida ao desenvolvimento de um direito comercial nacional mais consolidado e apurado. O desenvolvimento tecnológico do direito comercial vai em sentido oposto ao do desenvolvimento e manutenção do Código Comercial. O assunto da legislação bancária e a função jurídica dos bancos, como balizadores dos projetos de políticas econômicas nacionais, estão atrelados ao Código Comercial no início da década de 1850, mas já estão se desmembrando durante o período, até ficarem completamente sujeitos à lei especial quando da promulgação da Lei dos Entraves, aliada às lei da Reforma Bancária de 1853, conforme apresentado neste Capítulo III.

CONCLUSÃO

A formação e consolidação de um Estado nacional brasileiro, soberano e inserido no sistema-mundo capitalista do século XIX, do ponto de vista de seu incipiente sistema financeiro, não se deu de um modo centralizado e ditado exclusivamente pelo Governo central imperial. As redes de negociações entre as Províncias do Império e a capital, por meio da Câmara dos Deputados do Império, do Senado e das Assembleias Provinciais foi deveras decisiva para que os debates influenciassem as escolhas políticas, sobretudo de políticas econômicas, por parte dos membros do Poder Executivo do período.

A legislação comercial pôde inserir o debate jurídico sobre a função bancária na década de 1850 em meio à formação do direito brasileiro e, mais especificamente, do direito comercial nacional. Considerando a adoção, por parte do Estado, de um Código Comercial e do intenso regulamento das atividades mercantis, pode-se observar o aprofundamento da interação estatal nas relações conduzidas por mercadores, comerciantes, empresários, produtores agrícolas, enfim, na dinâmica da própria economia brasileira durante o período, sendo regulamentada, para o caso dos bancos, sob a forma dessa legislação bancária e societária (comercial) da década ora analisada.

Por meio da análise dos decretos e estatutos dos bancos imperiais, pôde-se enxergar com maior clareza que as Províncias estão se engajando no abastecimento de crédito financeiro para o desenvolvimento das economias locais, sejam elas de caráter

urbano, entre comerciantes e industriais, sejam elas rurais, voltadas para o desenvolvimento das lavouras e dos negócios agrários. Apesar de alterações eminentemente procedimentais acerca das operações bancárias, conforme propostas pelos gabinetes Ministeriais, em cada um dos estatutos aprovados permanece a essência daquilo pretendido pelos requerentes fundadores instalados em cada uma das Províncias que puderam se articular a tal ponto de enxergar na instituição financeira, uma forma de captação de recursos para um desenvolvimento de interesses locais.

Entretanto, apesar do fato de que pode-se fazer uma leitura que essa rede de negociações locais e relacionada ao Governo central tenha sido eficiente e capaz de se fazer ouvida pelo Poder Executivo, não há substrato suficiente para indicar que nesse período o Brasil foi capaz de se modernizar, do ponto de vista de seu sistema financeiro, ao nível da estrutura financeira do Reino Unido, tampouco dos Estados Unidos, nação que começa, em finais do século XIX, a tomar a dianteira pela hegemonia global por meio do aperfeiçoamento de seu próprio ciclo sistêmico de acumulação.

Pelo contrário. Talvez boa parte do atraso e do pouco desenvolvimento do aparato financeiro e jurídico da estrutura bancária e do direito comercial relacionado aos bancos, possa ser atribuída à falta de unidade em torno de um projeto realmente nacional e de formação e consolidação de um Estado nacional. As discussões provinciais como diversos centros de poder e de decisão, amparados pela imagem de um poder central estabelecido na figura do Imperador e compartilhado com a presença de uma monarquia constitucional oitocentista foram importantes para o desenvolvimento e ruptura de determinadas políticas daquele Estado de Antigo Regime que inicialmente se instalou com a chegada da Família Real, mas por ser ainda formado por uma burocracia muito atrelada a tais valores, tardou a encontrar caminhos mais eficientes para inserir o Brasil como um Estado efetivamente moderno na acepção do século XIX ocidental europeu e norte-americano, sobretudo.

Dessa forma, podemos entender que o papel dos bancos, bem como sua função jurídica de consolidação do direito comercial nacional e seu papel na economia, de auxiliares do desenvolvimento econômico-financeiro do país, não foram suficientes a ponto de outorgar maior autonomia ou um *corpus* próprio, inserido em um contexto de um sistema financeiro, para o ramo bancário, tampouco liberou tais instituições para que tivessem a força necessária para sua manutenção e permanência no cenário imperial da

segunda metade do XIX. A efemeridade dos bancos nacionais durante esse período ou mesmo a inviabilidade de constituição de bancos autorizados nos deixa claro que não havia um sistema financeiro, um direito bancário propriamente dito (ou academicamente entendido) ou mesmo um nível de organização suficiente para que o mercado financeiro e de crédito, do Brasil imperial, pudesse se sustentar e, com isso, possibilitar um crescimento econômico mais acelerado desse Estado que ainda precisava se preocupar com a formação de instituições mais comezinhas, bem como enfrentar problemas sociais mais profundos para rumar em favor de uma consciência nacional.

REFERÊNCIAS

(A) ANEXOS

ANEXO A – LEIS E DECRETOS EM MATÉRIAS COMERCIAIS

Leis e Decretos em Matérias Comerciais (1850 - 1860)			
Matéria	Ato Normativo	Ano	Poder outorgante
Meio-circulante	Lei nº 552 de 31 de maio	1850	Legislativo
Código Comercial	Lei nº 556 de 25 de junho	1850	Legislativo
Apólices - Caixa de amortização	Lei nº 567 de 22 de julho	1850	Legislativo
Operações de Crédito por parte do Governo	Decreto nº 587 de 6 de julho	1850	Legislativo
Caução hipotecária aceita por parte do Governo	Decreto nº 588 de 9 de setembro	1850	Legislativo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 664 de 18 de janeiro	1850	Executivo
Tribunaes de Commercio	Decreto nº 696 de 5 de setembro	1850	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 727 de 9 de novembro	1850	Executivo
Tribunaes de Commercio	Decreto nº 738 de 25 de novembro	1850	Executivo
Taxas de cunhagem, fundição do ouro	Decreto nº 770 de 27 de março	1851	Executivo
Estatuto	Decreto nº 779 de 15 de abril	1851	Executivo
Estatuto	Decreto nº 791 de 30 de maio	1851	Executivo

Bancos/Estatuto	Decreto nº 801 de 2 de julho	1851	Executivo
Regimento dos Corretores	Decreto nº 806 de 26 de julho	1851	Executivo
Regimento dos Corretores	Decreto nº 807 de 27 de julho	1851	Executivo
Regimento dos Corretores	Decreto nº 808 de 28 de julho	1851	Executivo
Processos em que os Tribunais de Comércio forem nomeados árbitros	Decreto nº 844 de 18 de outubro	1851	Executivo
Cobrança de dívidas ativas falidas e insolúveis	Decreto nº 849 de 22 de outubro	1851	Executivo
Criação de Juntas de Comércio nas Províncias Marítimas do Império	Decreto nº 864 de 17 de novembro	1851	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 888 de 22 de dezembro	1851	Executivo
Pagamento da taxa do selo dos bilhetes ou vales dos bancos	Decreto nº 663 de 6 setembro	1852	Legislativo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 927 de 5 de março	1852	Legislativo
Incumbe as Juntas do Commercio da rubrica dos livros e do registro dos documentos	Decreto nº 930 de 10 de março	1852	Legislativo
Tribunaes de Commercio	Decreto nº 939 de 20 de março	1852	Legislativo
Regimento dos Corretores	Decreto nº 952 de 2 de abril	1852	Legislativo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.036 de 26 de agosto	1852	Legislativo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.040 de 6 de setembro	1852	Legislativo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.067 de 15 de novembro	1852	Executivo
Bancos/Estatuto (autoriza a incorporação de um banco na cidade do Rio de Janeiro – Banco do Brasil)	Lei nº 683 de 5 de julho	1853	Legislativo
Empréstimo	Decreto nº 688 de 15 de julho	1853	Legislativo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.105 de 5 de janeiro	1853	Executivo

Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.136 de 30 de março	1853	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.223 de 31 de agosto	1853	Executivo
Hipoteca	Decreto nº 1.289 de 7 de dezembro	1853	Executivo
Tribunaes de Commercio	Lei nº 799 de 16 de setembro	1854	Legislativo
Código Comercial	Decreto nº 1.368 de 18 de abril	1854	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.427 de 6 de setembro	1854	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.489 de 20 de dezembro	1854	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.490 de 20 de dezembro	1854	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.580 de 21 de março	1855	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.581 de 2 de abril	1855	Executivo
Tribunaes de Commercio	Decreto nº 1.597 de 1 de maio	1855	Executivo
Tribunaes de Commercio	Decreto nº 1.626 de 2 de agosto	1855	Executivo
Protesto de títulos	Decreto nº 1.639 de 22 de setembro	1855	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.692 de 22 de dezembro	1855	Executivo
Tribunaes de Commercio	Decreto nº 1.697 de 26 de dezembro	1855	Executivo
Crime de moeda falsa	Decreto nº 1.707 de 29 de dezembro	1855	Executivo
Tribunaes de Commercio	Decreto nº 1.710 de 31 de dezembro	1855	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.721 de 5 de fevereiro	1856	Executivo
Estatuto	Decreto nº 1.724 de 16 de fevereiro	1856	Executivo
Estatuto	Decreto nº 1.725 de 16 de fevereiro	1856	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.744 de 5 de abril	1856	Executivo
Estatuto	Decreto nº 1.750 de 23 de abril	1856	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.753 de 26 de abril	1856	Executivo
Estatuto	Decreto nº 1.763 de 14 de maio	1856	Executivo
Tratado Comercial Internacional	Decreto nº 1.781 de 14 de julho	1856	Executivo
Tratado Comercial Internacional	Decreto nº 1.782 de 14 de julho	1856	Executivo
Corretores	Decreto nº 1.798 de 7 de agosto	1856	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.836 de 5 de novembro	1856	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.841 de 15 de novembro	1856	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.919 de 4 de abril	1857	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.920 de 4 de abril	1857	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.927 de 25 de abril	1857	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.933 de 23 de maio	1857	Executivo
Corretores	Decreto nº 1.956 de 12 de agosto	1857	Executivo

Bancos/Estatuto	Decreto nº 1.971 de 31 de agosto	1857	Executivo
Corretores	Decreto nº 1.989 de 10 de agosto	1857	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.005 de 24 de outubro	1857	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.021 de 11 de novembro	1857	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.035 de 25 de novembro	1857	Executivo
Depósitos do Governo	Lei nº 906 de 19 de agosto	1857	Legislativo
Estatuto	Decreto nº 2.077 de 16 de janeiro	1858	Executivo
Estatuto	Decreto nº 2.078 de 16 de janeiro	1858	Executivo
Estatuto	Decreto nº 2.079 de 16 de janeiro	1858	Executivo
Estatuto	Decreto nº 2.080 de 16 de janeiro	1858	Executivo
Estatuto	Decreto nº 2.100 de 6 de fevereiro	1858	Executivo
Estatuto	Decreto nº 2.101 de 6 de fevereiro	1858	Executivo
Estatuto	Decreto nº 2.103 de 6 de fevereiro	1858	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.111 de 27 de fevereiro	1858	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.140 de 3 de abril	1858	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.192 de 12 de junho	1858	Executivo
Estatuto	Decreto nº 2.252 de 22 de setembro	1858	Executivo
Tratado Comercial Internacional	Decreto nº 2.268 de 2 de outubro	1858	Executivo
Tratado Comercial Internacional	Decreto nº 2.269 de 2 de outubro	1858	Executivo
Seguradora/Estatuto	Decreto nº 2.299 de 6 de novembro	1858	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.383 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.384 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.385 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.386 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.387 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.388 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.389 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.390 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.391 de 2 de abril	1859	Executivo
Associação Coadjuvadora/Estatuto	Decreto nº 2.392 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.393 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.394 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.395 de 2 de abril	1859	Executivo

Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.396 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.397 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.398 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.399 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.400 de 2 de abril	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.411 de 30 de abril	1859	Executivo
Bancos/Sociedades Anonymas	Decreto nº 2.457 de 3 de setembro	1859	Executivo
Bancos	Decreto nº 2.463 de 14 de setembro	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.487 de 30 de setembro	1859	Executivo
Sociedades Anonimas	Decreto nº 2.490 de 30 de setembro	1859	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.508 de 8 de dezembro	1859	Executivo
Regulamento da Casa da Moeda	Decreto nº 2.537 de 2 de março	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.540 de 3 de março	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.546 de 7 de março	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.552 de 17 de março	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.557 de 21 de março	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.558 de 21 de março	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.559 de 24 de março	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.560 de 24 de março	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.561 de 24 de março	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.570 de 7 de abril	1860	Executivo
Seguradora/Estatuto	Decreto nº 2.572 de 14 de abril	1860	Executivo
Seguradora/Estatuto	Decreto nº 2.574 de 14 de abril	1860	Executivo
Corretores	Decreto nº 2.575 de 14 de abril	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.604 de 23 de junho	1860	Executivo
Seguradora/Redução de capital	Decreto nº 2.620 de 11 de agosto	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.634 de 1 de setembro	1860	Executivo
Seguradora/Estatuto	Decreto nº 2.645 de 18 de setembro	1860	Executivo
Tratado Comercial Internacional	Decreto nº 2.653 de 29 de setembro	1860	Executivo

Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.654 de 29 de setembro	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.655 de 29 de setembro	1860	Executivo
Bancos/Estatuto	Decreto nº 2.656 de 29 de setembro	1860	Executivo
Seguradora/Estatuto	Decreto nº 2.673 de 20 de outubro	1860	Executivo
Bancos/Sociedades Anônimas	Decreto nº 2.679 de 3 de novembro	1860	Executivo
Bancos	Decreto nº 2.680 de 3 de novembro	1860	Executivo
Bancos	Decreto nº 2.685 de 10 de novembro	1860	Executivo
Bancos/Sociedades Anônimas	Decreto nº 2.686 de 10 de novembro	1860	Executivo
Bancos/Sociedades Anônimas	Decreto nº 2.691 de 14 de novembro	1860	Executivo
Empréstimo/Casas de Empréstimo e Penhor	Decreto nº 2.692 de 14 de novembro	1860	Executivo
Bancos	Decreto nº 2.694 de 17 de novembro	1860	Executivo
Bancos	Decreto nº 2.711 de 19 de dezembro	1860	Executivo
Cobrança de "Sellos" sobre Bancos e Sociedades Anônimas	Decreto nº 2.713 de 26 de dezembro	1860	Executivo
Bancos	Lei nº 1.083 de 22 de agosto	1860	Legislativo

ANEXO B – DECRETOS APROVANDO E ALTERANDO ESTATUTOS SOCIAIS DE SOCIEDADES BANCÁRIAS (BANCOS)

Estatutos de Bancos Autorizados/Alterados (1850 - 1860)						
Instituição e Denominação	Ato Normativo	Ano	Região/Província	Poder outorgante	Gabinete do Ministro dos Negócios da Fazenda	Matéria
Caixa Commercial da Cidade da Bahia	Decreto nº 664 de 18 de janeiro	1850	Bahia	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Aprova o Estatuto Social da Caixa Commercial da Cidade da Bahia
Banco do Maranhão	Decreto nº 727 de 9 de novembro	1850	Maranhão	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Alteração/ Estatuto Decreto nº 597 de 24 de março de 1849
Banco do Brasil	Decreto nº 801 de 2 de julho	1851	Rio de Janeiro	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Autoriza a organização de um Banco do Brasil e aprova seu Estatuto Social
Banco do Pernambuco	Decreto nº 888 de 22 de dezembro	1851	Pernambuco	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Aprova o Estatuto Social do Banco do Pernambuco
Banco Commercial do Rio de Janeiro	Decreto nº 927 de 5 de março	1852	Rio de Janeiro	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Autoriza elevar a emissão
Banco Commercial do Rio de Janeiro	Decreto nº 1.036 de 26 de agosto	1852	Rio de Janeiro	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Altera artigos do Estatuto Social - altera disposições sobre a direção e inclui operações de contas correntes ou depósitos,

						livres de comissão em favor do Banco
Banco do Brasil	Decreto nº 1.040 de 6 de setembro	1852	São Paulo	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Autoriza criação de Caixas Filiais
Banco do Brasil	Decreto nº 1.040 de 6 de setembro	1852	Rio Grande do Sul (São Pedro do Sul)	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Autoriza criação de Caixas Filiais
Banco do Brasil	Decreto nº 1.067 de 15 de novembro	1852	São Paulo	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Aprova o Estatuto Social para as Caixas Filiais do Banco do Brasil
Banco do Brasil	Decreto nº 1.067 de 15 de novembro	1852	Rio Grande do Sul (São Pedro do Sul)	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Aprova o Estatuto Social para as Caixas Filiais do Banco do Brasil
Banco Commercial do Pará	Decreto nº 1.105 de 5 de janeiro	1853	Pará	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Aprova o Estatuto Social do Banco Commercial do Pará
Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro	Decreto nº 1.136 de 30 de março	1853	Rio de Janeiro	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Aprova o Estatuto Social do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro
Banco do Brasil e Banco Commercial	Decreto nº 1.223 de 31 de agosto	1853	Rio de Janeiro	Executivo	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Autoriza a constituição/incorporação de um banco de depósitos, descontos e emissão (autoriza um Banco de Depósitos - 3º Banco do

						Brasil)
Caixa Econômica estabelecida na Capital da Província de Santa Catharina	Decreto nº 1.427 de 6 de setembro	1854	Santa Catarina	Executivo	Honório Hermeto Carneiro Leão (Visconde do Paraná)	Aprova o Estatuto Social da Caixa Econômica estabelecida na Capital da Província de Santa Catharina
Banco do Brasil	Decreto nº 1.489 de 20 de dezembro	1854	Rio de Janeiro	Executivo	Honório Hermeto Carneiro Leão (Visconde do Paraná)	Alteração do Estatuto do Banco do Brasil por deliberação da Assembleia Geral do Banco - possibilidade de descontos de letras de outros bancos e amplia operações do Banco
Banco do Brasil	Decreto nº 1.490 de 20 de dezembro	1854	Minas Gerais (Ouro Preto)	Executivo	Honório Hermeto Carneiro Leão (Visconde do Paraná)	Aprova a abertura de Caixa Filial do Banco do Brasil
Banco do Brasil	Decreto nº 1.580 de 21 de março	1855	Bahia (Salvador); Pernambuco (Recife); Maranhão (São Luiz do Maranhão); Pará (Belem)	Executivo	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	Aprova a abertura de Caixa Filial do Banco do Brasil
Banco do Brasil	Decreto nº 1.581 de 2 de abril	1855	Rio de Janeiro	Executivo	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	Autoriza elevar a emissão

Banco do Brasil	Decreto nº 1.692 de 22 de dezembro	1855	Rio Grande do Sul	Executivo	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	Altera artigos do Estatuto Social - amplia as operações da caixa filial do Banco do Brasil no Rio Grande do Sul
Banco do Brasil	Decreto nº 1.721 de 5 de fevereiro	1856	Rio de Janeiro	Executivo	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	Autoriza elevar a emissão do Banco do Brasil
Banco do Brasil	Decreto nº 1.744 de 5 de abril	1856	Maranhão; Pará	Executivo	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	Eleva o número de ações no Maranhão e eleva o número de suplentes da diretoria no Pará
Caixa Commercial da Cidade da Bahia	Decreto nº 1.753 de 26 de abril	1856	Bahia	Executivo	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	Altera artigos do Estatuto Social - antiga Caixa Commercial da Bahia (12 de outubro de 1848 e Decreto nº 664 de 18 de janeiro de 1850)
Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro	Decreto nº 1.836 de 5 de novembro	1856	Rio de Janeiro	Executivo	João Maurício Wanderley (Marquês de Cotegeipe)	Altera artigos do Estatuto Social - comissão aos Diretores, por seu trabalho e dedução de 6% sobre lucros para composição de fundo de reserva
Banco do Brasil	Decreto nº 1.841 de 15 de novembro	1856	Rio de Janeiro	Executivo	João Maurício Wanderley (Marquês de Cotegeipe)	Altera artigos do Estatuto Social - empréstimo contra penhor de ações de

						Companhias e nomeação de Presidente e Secretário das Assembleias Gerais
Caixa Econômica da Cidade de Santos	Decreto nº 1.919 de 4 de abril	1857	São Paulo (Santos)	Executivo	João Maurício Wanderley (Marquês de Cotegipe)	Aprova o Estatuto Social da Caixa Economica da Cidade de Santos
Caixa Econômica da Cidade de Campos	Decreto nº 1.920 de 4 de abril	1857	Rio de Janeiro (Campos)	Executivo	João Maurício Wanderley (Marquês de Cotegipe)	Aprova o Estatuto Social da Caixa Economica da Cidade de Campos (Rio de Janeiro)
Banco do Brasil	Decreto nº 1.933 de 23 de maio	1857	Bahia (Salvador); Pernambuco (Recife) e São Paulo (São Paulo)	Executivo	Bernardo de Souza Franco (Marquês de Souza Franco)	Altera artigos dos Estatutos Sociais das Caixas Filiais
Banco Commercial e Agrícola	Decreto nº 1.971 de 31 de agosto	1857	Rio de Janeiro	Executivo	Bernardo de Souza Franco (Marquês de Souza Franco)	Aprova o Estatuto Social do Banco Commercial e Agrícola
Banco da Provincia do Rio Grande do Sul	Decreto nº 2.005 de 24 de outubro	1857	Rio Grande do Sul (Porto Alegre)	Executivo	Bernardo de Souza Franco (Marquês de Souza Franco)	Aprova o Estatuto Social do Banco da Província do Rio Grande do Sul
Novo Banco de Pernambuco	Decreto nº 2.021 de 11 de novembro	1857	Pernambuco (Recife)	Executivo	Bernardo de Souza Franco (Marquês de Souza Franco)	Aprova o Estatuto Social do Novo Banco de Pernambuco
Banco do Maranhão	Decreto nº 2.035 de 25 de novembro	1857	Maranhão (São Luiz do Maranhão)	Executivo	Bernardo de Souza Franco (Marquês de Souza Franco)	Aprova o Estatuto Social do Banco do Maranhão

Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro	Decreto nº 2.111 de 27 de fevereiro	1858	Rio de Janeiro	Executivo	Bernardo de Souza Franco (Marquês de Souza Franco)	Altera artigos do Estatuto Social - amplia o capital social do Banco, proíbe empréstimos sobre penhor e caução de ações do próprio Banco e permite a emissão de bilhetes do Banco
Banco da Bahia	Decreto nº 2.140 de 3 de abril	1858	Bahia (Salvador)	Executivo	Bernardo de Souza Franco (Marquês de Souza Franco)	Aprova o Estatuto Social do Banco da Bahia
Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro	Decreto nº 2.192 de 12 de junho	1858	Rio de Janeiro	Executivo	Bernardo de Souza Franco (Marquês de Souza Franco)	Altera artigos do Estatuto Social em nova reforma sobre a realizada por meio do Decreto nº 2.111 de 27 de fevereiro de 1858
Banco do Rio de Janeiro	Decreto nº 2.383 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco do Rio de Janeiro
Banco da Provincia do Rio de Janeiro	Decreto nº 2.384 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco da Província do Rio de Janeiro
Caixa Hypotecharia e de Descontos	Decreto nº 2.385 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social da Caixa Hypothecaria e de Descontos
Banco de São Paulo	Decreto nº 2.386 de 2 de abril	1859	São Paulo	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco de São Paulo

Banco Industrial e Hypothecario	Decreto nº 2.387 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco Industrial e Hypothecario
Banco Central do Commercio	Decreto nº 2.388 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco Central do Commercio
Banco Agrícola, Commercial e Hypothecario de Sergipe	Decreto nº 2.389 de 2 de abril	1859	Sergipe	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco Agrícola, Commercial e Hypothecario de Sergipe
Banco do Ceará	Decreto nº 2.390 de 2 de abril	1859	Ceará	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco do Ceará
Banco de Crédito Sul-Americano	Decreto nº 2.391 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco de Crédito Sul-Americano
Banco Auxiliar da Lavoura	Decreto nº 2.393 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco Auxiliar da Lavoura
Banco Proprietario	Decreto nº 2.394 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco Proprietário
Banco Auxiliador	Decreto nº 2.395 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco Auxiliador
Banco Socorro e Auxílio	Decreto nº 2.396 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco Socorro e Auxílio

Banco Commercial Paraense	Decreto nº 2.397 de 2 de abril	1859	Pará	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco Commercial Paraense
Banco União Commercial e Agrícola de Pernambuco	Decreto nº 2.398 de 2 de abril	1859	Pernambuco (Recife)	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco União Commercial e Agrícola de Pernambuco
Sociedade Auxiliadora	Decreto nº 2.399 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social da Sociedade Auxiliadora
Banco Industrial, Comercial e Territorial do Rio de Janeiro	Decreto nº 2.400 de 2 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Aprova o Estatuto Social do Banco Industrial, Comercial e Territorial do Rio de Janeiro
Banco do Brasil	Decreto nº 2.411 de 30 de abril	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim)	Autoriza elevar a emissão ao triplo do fundo disponível
Banco Industrial, Comercial e Territorial do Rio de Janeiro	Decreto nº 2.487 de 30 de setembro	1859	Rio de Janeiro	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Altera artigos do Estatuto Social - aumenta o capital social e altera a composição da Diretoria
Caixa de Reserva Mercantil da Praça da Bahia	Decreto nº 2.508 de 8 de dezembro	1859	Bahia	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Aprova o Estatuto Social da Caixa de Reserva Mercantil da Praça da Bahia
Caixa de Economias da Cidade da Bahia	Decreto nº 2.540 de 3 de março	1860	Bahia	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Aprova o Estatuto Social da Caixa de Economias da

						Cidade da Bahia
Banco Industrial, Comercial e Territorial do Rio de Janeiro	Decreto nº 2.546 de 7 de março	1860	Rio de Janeiro	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Prorroga o prazo para o começo das operações em seis meses
Caixa Economica da Cidade da Bahia	Decreto nº 2.552 de 17 de março	1860	Bahia	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Aprova o Estatuto Social da Caixa Economica da Cidade da Bahia
Caixa Economica da Cidade de Valença	Decreto nº 2.557 de 21 de março	1860	Bahia (Valença)	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Aprova o Estatuto Social da Caixa Economica da Cidade de Valença
Banco Socorro e Auxílio	Decreto nº 2.558 de 21 de março	1860	Rio de Janeiro	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Prorroga o prazo para o começo das operações em seis meses
Banco Industrial e Hypothecario	Decreto nº 2.559 de 24 de março	1860	Rio de Janeiro	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Prorroga o prazo para o começo das operações em seis meses
Caixa Hypothecaria e de Descontos	Decreto nº 2.560 de 24 de março	1860	Rio de Janeiro	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Prorroga o prazo para o começo das operações em seis meses
Caixa de Reserva Mercantil da Praça da Bahia	Decreto nº 2.561 de 24 de março	1860	Bahia (Salvador)	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Altera artigos do Estatuto Social - eleva o capital social, inclui a operação de empréstimos sobre penhor de títulos particulares e altera a forma de eleição

						de Diretores
Banco Central do Comercio	Decreto nº 2.570 de 7 de abril	1860	Rio de Janeiro	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Prorroga o prazo para o começo das operações em seis meses e altera o Estatuto Social - estabelecer a presença de um fiscal do Governo
Banco do Brasil	Decreto nº 2.604 de 23 de junho	1860	Ceará (Fortaleza)	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Autorização a criação de uma caixa filial do banco
Sociedade Bancaria Comercio	Decreto nº 2.634 de 1 de setembro	1860	Bahia (Salvador)	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Aprova o Estatuto Social da Sociedade Bancaria Comercio
Banco Industrial, Comercial e Territorial do Rio de Janeiro	Decreto nº 2.654 de 29 de setembro	1860	Rio de Janeiro	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Prorroga o prazo para o começo das operações
Banco Socorro e Auxílio	Decreto nº 2.655 de 29 de setembro	1860	Rio de Janeiro	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Prorroga o prazo para o começo das operações em seis meses
Banco Industrial e Hypothecario	Decreto nº 2.656 de 29 de setembro	1860	Rio de Janeiro	Executivo	Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Prorroga o prazo para o começo das operações em seis meses

ANEXO C – DECISÕES MINISTERIAIS ENVOLVENDO MATÉRIAS COMERCIAIS (1850 – 1860)

Decisões do Governo envolvendo matérias comerciais (1850 - 1860)
Decisão nº 251, 21 de dezembro de 1850 - moedas nacionais
Decisão nº 100, 13 de março de 1851 - endosso de letra não sujeito a revalidação
Decisão nº 34, 31 de janeiro de 1852 - sello que devem pagar os estatutos do banco do Brasil
Decisão nº 168 de 20 de julho de 1853 (Ministério da Justiça) - livros dos commerciantes
Decisão nº 71 de 8 de março de 1854 - não aprovação da criação de caixa de economia com os Estatutos atuais
Decisão nº 89 de 4 de abril de 1854 - hipoteca nas fianças
Decisão nº 8 de 10 de janeiro de 1855 - contrato com o Jornal do Comércio para a publicação de atos oficiais (rescisão do contrato com o Diário do Rio de Janeiro)
Decisão nº 50 de 31 de janeiro de 1855 - notas do Banco do Brasil não podem ser recebidas nas Tesourarias da Fazenda
Decisão nº 58 de 7 de fevereiro de 1855 - moedas estrangeiras devem ser logo vendidas ou convertidas em moeda nacional
Decisão nº 30 de 16 de janeiro de 1856 (Ministério da Justiça) - tribunais de comércio devem decidir sobre as falências , apesar de serem processos de 1º instância
Decisão nº 127 de 28 de março de 1856 - declara que as caixas filiais do Banco do Brasil não são repartições subordinadas às tesourarias; e que as estações fiscais podem pagar com as suas notas ao credores do Estado.
Decisão nº 164 de 7 de maio de 1856 - sobre os estatutos da caixa commercial da Bahia

Decisão nº 278 de 19 de agosto de 1856 - os bancos e companhias públicas só podem arrecadar o selo dos títulos mencionados no §3º do art. 8º do respectivo regulamento de 10 de julho de 1850
Decisão nº 359 de 28 de outubro de 1856 (Ministério da Justiça) - Diretores das Companhias de Seguro tentaram obstar o estabelecimento de filiais de Companhias de Seguros da Europa (indeferido)
Decisão nº 222 de 30 de junho de 1857 (Ministério do Império) - Aprova a deliberação que tomou o presidente da Província de Piauí de anular a eleição de vereadores e juizes de paz da Villa de S. Gonçalo, não só pelo fundamento de ter sido a maioria dos membros da Mesa Eleitoral coagida a abandonar os seus lugares, como também pela irregularidade de ser presidida a nova Mesa por hum Supplente do Juiz de Paz, juramentado na ocasião pelo Juiz Municipal do Termo, que nenhuma jurisdição tinha para isso. (em mesmo sentido, em relação à Freguezia de Borba, por meio da Decisão nº 20 de 21 de janeiro de 1858, pelo Ministério do Império).
Decisão nº 268 de 11 de agosto de 1857 (Ministério da Fazenda) - As sociedades e Companhias anonymas não podem emitir bilhetes sem autorização especial.
Decisão nº 293 de 29 de agosto de 1857 – modelo do contrato de depósito do governo junto ao Banco do Brasil
Decisão nº 323 de 22 de setembro de 1857 - autorisa a cunhagem de parata dos particulares
Decisão nº 330 de 25 de setembro de 1857 - remessa do contracto com o Banco para o deposito dos Saldos disponíveis
Decisão nº 8 de 11 de janeiro de 1858 - declara como se deve proceder na escripturação das transações realizadas com a Caixa Filial do Banco do Brasil, em virtude do contrato celebrado com o mesmo banco na forma da Lei nº 906 de 10 de agosto de 1857.
Decisão nº 15 de 15 de janeiro de 1858 - resolve questões offerecidas no modo de executar-se algumas das condições do contracto celebrado, em virtude da Lei de 10 de agosto de 1857, entre o Governo

Imperial e o Banco do Brasil
Decisão nº 101 de 24 de março de 1858 - qual a disposição que deve reger os casos em que se tratar a reforma dos estatutos do Banco do Brasil (art. 35, §1º do Estatuto do Banco do Brasil)
Decisão nº 104 de 24 de março de 1858 - sobre a revogabilidade ou destituição dos Presidentes e Directores das Sociedades anonymas pela Assembleia Geral dos Accionistas (destituição da AGE do Banco do Maranhão - "(...) não compete ao Governo tomar conhecimento do facto.")
Decisão nº 131 de 12 de abril de 1858 - providencia sobre huma sociedade anonyma installada sem autorisação do Governo, nem estatutos approvados. "Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 12 de abril de 1858. Illm. e Exm. Sr. - Tenho presente o officio de V. Ex. de 23 de março ultimo, em que me communica ter mandado suspender as operações da Caixa Economica installada na Cidade do Penedo sem autorisação do Governo, nem estatutos competentemente approvados, offerecendo-se-me responder que a providencia regular nestes casos he fazer significar que as associações assim installadas não tem existencia legal, nem acção contra terceiros, e que os seus administradores ou directores respondem pessoal e solidariamente a terceiros, que tratarem com as mesmas associações, na fórmula dos arts. 295 e 299 do Codigo Commercial. Deos Guarde a V. Ex. - Bernardo de Souza Franco. - Sr. Presidente da Provincia das Alagoas."

Decisão nº 227, de 22 de julho de 1858 - não compete à Thesouraria fiscalisar os bancos aprovados, mas incumbe à Presidencia da Procincia noticiar ao Governo as transgressões dos respectivos estatutos. "Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia n.º 133 de 27 de maio ultimo, no qual consulta se a mesma Thesouraria à vista dos arts. 88 e 91 dos Estatutos do Banco da Bahia, aprovados pelo Decreto n.º 2.140 de 3 de abril do corrente anno, tem alguma fiscalisação a exercer sobre o dito Banco, lhe declara, de conformidade com a ordem n.º 127 de 28 de março de 1856, 1.º que, não sendo aquelle estabelecimento subordinado à Thesouraria, a esta não compete exercer sobre elle fiscalisação alguma; 2.º que he a Presidencia a quem corre a obrigação de informar o Ministerio da Fazenda das transgressões dos referidos Estatutos, que por ventura se derem, a fim de proceder-se como se acha nelles determinado, ou na fórma do Decreto n.º 575 de 10 de janeiro de 1849. Thesouro Nacional em 22 de julho de 1858 - Bernardo de Souza Franco."

Decisão nº 269, de 15 de setembro de 1858 - sello que se deve exigir da emissão do Banco Commercial e Agricola. "Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1858. Respondendo ao officio que Vm. Dirigio-me em data do 1.º do corrente, tenho a declarar-lhe, que com razão o Administrador da Recebedoria do Municipio exige o pagamento do sello da emissão do Banco Commercial e Agricola segundo o disposto no Decreto de 6 de setembro de 1852, que obriga os Bancos de emissão a pagarem em cada semestre a taxa correspondente ao total da emissão auctorizada pelos respectivos estatutos. Como porem a emissão auctorizada ao Banco Commercial e Agricola não he sempre igual ao seu capital effectivo, mas limitada ao prescripto no art. 15 dos seus Estatutos, como ficou redigido pelo Decreto n.º 1.971 de 31 de agosto de 1857; o sello que o mesmo Banco tem de pagar em cada semestre he o da somma que, para garantia da emissão estiver depositada em apolices

da dívida publica e acções da estrada de ferro de D. Pedro 2º, e em metaes ou notas do Thesouro. Deos Guarde a Vm. - Bernardo de Souza Franco. - Sr. Presidente do Banco Commercial e Agrícola."
Decisão nº 271 de 15 de setembro de 1858 - sobre a eleição da directoria do Banco Commercial e Agricola
Decisão nº 274 de 22 de setembro de 1858 - sobre o sello de cessão de acções, e intelligencia do art. 13 da Lei de 26 de setembro de 1857
Decisão nº 289 de 4 de outubro de 1858 - sobre a intelligencia do additamento feito pelo Decreto n.º 2.140 do art. 78 dos Estatutos do Banco da Bahia. (pagamento de dividendos)
Decisão nº 270 de 4 de outubro de 1859 - recommenda a cobrança dos novos e velhos direitos pela criação de Companhias e Sociedades e confirmação de seus Estatutos.
Circular nº 277 de 5 de outubro de 1859 - as associações bancarias só ficão sujeitas às disposições do Decreto nº 2.490 de 30 de setembro deste anno relativas ao pagamento de seus bilhetes ou escriptos depois de findo o semestre a que corresponder o sello que houverem pago sobre o total da emissão.
Circular nº 296 de 13 de outubro de 1859 - sobre a execução do Tratado de Commercio de 4 de setembro de 1857 celebrado entre o Império e a Republica Oriental do Uruguay
Decisão nº 319 de 26 de outubro de 1859 - resolve as duvidas propostas pelo Banco Commercial e Agricola sobre a execução do Decreto nº 2.490 de 30 de setembro em relação às notas promissórias do mesmo Banco.
Decisão nº 339 de 7 de novembro de 1859 - declara por quem devem ser decididas as questões que se levantarem ácerca do pagamento do sello, a que estão sujeitos os bilhetes dos Bancos.
Decisão nº 341 de 7 de novembro de 1859 - dá explicações acerca do sello, a que estão sujeitos os bilhetes dos Bancos.
Decisão nº 357 de 18 de novembro de 1859 - dá explicações sobre o sello, a que estão sujeitos os bilhetes dos Bancos

Decisão nº 361 de 22 de novembro de 1859 - sobre o sello devido pela transferencia de acções do Banco.
Circular nº 382 de 3 de dezembro de 1859 - as acções do Banco do Brasil não podem ser transferidas sem prévio pagamento do sello.
Decisão nº 386 de 7 de dezembro de 1859 - sobre o sello, a que estão sujeitos os bilhetes dos Bancos.
Decisão nº 392 de 10 de dezembro de 1859 - cumpre aos Presidentes de Provincia participar ao Governo Imperial a installação de qualquer Estabelecimento Bancario, que possa ter lugar nas Provincias respectivas.
Decisão nº 15 de 10 de janeiro de 1860 - as Companhias, Caixas filiaes e Agencias devem pagar direitos pela approvação de seus estatutos, e sello do capital.
Decisão nº 106 (Aviso) de 03 de março de 1860 - manda intimar à Companhia de Seguros Maritimos e contra o fogo, do Rio Grande do Sul, institulada <<Esperança>>, que lhe será cassada a autorisação para organisar-se como Sociedade anonyma se continuar a empregar seus fundos em operações bancaes.

Decisão nº 265 (portaria) de 15 de junho de 1860 (Ministério da Justiça) - ao Tribunal do Commercio da Bahia - Resolve duvidas à respeito de notas promissórias. "2ª Secção - Manda Sua Magestade o Imperador, em conformidade da Imperial Resolução de 30 de abril proximo preterito, declarar pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça ao Tribunal do Commercio da Bahia, em solução às seguintes duvidas, offerecidas a Sua Alta Consideração pelo Presidente do mesmo Tribunal: 1.ª se huma nota promissoria, assignada por hum ou mais devedores não commerciantes, por valor recebido em dinheiro, e passada directamente à ordem de companhia bancaria, ou de banqueiro particular, he da competencia do fôro commercia, conforme o disposto no § 2.º do art. 19 do Decreto n.º 737 de 25 de novembro de 1850? 2.ª se huma nota promissoria, assignada por hum ou mais devedores não commerciantes por valor recebido em dinheiro à ordem de pessoa tambem não commerciante, sendo negociada ou descontada antes do vencimento por companhia bancaria ou por banqueiro particular, torna-se da competencia do fôro commercial pelo facto de ter havido operação de banco e cessão mercantil por via de endosso? Quanto a 1.ª, que, embora passada a nota promissoria em favor de banco publico ou particular por valor recebido em dinheiro, não he titulo mercantil; quanto à 2.ª, que semelhante nota, nas circumstancias mencionadas, sendo negociada pelo banco por endosso, antes de vencida, torna-se titulo mercantil unicamente para os endossantes. Palacio do Rio de Janeiro em 15 de junho de 1860 - João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Decisão nº 477 de 2 de novembro de 1860 - sobre o Sello que devem pagar os conhecimentos dados pela Casa da Moeda.

(B) BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____, Giovanni; HUI, Po-keung; RAY, Krishnendu; e REIFER, Thomas Ehrlich. *Geopolitics and High Finance*. (in) ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Berverly J. *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. 3ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material; Economia e Capitalismo*, Vol. I. 1ª edição. 3ª tiragem. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV – XVIII*. Vol. 2 – *Os Jogos das Trocas*. 2ª edição. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e Tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. 2006.

CAENEGEM, R. C. van. *Uma Introdução Histórica ao Direito Privado*. Trad. Carlos Eduardo Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. 31ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____, Jorge. *A Nação Mercantilista – Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A Construção Nacional 1830 – 1889*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

_____, José Murilo de e *et al.* *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial. Teatro das Sombras: a Política Imperial*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COLLINS, Michael. *Banks and Industrial Finance in Britain, 1800-1939*. New York: Cambridge University Press, 1995.

COSTA, Fernando Nogueira da. *O Brasil dos Bancos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

COSTA, Pietro e ZOLO, Danilo (orgs.). *Estado de Direito – História, teoria, crítica*. Trad. Carlos Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOHLNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial – origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Airton C. L. (orgs.). *História do Direito em Perspectiva – do Antigo Regime à Modernidade*. Curitiba: Juruá, 2008.

FRIEDMAN, Milton e SCHWARTZ, Anna Jacobson. *A Monetary History of the United States (1867 – 1960)*. 9ª reimpressão. Princeton: Princeton University Press, 1993.

GALGANO, Francesco. *Lex Mercatoria*. 4ª Ed. Bolgna: Il Mulino, 2001.

GARNER, Lydia Magalhães Nunes. *In pursuit of order: a study in Brazilian centralization – the Section of Empire of the Council of State, 1842-1889*. Baltimore: tese de doutorado apresentada junto à Johns Hopkins University, 1987.

GOETHE, Johann W. von. *Materialien zur Geschichte der Farbenlehre*. 1810, disponível em <http://jc.sekinger.free.fr/contribution/pdf/Geschichte.pdf>.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias – Rio de Janeiro, 1822 – 1889*. Rio de Janeiro: Faperj/Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. Trad. Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

GROSSI, Paolo. *Mitologias Jurídicas da Modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866)*. São Paulo. Tese de doutoramento apresentada junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

HAMMOND, Bray. *Banks and Politics in America – from the Revolution to the Civil War*. 2ª reimpressão. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1991.

HANLEY, Anne G. *Native Capital – Financial institutions and Economic development in São Paulo, Brazil, 1850 – 1920*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Européia – síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

_____, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político. Portugal – Séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

JANCSÓ, István (org.). *Brasil – Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Trad. Antonio Gómez Ramos. Madrid: Editorial Trotta S.A., 2004.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Oráculo de Delfos: Conselho de Estado e direito no Brasil oitocentista*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____, José Reinaldo de Lima. *A formação do direito comercial brasileiro – criação dos tribunais de comércio do Império*. Relatório de Pesquisa apresentado ao Núcleo de Pesquisa em Direito e História da Fundação Getúlio Vargas (EDESP). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Faculdade de Direito, 2006.

_____, José Reinaldo de Lima. *As Palavras e a Lei*. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História*. 2ª Edição. São Paulo: Max Limonad, 2002.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. *O método de leitura estrutural*. São Paulo: Cadernos Direito GV, V.4, n.2, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada junto ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema – a Formação do Estado Imperial*. 6ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2011.

MOHNHAUPT, Heinz und GRIMM, Dieter. *Verfassung – Zur Geschichte des Begriffs von der Antike bis zur Gegenwart*. Berlin: Duncker & Humblot, 1995.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta – a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

NEVES, Edson Alvisi. *Magistrados e negociantes na corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio*. Rio de Janeiro: Jurídica do Rio de Janeiro, FAPERJ, 2008.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os Homens de Negócios da Praça de Lisboa – De Pombal ao Vintismo (1755 – 1822)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada junto à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994.

PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PETIT, Carlos (org.). *Del Ius Mercatorum al Derecho Mercantil*. Madrid, Marcial Pons, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Trad. Fanny Wrobel. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

ROTHBARD, Murray N. *A History of Money and Banking in the United States – The Colonial Era to World War II*. Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2005.

ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da Loucura*. Trad. Paulo M. Oliveira. eBook, disponível em: http://p.download.uol.com.br/cultvox/livros_gratis/elocio_loucura.pdf.

SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *A evasão de ouro dos fundos bancários em meados do*

século XIX e suas consequências para a política econômica. (in) Revista Almanack. Guarulhos: n.01, 1º semestre 2011.

_____, Hernán Enrique Lara. *Nas Asas de Dédalo – um Estudo sobre o Meio Circulante no Brasil entre os Anos de 1840 a 1853.* São Paulo: dissertação de mestrado apresentada junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno.* Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834).* São Paulo: Hucitec, 2009.

SZMRECSÁNYI, Tamás & MARANHÃO, Ricardo (orgs.). *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico.* Segunda Edição Revista. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

TAU ANZOÁTEGUI, Victor. *Casuísmo y Sistema – indagación histórica sobre el espíritu del Derecho indiano.* Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia Del Derecho, 1992.

TILLY, Charles. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons.* New York: Russell Sage Foundation, 1984.

_____, Charles. *Coercion, capital, and European states, AD 990 – 1990.* Malden: Blackwell Publishing, 1992.

TIMBERLAKE, Richard H. *Monetary Policy in the United States – An Intellectual and Institutional History.* Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

VERÇOSA. Haroldo Malheiros Duclerc. *Atividade Mercantil. Ato de Comércio. Mercancia. Matéria de Comércio. Comerciante.* In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano XXI, Nova série, n.47, 1982.

VILAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História: 1450 – 1920.* Trad. Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System, vol. III: The Second Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730 – 1840's*. San Diego: Academic Press, 1989.

_____, Immanuel. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WEHLING, Arno. *Ruptura e Continuidade no Estado Brasileiro, 1750-1850*. (in) Carta Mensal. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, n. 587, vol. 49, 2004.

WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. 3ª edição. Trad. António Manuel Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Síntese de uma História das Idéias Jurídicas – da Antiguidade clássica à Modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

(C) FONTES

Almanak Laemmert – Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro (1844 – 1889). Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/almanak>.

BIOLCHINI, Alberto. *Direito Comercial – prelecções do Dr. Inglez de Souza. Compiladas pelo bacharel Alberto Biolchini*. Rio de Janeiro: Franscico Alves Ed., 1910.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados (1850 – 1860)*. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Coleção das Leis do Império*. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>.

BRASIL. *Relatórios Ministeriais (1821 – 1960)*. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/fazenda>.

BRASIL. Senado Federal. *Atas do Conselho de Estado do Império (1822 – 1889)*. Disponível em http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Monetária do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CAVALCANTI, Amaro. *O Meio Circulante Nacional*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

CERNE, João Baptista Guimarães. *Ordenações em Vigor – estudos sobre o código filipino na nossa actualidade*. Salvador: Empresa Editora, 1897.

COSTA, Salustiano Orlando de Araújo. *Código Commercial do Brazil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Laemmert & C., editores-proprietários, 1896.

COUDER, J. Ruben de (org.). *Dictionnaire de Droit Commercial, Industriel et Maritime*. Tome Première – Cinquième. Paris: A. Maresq Ainé, 1877 – 1881.

FRANCO, Bernardo de Souza. *Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da*

organização atual e reforma do sistema bancário. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984 (originalmente publicado em 1848).

GILBART, James William. *Tractado Practico dos Bancos*. Trad. Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Tomos Primeiro a Terceiro. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1859.

MAUÁ, Visconde de (Irineu Evangelista de Souza). *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores da Mauá & C e ao Público*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C, 1878.

RAMOS, Joaquim José Pereira da Silva. *Abecedario Jurídico-Commercial do Código Commercial do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmaert, 1861.

SILVA, J. M. Pereira da. *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro*. Tomo Segundo. Pariz: Imp. De Simon Raçon e Comp., 1865.